

# SENASP

*Secretaria Nacional de Segurança Pública*

## Sistema Único de Segurança Pública

2003 ☆ 2004 ☆ 2005 ☆ 2006

Ministério  
da Justiça



**GOVERNO FEDERAL**

**Presidente**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro da Justiça**

Tarso Genro

**Secretário Nacional de Segurança Pública**

Luiz Fernando Corrêa

**Diretor de Políticas, Programas e Projetos**

Robson Robin da Silva

**Diretor do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e  
Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública**

Ricardo Brisolla Balestreri

**Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do  
Plano Nacional de Segurança Pública**

Sidnei Borges Fidalgo

# Ministério da Justiça

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES Implantação do Sistema Único de Segurança Pública

Secretaria Nacional de Segurança Pública

2003 a 2006

© 2007 Ministério da Justiça.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 2ª edição - 2007 - 8.000 exemplares  
Impresso no Brasil

### **Edição e distribuição**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Secretaria Nacional de Segurança Pública

### **Elaboração**

Marcelo Ottoni Durante  
Jorge Luiz de Quadros

### **Coordenação Editorial**

Secretaria Nacional de Segurança Pública

### **Revisão do Texto**

Tania Romano

### **Colaboração**

Ana Cláudia Castro  
Anna Paula Uchôa  
Andréia Macêdo  
Cristina Gross Villanova  
Cristina Podolan Marochi  
Juliana Marcia Barroso  
João Francisco Goulart dos Santos  
Katia Lima  
Pehkx Jones Gomes da Silveira  
Rodrigo de Faria Mendes  
Vinícius Soares

### **Projeto Gráfico**

Emerson Rodrigues  
Rafael Rodrigues

### **Informações:**

Telefones (61) 3429-3635/9165  
Fax: (61) 3223-7365  
senasp@mj.gov.br  
<http://www.justica.gov.br> / <http://www.mj.gov.br/senasp>

### **Endereço:**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T,  
Edifício Sede, 5º andar, sala 500  
CEP: 70064-900

Projeto Segurança Cidadã  
Telefones: (61) 3429-9328/9887  
Fax: (61) 3224-8348  
<http://www.segurancacidade.org.br>

# SUMÁRIO

Apresentação.....	7
1. Introdução.....	9
2. Diagnóstico da Segurança Pública no Brasil.....	17
2.1. Mapa do Registro de Ocorrências.....	19
2.2. Perfil das Vítimas e Agressores.....	26
2.3. Perfil das Organizações.....	28
2.4. Conclusão.....	32
3. Planejamento de Ações.....	33
3.1. Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional.....	35
3.2. Modernização Organizacional da Instituições do Sistema de Segurança Pública.....	36
3.3. Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública.....	36
3.4. Implantação de Projetos de Prevenção da Violência.....	37
3.5. Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais.....	38
3.6. Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança.....	40
3.7. Intensificação da Repressão Qualificada.....	41
4. Ações Realizadas pela SENASP.....	43
4.1. Ações Estruturantes para Implantação do SUSP.....	47
4.1.1. Gestão do Conhecimento e Informações Criminais.....	47
4.1.2. Formação e Valorização Profissional.....	50
4.1.3. Reorganização das Instituições Policiais.....	62
4.1.4. Programas de Prevenção à Violência e Criminalidade.....	65
4.1.5. Estruturação e Modernização da Perícia.....	73
4.1.6. Controle Externo e Participação Social.....	76
4.2. Ações para Redução da Violência.....	77
4.3. Segurança dos Jogos Pan-Americanos.....	89
5. Recursos Financeiros Repassados e Bens Adquiridos.....	93
5.1. Recursos para Municípios por Meio de Convênio.....	97
5.2. Recursos para Estados por Meio de Convênio.....	100
5.3. Recursos Repassados Via Aquisição Direta.....	101
5.4. Bens Adquiridos por Meio dos Convênios.....	103
5.5. Síntese dos Recursos Distribuídos por Estado.....	104
5.6. Recursos Investidos nas Ações de Segurança dos Jogos Pan-Americanos.....	106
6. Avaliação dos Resultados Alcançados na Implantação do SUSP.....	107
6.1. Avaliação da Implantação do SUSP pelos Estados.....	109
6.1.1. Gestão do Conhecimento e Informações Criminais.....	109

6.1.2. Reorganização das Instituições Policiais.....	111
6.1.3. Formação e Valorização Profissional.....	113
6.1.4. Programas de Prevenção à Violência e Criminalidade.....	115
6.1.5. Estruturação e Modernização da Perícia.....	117
6.1.6. Controle Externo e Participação Social.....	118
6.1.7. Conclusão - Eficiência de Implantação do SUSP.....	120
6.2. Avaliação da Implantação do SUSP pela SENASP.....	123
6.2.1. Gestão do Conhecimento e Informações Criminais.....	123
6.2.2. Reorganização das Instituições Policiais.....	123
6.2.3. Formação e Valorização Profissional.....	124
6.2.4. Programas de Prevenção à Violência e Criminalidade.....	125
6.2.5. Estruturação e Modernização da Perícia.....	125
6.2.6. Controle Externo e Participação Social.....	126
6.2.7. Conclusão.....	127
6.3. Avaliação da Execução do PPA (Plano Plurianual).....	128
6.4. Avaliação Externa das Ações da SENASP.....	131
6.5. Resultados Alcançados nas Ações de Prevenção em Municípios..	145

## 7. Conclusão.....147

### Anexo - Ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública em cada Unidade da Federação (2003/2006).....153

Estado do Acre.....	155
Estado de Alagoas.....	157
Estado do Amapá.....	159
Estado do Amazonas.....	161
Estado da Bahia.....	163
Estado do Ceará.....	166
Distrito Federal.....	168
Estado do Espírito Santo.....	170
Estado de Goiás.....	173
Estado do Maranhão.....	175
Estado do Mato Grosso.....	177
Estado do Mato Grosso do Sul.....	179
Estado de Minas Gerais.....	181
Estado do Pará.....	184
Estado da Paraíba.....	186
Estado do Paraná.....	188
Estado de Pernambuco.....	191
Estado do Piauí.....	193
Estado do Rio de Janeiro.....	195
Estado do Rio Grande do Norte.....	198
Estado do Rio Grande do Sul.....	200
Estado de Rondônia.....	203
Estado de Roraima.....	205
Estado de Santa Catarina.....	207
Estado de São Paulo.....	209
Estado de Sergipe.....	212
Estado do Tocantins.....	214

## Apresentação

Como órgão de âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. A SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações. A avaliação dos resultados até aqui alcançados nestes últimos quatro anos nos permite concluir que estamos conseguindo cumprir nosso papel, encontrando soluções para os principais problemas na segurança pública brasileira.

Reconhecendo a gravidade do problema da segurança pública no Brasil, o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça, iniciou, em 2003, uma nova etapa na história da segurança pública brasileira. Tendo como foco principal de ação a implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, a SENASP se consolidou como o órgão central no planejamento e execução das ações de segurança pública em todo o Brasil. Os gestores das organizações de segurança pública, em todas as Unidades da Federação, passaram a se reunir regularmente para planejar e executar ações por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI). A gestão das ações de segurança pública no país passou a contar com o apoio de uma série histórica de informações estatísticas coletadas pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC. Com a implantação da Matriz Curricular Nacional, estamos padronizando os processos de capacitação dos profissionais de segurança pública em todos os Estados brasileiros, tendo como um dos principais eixos a valorização dos Direitos Humanos e a promoção da cidadania. De forma sistêmica, a Rede Nacional de Educação à Distância passou a garantir um processo de formação contínua para todos os profissionais de segurança pública. No final de 2006, mais de 27.000 profissionais já estavam matriculados e haviam concluído os cursos de qualificação. Reforçando esse processo de padronização e qualificação nacional dos equipamentos e procedimentos na área de segurança pública, a Força Nacional de Segurança Pública já formou mais de sete mil policiais de todo o Brasil. Em uma situação de emergência, a Força Nacional é uma resposta eficaz para apoiar as forças policiais das Unidades Federadas.

Imbuídos da intenção de executar uma política nacional de segurança pú-

blica focalizada nos pilares do processo de gestão e de transparência, elaboramos este Relatório de Ações Executadas pela SENASP no período de 2003 a 2006. Além do balanço de atividades, o relatório traz ainda um diagnóstico que fundamentou o planejamento das ações e uma avaliação dos resultados alcançados. Assim, oferecemos ao público uma visão do processo que nos levou à realização das ações de interesse nacional e nos constituiu enquanto gestores públicos. Esperamos que as informações apresentadas sirvam para que o governo e a sociedade se envolvam cada vez mais na busca de soluções conjuntas para um problema que afeta todos.

Com a certeza de que estamos preparando um futuro melhor para a população no que diz respeito à segurança pública, convidamos todos para conhecer e participar do processo de implantação do SUSP, pois sabemos que essa é condição para consolidarmos a democratização do sistema político brasileiro e a implantação de uma segurança cidadã, entendida como *“a situação política e social, de segurança integral e cultura da paz, em que as pessoas têm legal e efetivamente garantido o gozo pleno de seus direitos humanos, por meio de mecanismos institucionais eficientes e eficazes, capazes de prever, prevenir, planejar, solucionar pacificamente e controlar as ameaças, as violências e coerções ilegítimas”*.



1

Introdução



A<sup>1</sup> segurança pública é um bem democrático, legitimamente desejado por todos os setores sociais, um direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada um de nós; o Programa Nacional da Segurança Pública do Governo Federal considera necessária a reforma das polícias para torná-las instituições eficientes, respeitosas dos Direitos Humanos e voltadas para a construção da paz – e não instituições que vejam os cidadãos como inimigos, sendo organizadas como instrumentos de defesa do Estado e que se pensam como tal. Mais do que isso: as comunidades desejam a presença plena do Estado em seus âmbitos federal, estadual e municipal, com todos os serviços elementares, o que inclui o lazer e a cultura. O Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça, também julga necessário que as políticas públicas de segurança acolham a participação multidisciplinar e interinstitucional, envolvendo, além dos profissionais de segurança pública, outros setores governamentais, entidades da sociedade, movimentos sociais e organizações do terceiro setor, incluindo também a contribuição das universidades.

A busca pela construção da paz também depende da adoção de uma transformação estrutural nas ações de segurança pública: o enfoque privilegiado na lógica da prevenção e da gestão. A intervenção efetivamente capaz de reduzir a violência e criminalidade é aquela que envolve ações em duas frentes: uma primeira, que busca alterar as condições propiciatórias imediatas, isto é, as condições diretamente ligadas às práticas que se deseja eliminar, e uma segunda, voltada para mudanças estruturais, cujos efeitos somente exercerão impacto futuro na desaceleração das dinâmicas criminais.

Além disso, é preciso que as ações obedeçam aos seguintes princípios de gestão: o diagnóstico das dinâmicas criminais e dos fatores de risco local e geral – sensível às variações ditadas pelas circunstâncias e conjunturas; a elaboração de um plano de ação capaz de formular uma agenda, identificar prioridades e recursos e estipular metas; a avaliação de resultados e processos e, ainda, o monitoramento que consiste na correção de rumos ditada pela constatação dos erros.

A reforma das polícias deve estar associada, portanto, à constituição de um novo ângulo de abordagem da problemática da segurança pública; à formação de um novo profissional para a gestão da política de segurança e a negociação de uma nova aliança, de uma nova modalidade de pacto com a sociedade, particularmente com as comunidades locais. Todas essas mudanças devem ser acompanhadas por uma transformação gradual das polícias que inclua a revisão de alguns dos seus valores fundamentais, de sua identidade institucional, de sua cultura profissional e de seu padrão de comportamento.

Devemos verificar a transição de uma cultura da guerra para uma cultura

<sup>1</sup> Texto elaborado com referências provenientes do Plano Nacional de Segurança Pública (Instituto de Cidadania/2002).

da paz; de uma visão excludente de mundo para um entendimento dialogal das funções policiais. Afirmar que o cidadão é o destinatário dos serviços de segurança pública significa reconhecer que compete aos profissionais de segurança pública trabalhar pelo estabelecimento das relações pacíficas entre os cidadãos, respeitando as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, orientação sexual, crenças e etnia, devendo criar ações de proteção aos direitos dos diferentes. Com isso, não se pretende a abdicação da força, mas seu uso - quando necessário - de forma técnica, racional e ética.

Nesse contexto, os profissionais de segurança pública deixariam de praticar ações isoladas que identificam o cidadão como potencial inimigo, passando a admitir que, em um ambiente democrático, a segurança pública só pode operar articulada com as comunidades organizadas. Atualmente, o isolamento e a negação desse trabalho evidenciam o distanciamento das polícias em relação aos destinatários dos seus serviços e ao contexto onde vivem, bem como a ignorância em relação à natureza das outras corporações do sistema. O sentido da segurança cidadã se traduz pela parceria dos órgãos de segurança com as comunidades na análise, planejamento e controle das intervenções. Atribui-se, assim, um papel fundamental à cidadania no funcionamento das organizações de segurança pública que deve estar presente, controlando o cumprimento de metas, a lisura administrativa e, principalmente, a justiça na aplicação das medidas punitivas contra atos de abuso de poder e de violência cometidos por servidores da segurança.

Outro ponto importantíssimo sobre as reformas propostas e efetuadas pelo Ministério da Justiça, por meio da SENASP, está relacionado ao uso da informação. Há uma cultura corrente nas corporações policiais segundo a qual informação é poder, impedindo a transparência delas com a tendência de que o servidor que as possui não as compartilhe com os demais. A implantação de um sistema único informatizado e a racionalização operacional e administrativa oriunda do uso competente desses recursos é a forma pela qual a informação poderá ser corretamente administrada. Na atualidade, rejeitar esses instrumentos é confessar publicamente a abdicação dos objetivos das polícias e da segurança pública, pois não se consegue controlar, prevenir e atuar em um universo sem seu conhecimento. Associado a esse contexto, verifica-se que é preciso fazer com que as investigações recebam contribuições de várias ciências que dispõem de recursos para esclarecer fatos criminosos por meio da qualificação da perícia criminal.

O Programa de Segurança Pública para o Brasil propõe que o instrumento fundamental para a efetivação das referidas mudanças nas polícias brasileiras é a educação. O servidor de segurança pública que não é estimulado nem qualificado perde seu interesse profissional, cai na apatia e desconsidera a importância

de sua função. Todavia, não basta a mudança de paradigmas e a reformulação dos cursos ministrados nas Academias e outras instituições de ensino na área de segurança pública. É preciso que se constitua um sistema educacional convergente para todos os órgãos de segurança pública. Só assim passará a existir uma visão de mundo comum entre todos os profissionais de segurança pública e um mínimo conhecimento técnico que possibilitará o diálogo entre instituições, superando disputas e rivalidades.

Por fim, cabe destacar que muitos policiais ainda possuem uma compreensão equivocada de Direitos Humanos porque não experimentaram em suas vidas o exercício dessas prerrogativas, uma vez que exercem seu trabalho no interior de instituições verticalizadas, escalonadas e, muitas vezes, discriminadoras de direitos. Nesse sentido, é preciso uma política nacional de valorização profissional dos operadores de segurança pública, fundamentada em tais prerrogativas. Devemos construir condições para que os Direitos Humanos sejam reproduzidos, principalmente pelas instituições cujo escopo é garantir a existência de espaços de convivência pacífica para toda a sociedade.

### **O processo de reforma das polícias brasileiras se consubstancia pela implantação do Sistema Único de Segurança Pública**

Pautada no Programa de Segurança Pública para o Brasil, a SENASP estipulou que a implantação do SUSP seria realizada pela dedicação às ações convergentes em sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento; reorganização institucional; formação e valorização profissional; prevenção; estruturação da perícia; controle externo e participação social; e programas de redução da violência. Todas as ações empreendidas pela SENASP nos últimos quatro anos (2003 a 2006) estão incluídas nesses eixos estratégicos. No total, foram realizadas 51 ações que envolvem tanto as mudanças estruturais nas polícias e em outros órgãos que compõem o sistema de segurança pública brasileiro – cujos resultados serão alcançados em uma perspectiva de tempo mais ampla – quanto às ações de interferência em condições imediatas, associadas à violência e à criminalidade. Devido à situação da segurança pública no país, escolhemos essa estratégia, pois ela nos permite desenvolver mudanças estruturais necessárias e ações voltadas à intervenção imediata em problemas mais focalizados no tempo e no espaço. Cabe afirmar ainda que os eixos estratégicos de implantação do SUSP não foram apenas pautadores na formulação das ações executadas pela SENASP, mas também atribuíram conteúdo aos processos empreendidos na avaliação dos resultados de suas ações.

## O Susp, a Cooperação Técnica Internacional e o Projeto Segurança Cidadã

Com a missão política de incorporar à segurança pública nacional um viés voltado para a segurança do cidadão, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) firmou, em 2003, um acordo de cooperação internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Pela primeira vez no Brasil, um organismo do Sistema ONU (Organização das Nações Unidas) tornou-se parceiro na área de segurança pública para a realização das políticas propostas pelo governo federal. O projeto, intitulado SEGURANÇA CIDADÃ (BRA 04/029), tem por objetivo promover e estimular práticas e políticas públicas de prevenção à criminalidade e à violência no Brasil, além de contribuir com outros países da América Latina e Caribe na consolidação do conceito de segurança pública com foco na segurança integral, preconizado pela ONU. O BRA 04/029 também visa facilitar a realização de ações e estratégias que se alinhem com as propostas do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), desenvolvendo uma nova forma de se pensar a segurança no país.

Um dos resultados dessa cooperação foi a criação da, agora, AÇÃO SEGURANÇA CIDADÃ, devidamente inscrita no PPA da União, 3912 - Modernização Organizacional e Tecnológica da Segurança Pública "Segurança Cidadã".

A partir da mudança dos padrões de gestão, com planejamento estratégico, contemplando prevenção, repressão qualificada, pesquisas, construindo indicadores, bem como investindo na capacitação permanente dos operadores da segurança pública, a SENASP objetiva dar efetividade ao SUSP, sempre procurando o estabelecimento de parcerias e o consenso com as 27 Unidades da Federação e com os municípios brasileiros. Assim, o pacto federativo é fortalecido e as potencialidades locais valorizadas, possibilitando a melhor escolha quanto à aplicação de métodos, políticas públicas de segurança e investimento de recursos financeiros - uma garantia do pleno exercício da cidadania.

**Segurança Cidadã** - é a segurança pública integral, que promove os direitos humanos, transforma - com a participação efetiva do mundo acadêmico - pela educação em segurança cidadã, sistematiza o arcabouço do conhecimento dos vários atores do sistema de segurança, indo além do tradicional sistema policial. Garante o planejamento, a prevenção e a repressão qualificada de forma a propiciar uma sociedade livre, democrática, num ambiente multicultural, multirracial e multidisciplinar. A segurança cidadã estimula a adoção de tecnologias sociais que visam a resolução pacífica dos conflitos, o fortalecimento da família, a proteção às mulheres, aos idosos, às minorias, garante as políticas públicas de prevenção determinadas pelo governo, primando pela observância permanente da contribuição das universidades, através de seus estudos acadêmicos e científicos.

O Projeto Segurança Cidadã fomenta esse novo conceito de segurança pública no Brasil, com ênfase na prevenção à violência e criminalidade, primando por espaços urbanos seguros que garantam a convivência entre as pessoas. Faz

isso em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na medida em que os convida a revisarem seus conceitos e práticas para, assim, fortalecerem o SUSP. Ao mesmo tempo, amplia a capacidade institucional da SENASP e dos gestores da segurança, nos mais diversos níveis, para a transferência de conhecimento e ferramentas que permitam o melhor gerenciamento do Sistema Único de Segurança Pública. Com isso, estimula-se a criação de projetos a serem apresentados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sustentados em diagnósticos, qualificando a aplicação do recurso público e tornando mais efetiva a utilização do FNSP.

### **Segurança Cidadã nos Jogos Pan-americanos Rio 2007**

O grande e emblemático resultado da transformação - já alcançada em curto período de tempo pelo Projeto Segurança Cidadã - materializou-se na decisão da Presidência da República que deu à SENASP a incumbência de levar a efeito o plano de segurança dos Jogos Pan-Americanos de 2007 – a serem realizados no mês de julho, na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, os órgãos que compõem o SUSP terão, pela primeira vez, a oportunidade de realizar o ciclo completo da segurança pública, envolvendo planejamento, prevenção e repressão qualificada. O plano contempla um duplo efeito; ao mesmo tempo que garante a segurança efetiva para que os jogos aconteçam em paz, constrói um legado material e desenvolve ações que geram valor cultural às comunidades diretamente envolvidas no território da sede dos jogos, determinando o empoderamento das mesmas. Neste contexto, a SENASP tem novamente encontrado forte apoio do PNUD, por meio de outro projeto de cooperação internacional, o “*MEDALHA DE OURO: Construindo convivência e segurança cidadã*”, dando mais um passo em direção ao novo modelo de gestão de políticas de segurança cidadã pela implementação do Projeto, que requer a participação efetiva do Estado e do Município do Rio de Janeiro.





2

Diagnóstico  
da Segurança  
Pública no  
Brasil



**B**uscando aprimorar o planejamento e a execução de suas ações, a SENASP realiza avaliações sucessivas da situação de segurança pública no Brasil por meio do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC. Apresentaremos a seguir um relatório sintético sobre a situação da segurança pública em relação à distribuição das ocorrências registradas pelas Polícias Cíveis e também o perfil das organizações em relação a alguns itens ressaltados como fundamentos do SUSP. A caracterização da situação das organizações estaduais de segurança pública é o principal foco do relatório.

## 2.1. Mapa do Registro de Ocorrências

A avaliação da distribuição das ocorrências registradas pelas Polícias Cíveis no Brasil entre 2001 e 2005, nos leva a concluir:

- (1) Ocorreu uma queda contínua na incidência dos crimes violentos letais e intencionais – que reúnem os homicídios dolosos, roubos seguidos de morte e lesões corporais seguidas de morte;
- (2) A incidência dos crimes violentos contra o patrimônio aumenta anualmente – que englobam todos os roubos e extorsões mediante seqüestro;
- (3) A incidência dos delitos envolvendo trânsito apresentou aumento, porém teve sua maior incidência em 2004; e
- (4) A incidência dos delitos envolvendo drogas apresentou aumento, porém teve sua maior incidência em 2003.

Importante destacar que o registro de delitos envolvendo drogas depende de ações pró-ativas da polícia. Ou seja, o aumento encontrado evidencia que a Polícia Civil vem se preocupando mais com essa questão e desenvolvendo ações para controlá-la. Não realizamos uma análise da evolução dos Crimes Violentos Não Letais contra a Pessoa – que englobam estupros, atentados violentos ao pudor e torturas –, pois o Estado de São Paulo não enviou o número de atentados violentos ao pudor para os anos de 2004 e 2005. A avaliação da distribuição das ocorrências registradas pelas Polícias Cíveis, segundo o tamanho da população dos municípios, nos mostra que as capitais dos Estados não são os municípios mais violentos do país. Outros municípios com população acima de 100 mil habitantes, principalmente quando localizados nas Regiões Metropolitanas, possuem as taxas mais altas de incidência criminal no país, sobretudo quando se trata dos crimes violentos letais e intencionais.

Em relação às informações analisadas sobre ocorrências registradas pelas Polícias Cíveis, destacamos que o Ministério da Justiça recebeu ofícios das Secretarias de Estado de Segurança Pública dos Estados do Paraná e de Pernambuco comunicando que as estatísticas encaminhadas por essas secretarias contém impropriedades. A Senasp aguarda a atualização das informações no SINESP para correção desse relatório.

### Distribuição das Ocorrências Registradas pelas Polícias Cíveis por número e taxas por 100 mil Habitantes no Brasil em 2001 a 2005

Indicadores Criminais	2001		2002		2003		2004		2005	
	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes(1)	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes(1)	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes(1)	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes(1)	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes(1)
Crimes Violentos Letais Intencionais	42.816	24,8	43.801	25,1	43.344	24,5	43.984	24	43.984	23,9
Crimes Violentos Não Letais Contra Pessoa	64.079	37,2	66.147	37,9	59.669	33,7	63.843	33,8	63.843	34,7
Crimes Violentos Contra o Patrimônio	712.888	413,5	765.435	438,3	856.272	484,6	938.846	506,6	938.846	509,7
Delitos de Trânsito	280.399	162,7	284.270	162,8	294.866	166,7	324.424	189,7	324.424	176,1
Delitos envolvendo Drogas	80.764	46,9	83.851	48	90.859	51,4	89.331	47,1	89.331	48,5
Homicídio Doloso	39.707	23	41.083	23,5	40.666	23	40.975	22,5	40.975	22,2
Tentativa de Homicídio	36.219	21	37.501	21,5	35.103	19,8	35.792	19,5	35.792	19,4
Lesão Corporal	564.322	327,4	602.495	345	619.086	350	724.405	378,2	724.405	393,3
Estupro	14.709	16,8	14.220	16	14.298	15,9	15.351	16,2	15.351	16,4
Atentado Violento ao Pudor	13.012	7,5	14.276	8,2	10.091	5,7	10.857	5,5	10.857	5,9
Extorsão Mediante Sequestro	554	0,3	546	0,3	375	0,2	464	0,2	464	0,3
Roubo	712.334	413,2	764.889	438	856.774	484,4	938.382	506,4	938.382	509,5
Furtos	1.661.999	964,1	1.838.988	1.053,10	2.125.294	1.201,60	2.158.902	1.204,00	2.158.902	1.172,10

Implantação do SINESPJC

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Um dos pontos a se destacar neste diagnóstico é a diversidade de manifestações da violência no território nacional. Temos várias regiões com problemas muito distintos entre elas. Isto nos reitera o fato de que apenas uma análise mais detalhada em cada uma das regiões poderá revelar as especificidades qualitativas de cada uma delas. Desta forma, visualiza-se, por exemplo, que a incidência de crimes violentos letais e intencionais está mais presente no Rio de Janeiro e Pernambuco, enquanto a incidência de crimes violentos contra o patrimônio está mais presente em São Paulo e Distrito Federal e, por fim, que a incidência de crimes violentos não letais contra a pessoa, está mais presente nos Estados do Norte e Nordeste.

***Crimes Violentos, Delitos de Trânsito e Delitos Envolvendo Drogas: ocorrências registradas pelas Polícias Cíveis e taxas de ocorrências por 100mil habitantes (2005)***

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Crimes Violentos Letais Intencionais <sup>(2)</sup>		Crimes Violentos Não Letais Contra Pessoa <sup>(3)</sup>	
	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes <sup>(7)</sup>	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes <sup>(7)</sup>
Brasil	43.984	23,9	63.843	34,7
Região Norte	3.950	26,9	5.633	38,3
Rondônia	476	31,0	969	63,1
Acre	121	18,1	445	66,4
Amazonas	525	16,2	1.304	40,3
Roraima	49	12,5	302	77,2
Pará	2.438	35,0	1.761	25,3
Amapá	132	22,2	328	55,2
Tocantins	209	16,0	524	40,1
Região Nordeste	13.028	25,5	13.248	26,0
Maranhão	998	16,4	1.742	28,5
Piauí	298	9,9	534	17,8
Ceará	1.637	20,2	1.249	15,4
Rio Grande do Norte	597	19,9	943	31,4
Paraíba	696	19,4	594	16,5
Pernambuco	4.039	48,0	1.653	19,6
Alagoas	1.123	37,2	585	19,4
Sergipe	460	23,4	490	24,9
Bahia	3.180	23,0	5.458	39,5
Região Sudeste	18.424	23,5	26.025	33,2
Minas Gerais	3.566	18,5	6.671	34,7
Espírito Santo	988	29,0	1.616	47,4
Rio de Janeiro	6.230	40,5	6.291	40,9
São Paulo	7.640	18,9	11.447	28,3
Região Sul	5.384	20,0	11.863	44,0
Paraná	3.307	32,2	2.971	29,0
Santa Catarina	490	8,4	2.263	38,6
Rio Grande do Sul	1.587	14,6	6.629	61,1
Região Centro-Oeste	3.198	24,6	7.074	54,3
Mato Grosso do Sul	519	22,9	1.502	66,3
Mato Grosso	885	31,6	1.472	52,5
Goiás	1.218	21,7	2.682	47,7
Distrito Federal	576	24,7	1.418	60,8

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Crimes Violentos Contra o Patrimônio <sup>(4)</sup>		Delitos de Trânsito <sup>(6)</sup>		Delitos Envolvendo Drogas <sup>(6)</sup>	
	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes <sup>(7)</sup>	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes <sup>(7)</sup>	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes <sup>(7)</sup>
Brasil	938.846	509,7	324.424	176,1	89.331	48,5
<b>Região Norte</b>	<b>70.032</b>	<b>476,4</b>	<b>13.640</b>	<b>92,8</b>	<b>4.052</b>	<b>27,6</b>
Rondônia	8.069	525,8	4.665	304,0	1.008	65,7
Acre	2.349	350,7	295	44,0	429	64,1
Amazonas	10.027	310,2	2.270	70,2	862	26,7
Roraima	772	197,3	1.369	349,8	75	19,2
Pará	45.105	647,1	2.893	41,5	1.343	19,3
Amapá	2.142	360,3	473	79,6	16	2,7
Tocantins	1.568	120,1	1.675	128,3	319	24,4
<b>Região Nordeste</b>	<b>209.095</b>	<b>409,8</b>	<b>28.375</b>	<b>55,6</b>	<b>7.910</b>	<b>15,5</b>
Maranhão	11.924	195,4	4.003	65,6	535	8,8
Piauí	6.801	226,2	1.483	49,3	157	5,2
Ceará	72.727	898,2	3.199	39,5	1.095	13,5
Rio Grande do Norte	10.325	343,8	1.403	46,7	707	23,5
Paraíba	8.378	233,0	1.299	36,1	647	18,0
Pernambuco	33.222	394,9	3.002	35,7	760	9,0
Alagoas	7.270	241,1	392	13,0	311	10,3
Sergipe	4.293	218,2	439	22,3	0	0,0
Bahia	54.155	392,0	13.155	95,2	3.698	26,8
<b>Região Sudeste</b>	<b>478.358</b>	<b>609,6</b>	<b>210.380</b>	<b>268,1</b>	<b>55.766</b>	<b>71,1</b>
Minas Gerais	55.185	286,9	37.458	194,7	9.729	50,6
Espírito Santo	5.802	170,2	1.238	36,3	872	25,6
Rio de Janeiro	114.086	741,6	28.746	186,9	9.446	61,4
São Paulo	303.285	749,9	142.938	353,4	35.719	88,3
<b>Região Sul</b>	<b>118.207</b>	<b>438,2</b>	<b>48.100</b>	<b>178,3</b>	<b>13.617</b>	<b>50,5</b>
Paraná	37.826	368,6	4.506	43,9	2.424	23,6
Santa Catarina	7.776	132,5	12.337	210,3	2.933	50,0
Rio Grande do Sul	72.605	669,5	31.257	288,2	8.260	76,2
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>63.154</b>	<b>485,0</b>	<b>23.929</b>	<b>183,8</b>	<b>7.986</b>	<b>61,3</b>
Mato Grosso do Sul	3.718	164,2	2.913	128,6	2.095	92,5
Mato Grosso	9.869	352,1	6.485	231,3	867	30,9
Goiás	22.623	402,6	5.166	91,9	2.534	45,1
Distrito Federal	26.944	1.154,9	9.365	401,4	2.490	106,7

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1 - As Informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.

2 - Este indicador é composto pela soma do número de ocorrências dos seguintes delitos: homicídio doloso; lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio).

3 - Este indicador é composto pela soma do número de ocorrências dos seguintes delitos: atentado violento ao pudor, estupro, tentativa de homicídio e tortura.

4 - Este indicador é composto pela soma do número de ocorrências dos seguintes delitos: extorsão mediante sequestro; roubo de veículo, roubo de carga, roubo a ou de veículo de transporte de valores (carro-forte), roubo a instituição financeira, roubo a transeunte, roubo em transporte coletivo, roubo em estabelecimento comercial ou de serviços, roubo em residência, roubo com restrição de liberdade da vítima e outros roubos.

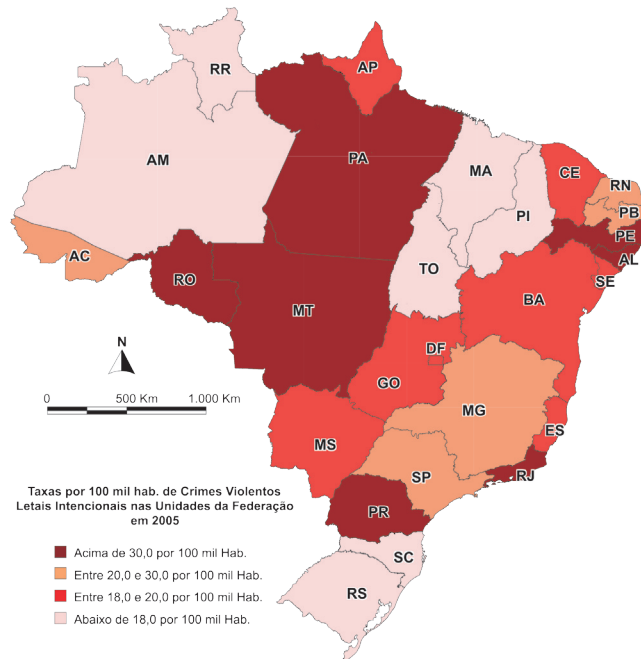
5 - Este indicador é composto pela soma do número de ocorrências dos seguintes delitos: homicídio culposo (acidente de trânsito); lesão corporal culposa (acidente de trânsito).

6 - Este indicador é composto pela soma do número de ocorrências dos seguintes delitos: tráfico de drogas; uso e porte de drogas.

7 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários.

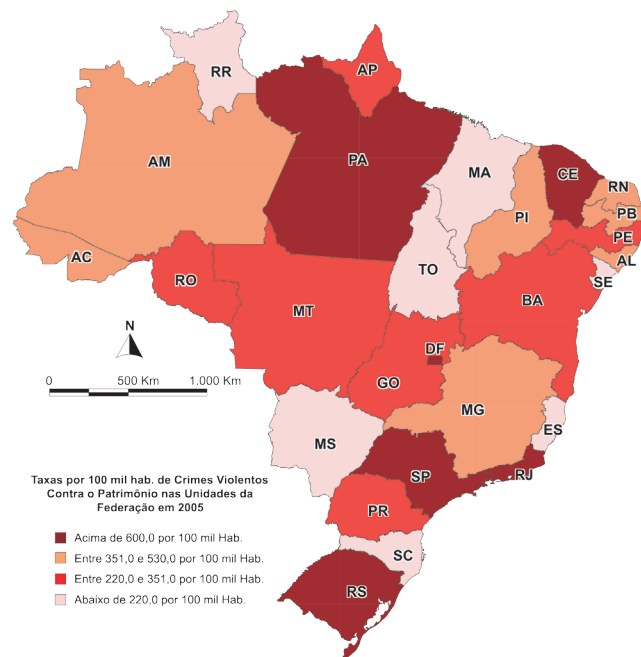
Data da Elaboração da Tabela 03/04/2007.

**Mapa das Taxas de Ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais por 100 mil habitantes Registradas pelas Polícias Civis (2005)**



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

**Mapa das Taxas de Ocorrências de Crimes Violentos Contra o Patrimônio por 100 mil habitantes Registradas pelas Polícias Civis (2005)**



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

## Homicídio Doloso, Lesão Corporal, Estupro, Roubos e Furtos: ocorrências registradas pelas Polícias Cíveis e taxas de ocorrências por 100mil habitantes (2005)

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Homicídio Doloso		Lesão Corporal <sup>(2)</sup>	
	Total de Ocorrências	Taxa por 100.000 Habitantes <sup>(5)</sup>	Total de Ocorrências	Taxa por 100.000 Habitantes <sup>(5)</sup>
Brasil	40.975	22,2	724.405	393,3
<b>Região Norte</b>	<b>3.641</b>	<b>24,8</b>	<b>64.912</b>	<b>441,6</b>
Rondônia	446	29,1	9.561	623,0
Acre	116	17,3	6.414	957,7
Amazonas	499	15,4	16.306	504,5
Roraima	46	11,8	2.523	644,7
Pará	2.244	32,2	21.802	312,8
Amapá	106	17,8	5.013	843,1
Tocantins	184	14,1	3.293	252,2
<b>Região Nordeste</b>	<b>11.895</b>	<b>23,3</b>	<b>112.594</b>	<b>220,7</b>
Maranhão	865	14,2	13.695	224,4
Piauí	281	9,3	4.306	143,2
Ceará	1.491	18,4	13.458	166,2
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>549</b>	<b>18,3</b>	<b>8.752</b>	<b>291,4</b>
Paraíba	649	18,0	5.022	139,7
Pernambuco	3.569	42,4	14.090	167,5
Alagoas	1.081	35,8	4.018	133,2
Sergipe	447	22,7	2.454	124,7
Bahia	2.963	21,4	46.799	338,7
<b>Região Sudeste</b>	<b>17.660</b>	<b>22,5</b>	<b>352.043</b>	<b>448,6</b>
Minas Gerais	3.413	17,7	69.013	358,7
Espírito Santo	977	28,7	6.519	191,3
Rio de Janeiro	5.994	39,0	69.451	451,5
São Paulo	7.276	18,0	207.060	512,0
<b>Região Sul</b>	<b>4.858</b>	<b>18,0</b>	<b>147.641</b>	<b>547,4</b>
Paraná	3.088	30,1	29.664	289,1
Santa Catarina	418	7,1	27.246	464,4
Rio Grande do Sul	1.352	12,5	90.731	836,6
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>2.921</b>	<b>22,4</b>	<b>47.215</b>	<b>362,6</b>
Mato Grosso do Sul	489	21,6	11.623	513,3
Mato Grosso	793	28,3	8.384	299,1
Goiás	1.124	20,0	12.460	221,7
Distrito Federal	515	22,1	14.748	632,1

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1 - As Informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.

2 - Este indicador é composto pelos seguintes delitos: lesão corporal seguida de morte, lesão corporal dolosa, outras lesões corporais culposas e outros crimes resultantes em lesão corporal.

3 - Indicador composto pelos seguintes delitos: "Roubo de Veículo", "Roubo de Carga", "Roubo a ou de Veículo de Transporte de Valores (Carro-Forte)", "Roubo a Instituição Financeira", "Roubo a Transeunte", "Roubo em Transporte Coletivo", "Roubo em Estabelecimento Comercial ou de Serviços", "Roubo em Residência", "Roubo com Restrição de Liberdade da Vítima" e "Outros Roubos".

4 - Indicador composto pelos seguintes delitos: "Furto de Veículo", "Furto de Carga", "Furto a Transeunte", "Furto a Residência", "Outros Furtos".

5 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários.

Data da Elaboração da Tabela 03/04/2007.



Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Estupro		Roubos <sup>(3)</sup>		Furtos <sup>(4)</sup>	
	Total de Ocorrências	Taxa por 100.000 Mulheres <sup>(5)</sup>	Total de Ocorrências	Taxa por 100.000 Habitantes <sup>(5)</sup>	Total de Ocorrências	Taxa por 100.000 Habitantes <sup>(5)</sup>
Brasil	15.351	16,4	938.382	509,5	2.158.902	1.172,1
<b>Região Norte</b>	<b>1.686</b>	<b>23,2</b>	<b>69.995</b>	<b>476,2</b>	<b>141.139</b>	<b>960,2</b>
Rondônia	224	30,0	8.064	525,5	23.996	1.563,7
Acre	107	32,2	2.349	350,7	12.651	1.889,0
Amazonas	334	20,8	10.019	310,0	27.313	845,0
Roraima	81	42,4	766	195,7	7.479	1.911,2
Pará	658	19,1	45.102	647,0	47.393	679,9
Amapá	109	36,8	2.129	358,1	9.581	1.611,4
Tocantins	173	27,1	1.566	119,9	12.726	974,6
<b>Região Nordeste</b>	<b>2.842</b>	<b>10,9</b>	<b>208.987</b>	<b>409,6</b>	<b>341.691</b>	<b>669,7</b>
Maranhão	351	11,4	11.910	195,1	40.840	669,1
Piauí	136	8,9	6.789	225,8	15.236	506,7
Ceará	436	10,5	72.713	898,0	79.608	983,1
Rio Grande do Norte	180	11,7	10.312	343,4	29.432	980,1
Paraíba	116	6,3	8.373	232,9	12.344	343,3
Pernambuco	215	4,9	33.211	394,7	32.818	390,1
Alagoas	113	7,3	7.260	240,7	12.709	421,4
Sergipe	113	11,3	4.293	218,2	3.035	154,2
Bahia	1.182	16,9	54.126	391,8	115.669	837,3
<b>Região Sudeste</b>	<b>6.382</b>	<b>15,9</b>	<b>478.204</b>	<b>609,4</b>	<b>973.154</b>	<b>1.240,1</b>
Minas Gerais	1.047	10,8	55.045	286,1	174.943	909,4
Espírito Santo	103	6,0	5.798	170,1	17.601	516,4
Rio de Janeiro	1.329	16,6	114.076	741,6	126.352	821,4
São Paulo	3.903	18,9	303.285	749,9	654.258	1.617,7
<b>Região Sul</b>	<b>2.831</b>	<b>20,7</b>	<b>118.101</b>	<b>437,8</b>	<b>481.426</b>	<b>1.784,8</b>
Paraná	831	16,0	37.803	368,4	143.454	1.397,9
Santa Catarina	597	20,3	7.712	131,5	93.631	1.596,0
Rio Grande do Sul	1.403	25,4	72.586	669,3	244.341	2.253,0
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>1.610</b>	<b>24,6</b>	<b>63.095</b>	<b>484,6</b>	<b>221.492</b>	<b>1.701,1</b>
Mato Grosso do Sul	373	33,0	3.709	163,8	30.532	1.348,3
Mato Grosso	256	18,8	9.864	351,9	36.587	1.305,2
Goiás	646	22,9	22.583	401,8	82.652	1.470,7
Distrito Federal	335	27,5	26.939	1.154,6	71.721	3.074,1

Ao analisarmos as ocorrências registradas pelas Polícias Cíveis de todo o Brasil, entre 2004 e 2005, nos municípios com população acima de 100 mil habitantes, chegamos a seguinte seleção dos municípios com situação de segurança pública mais precária:

- Crimes Violentos Letais Intencionais: Foz do Iguaçu (PR), Jaboatão dos Guararapes (PE), Olinda (PE), Macaé (RJ), Cariacica (ES) e Cabo de Santo Agostinho (PE).
- Crimes Violentos Não Letais contra a Pessoa: Rondonópolis (MT), Rio Branco (AC), Governador Valadares (MG), Vitória (ES), Macapá (AP), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), Itabuna (BA) e Samambaia (DF).
- Crimes Violentos contra o Patrimônio: Taguatinga (DF), Fortaleza (CE), Samambaia (DF), Belém (PA), Porto Velho (BA), Recanto das Emas (DF), Brasília (DF), São

<sup>2</sup> Nesta análise, estamos considerando as Regiões Administrativas do DF como municípios.

Caetano do Sul (SP), Ceilândia (DF), São Paulo (SP), Santa Maria (DF), Praia Grande (SP), Santo André (SP) e Campinas (SP).

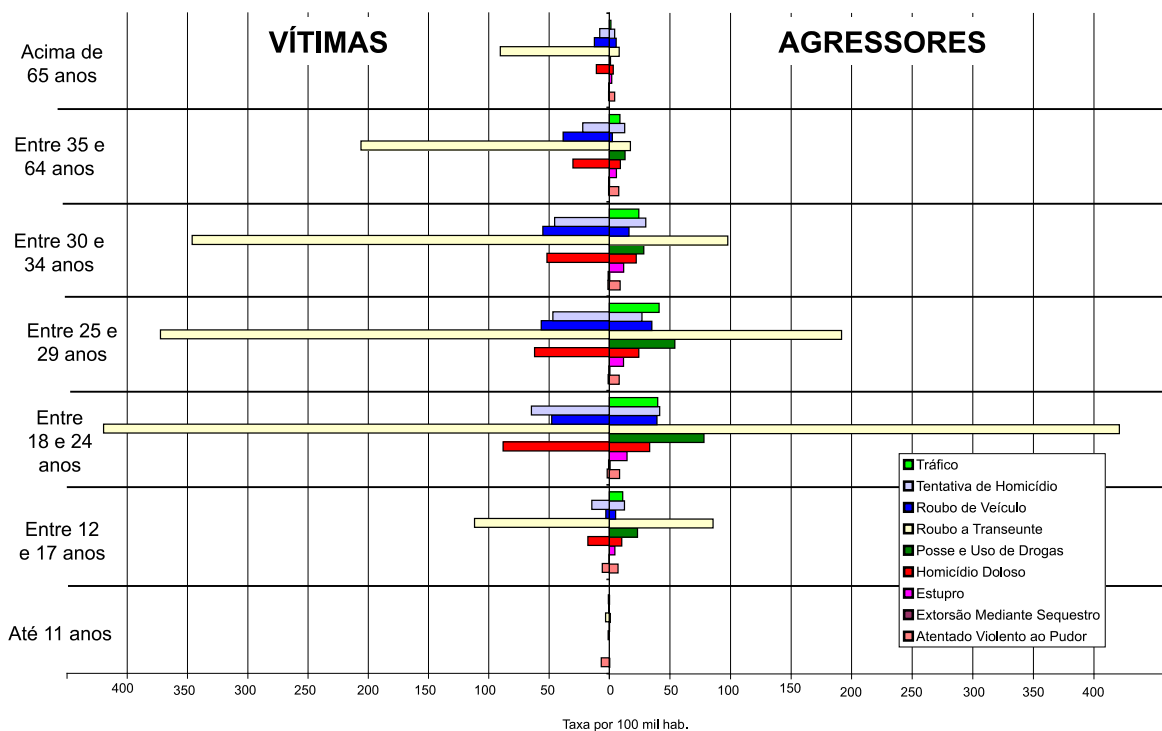
- **Delitos de Trânsito:** Araçatuba (SP), Patos de Minas (MG), Cuiabá (MT), Catanduva (SP), Araras (SP), Brasília (DF), Rio Claro (SP), Presidente Prudente (SP), Americana (SP), Marília (SP), Franca (SP), Barretos (SP), Ribeirão Preto (SP), Mogi Guaçu (SP), Jaú (SP), Indaiatuba (SP), Bauru (SP) e Limeira (SP).

- **Delitos Envolvendo Drogas:** Santos (SP), Brasília (DF), Ribeirão Preto (SP), Governador Valadares (MG), Barretos (SP), Catanduva (SP), Araçatuba (SP), Itapetininga (SP), São Vicente (SP), Vitória (ES), Jaú (SP), Franca (SP), Marília (SP), Bauru (SP) e São Carlos (SP).

## 2.2. Perfil das Vítimas e Agressores

A análise do perfil das vítimas e agressores evidencia informações importantes para o planejamento das políticas de segurança pública no Brasil, principalmente para ações de prevenção.

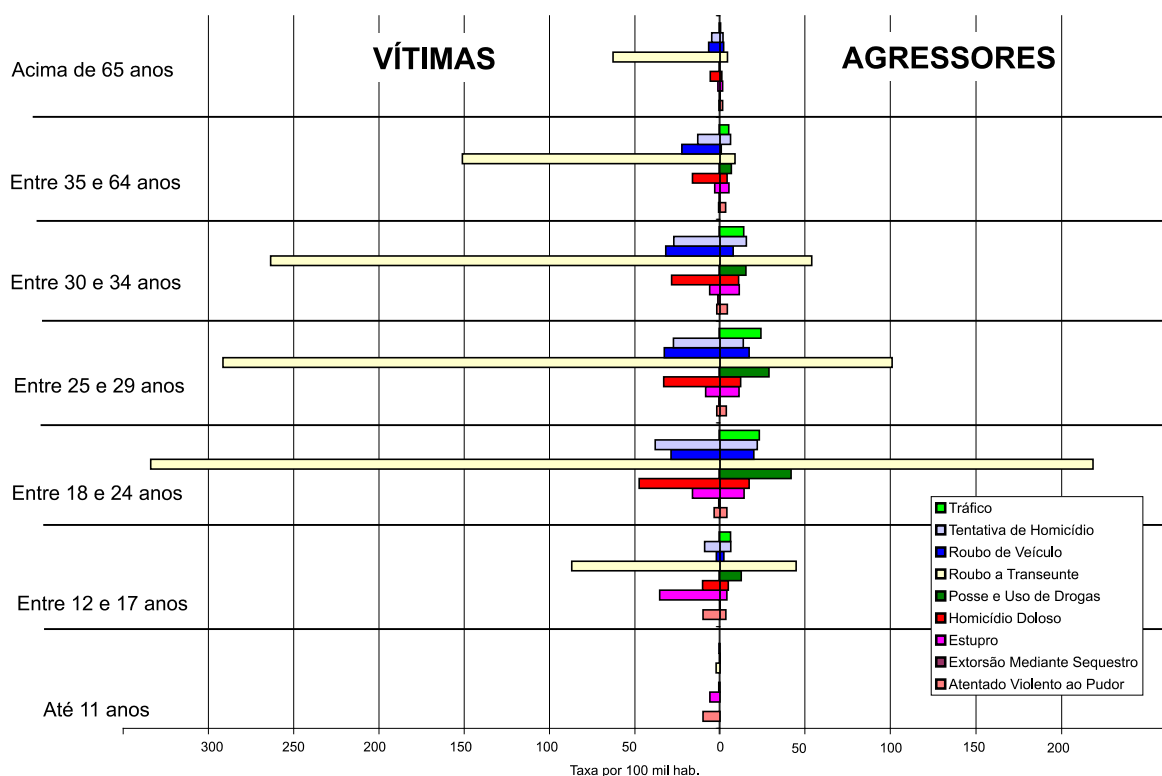
**Perfil das Vítimas e Agressores do Sexo Masculino nas Ocorrências Registradas pelas Polícias Cíveis (Brasil – 2005)**



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

O perfil típico da maior parte dos agressores de crimes violentos é ser homem com idade entre 18 e 30 anos. Isto só não ocorre no caso dos atentados violentos ao pudor, quando a idade do agressor típico é entre 30 e 34 anos. As mulheres aparecem apenas como agressoras na situação das lesões corporais. Cabe salientar, que vários pesquisadores fazem referência atualmente a uma propensão de adolescentes (12 a 17 anos) assumirem a culpa pelos delitos, levando a um incremento indevido da participação dos agressores com esta idade.

### **Perfil das Vítimas e Agressores do Sexo Feminino nas Ocorrências Registradas pelas Polícias Cíveis (Brasil – 2005)**



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Em relação ao perfil típico das vítimas, este varia quanto ao sexo e idade, resultando nas seguintes conclusões: no caso dos crimes contra os costumes, as vítimas são, em maioria, mulheres adolescentes (12 a 17 anos); e nos casos dos crimes contra o patrimônio, as vítimas são homens com idade entre 25 e 34 anos. Por fim, para homicídios dolosos e tentativas de homicídio, as vítimas são homens, principalmente com idade entre 18 e 24 anos, e, para as lesões corporais, homens e mulheres com idade entre 18 e 34 anos.

Verificamos, desta forma, como o foco de atenção das políticas públicas relativas aos agressores pode ser bem mais estreito que o foco das políticas que

pretendem atender às vítimas. Enquanto as primeiras devem atender sempre homens com idade entre 12 e 30 anos, as segundas devem selecionar também o tipo de crime ou delito que pretendem abordar, pois cada um possui um grupo específico de vitimados.

Ao avaliarmos a compatibilidade do número de ocorrências, vítimas e agressores, fica claro que a concepção de que, para cada ocorrência existe uma vítima e um agressor não é tão generalizada quanto se pensa. Alguns tipos criminais, como por exemplo, extorsão mediante seqüestro, furto a transeunte e roubo de veículo, envolvem, em muitos casos, vários agressores (gangues) e várias vítimas. Assim, encontramos em nossas análises várias situações nas quais o número de agressores e vítimas era superior ao número de ocorrências registradas. Por outro lado, sabemos também que o preenchimento dos boletins de ocorrência ainda passa por um sério problema nas Polícias Civis, no Brasil, em relação à confiabilidade das informações. Tal fato é evidenciado ao verificarmos a existência de várias situações nas quais o número de vítimas e agressores foi bem inferior ao número de ocorrências registradas. A não compatibilidade do número de ocorrências, vítimas e agressores nos faz questionar qual a melhor informação para o planejamento de políticas de segurança pública. Cada uma dessas informações traz desenhos diferentes sobre a situação da segurança pública e essa resposta dependerá do objeto da política a ser executada.

## 2.3. Perfil das Organizações

Apresentamos a seguir uma breve caracterização do perfil das organizações estaduais de segurança pública, em uma perspectiva comparativa entre Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militares. Os dados foram coletados por meio da pesquisa Perfil das Organizações de Segurança Pública, que é um dos módulos do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC.<sup>3</sup> As informações abaixo se encontram dentro da perspectiva nacional para os anos de 2004 e 2005. Uma vez que não dispomos de informações de todas as Unidades da Federação para estes dois anos, fizemos uma projeção nacional em função das situações encontradas naquelas que responderam aos questionários. Nosso objetivo é construir uma série histórica dessas informações visando qualificar o conhecimento da realidade e sofisticar a gestão da política nacional de segurança pública. Por isso, a pesquisa será repetida anualmente e esperamos ter uma adesão cada vez maior das organizações de segurança pública de todo o país.

---

<sup>3</sup> Entre as Polícias Militares, não responderam a pesquisa: 2004 (AM, DF, ES, PA, PB, PI e SP) e 2005 (AM, CE, ES, GO, MA, PA, PB, PR, PI, RN, RS, RR, SC e SP). Entre as Polícias Civis, não responderam a pesquisa: 2004 (BA, PB, PI, RO, SC e SP) e 2005 (AC, AM, CE, ES, MA, MG, PA, PI, PB, RR e SP).

## Investimentos das Organizações Estaduais de Segurança Pública

O investimento feito pelas organizações estaduais de segurança pública no Brasil, no ano de 2005, teve um pequeno acréscimo em relação ao total investido em 2004, subindo de R\$ 115,08 por habitante para R\$ 133,18 por habitante. Nos dois anos analisados, o maior gasto é realizado pelas Polícias Militares e o menor gasto é realizado pelos Corpos de Bombeiros Militares. As Polícias Civas e Militares aumentaram seus gastos e os Corpos de Bombeiros Militares reduziram seus gastos de 2004 a 2005.

### **Investimentos das Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004 e 2005)**

Organizações Estaduais	Gasto Total			
	2004	Gasto Percapita	2005	Gasto Percapita
Polícias Civas	R\$ 5.021.474.024,49	R\$ 27,65	R\$ 6.203.102.930,31	R\$ 33,68
Polícias Militares	R\$ 12.132.600.357,29	R\$ 66,82	R\$ 15.082.295.471,88	R\$ 81,89
Corpos de Bombeiros	R\$ 3.741.781.351,55	R\$ 20,61	R\$ 3.243.901.958,15	R\$ 17,61
Gastos Gerais	R\$ 20.895.855.733,34	R\$ 115,08	R\$ 24.529.300.360,34	R\$ 133,18

Fonte: Polícias Civas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

## Número de Profissionais das Organizações Estaduais de Segurança Pública

O número de profissionais nas organizações estaduais de segurança pública no Brasil, aumentou aproximadamente 12%, entre 2004 e 2005. No ano de 2004, tínhamos no Brasil cerca de 328 habitantes por profissional dessas organizações. No ano de 2005, este número passou para 297 habitantes por profissional. As Polícias Militares são as que reúnem o maior contingente de profissionais e os Corpos de Bombeiros Militares são os que reúnem o menor número de profissionais.

### ***Efetivo das Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004 e 2005)***

Organizações Estaduais	Efetivo Total Existente em:			
	2004	Habitantes por Profissional	2005	Habitantes por Profissional
Polícias Civas	109.920	1651,9	121.399	1517,2
Polícias Militares	382.353	474,9	435.544	422,9
Corpos de Bombeiros	61.042	2974,7	61.670	2986,6
Efetivo Total	553.315	328,2	618.613	297,7

Fonte: Polícias Civas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

## Equipamentos das Organizações Estaduais de Segurança Pública<sup>4</sup>

Em relação às viaturas existentes e em uso nas organizações estaduais de segurança pública no Brasil, no ano de 2005, verificamos o total de, aproximadamente, 76 mil viaturas, ou seja: uma viatura para cada oito profissionais. Ao avaliarmos a presença das armas letais, verificamos que o total de aproximadamente 476 mil armas. Em média, duas armas letais para cada conjunto de três profissionais. Verificamos, ainda, a presença considerável de equipamentos de proteção (376 mil) e armas não-letais (160 mil). Por fim, verificamos que existem aproximadamente 10.000 unidades operacionais de segurança pública no país. Comparativamente, verificamos que as Polícias Cíveis são as organizações mais bem equipadas e com a melhor relação de policiais por equipamento.

### **Recursos das Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004 e 2005)**

Organizações Estaduais			Polícias Cíveis		Polícias Militares		Corpos de Bombeiros	
			Equipamento	Efetivo por Equipamento	Equipamento	Efetivo por Equipamento	Equipamento	Efetivo por Equipamento
Recursos das Organizações Estaduais de Segurança Pública	Unidades Operacionais	2004	6.162	17,84	1.745	219,14	1.051	58,08
		2005	7.955	15,26	1.771	245,99	1.199	51,43
	Equipamentos de Transporte	2004	20.549	5,35	47.270	8,09	6.654	9,08
		2005	22.062	5,50	47.225	9,22	6.787	9,09
	Equipamentos de Proteção	2004	65.775	1,67	228.982	1,67	38.405	1,59
		2005	59.255	2,05	260.546	1,67	57.287	1,08
	Armamento Não Letal	2004	7.159	15,35	139.160	2,75	0	0
		2005	1.099	110,51	159.507	2,73	0	0
	Armamento Letal	2004	136.930	0,80	298.842	1,28	3.698	16,51
		2005	158.615	0,77	316.754	1,38	2.871	21,48

Fonte: Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

## Existência de Departamento Específico Responsável pela Execução de Ações de Prevenção<sup>5</sup>

Uma das formas de se verificar se a execução das ações de prevenção constitui uma das prioridades das organizações estaduais de segurança pública é a existência de algum departamento específico responsável por esse tipo de ação. Verificamos que vem aumentando a presença de departamentos responsáveis pela área de prevenção nas três organizações analisadas. Em 2005, 81% das Polícias Cíveis, todas as Polícias Militares e 77,8% dos Corpos de Bombeiros Militares possuíam estes departamentos.

<sup>4</sup> Equipamentos de Transporte incluem todos os meios: aéreo, terrestre e aquático. Equipamentos de Proteção incluem roupas, capacetes, máscaras, luvas, algemas, colete à prova de balas, escudo etc. Armas Não-Letais incluem tonfa, cassetete, munição química, granadas de efeito moral, munição não-letal etc. Armas Letais incluem carabinas, espingardas, revólveres, metralhadoras etc. Unidades Operacionais incluem unidades centrais, distritais e especializadas, e postos ou núcleos de atendimento.

<sup>5</sup> No caso das Polícias Militares e Polícias Cíveis são ações voltadas para a prevenção da violência e criminalidade. No caso dos Corpos de Bombeiros, são ações voltadas para a prevenção de sinistros.

## **Existência de Departamento Responsável pela Execução de Ações de Prevenção nas Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004 e 2005)**

Organizações Estaduais	Possui departamento responsável por executar ações de prevenção	
	2004	2005
Polícias Civis	66,7	81,3
Polícias Militares	80,0	100,0
Corpos de Bombeiros	70,4	77,8

Fonte: Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

### Mecanismos de Controle da Atuação das Organizações

O controle externo e interno das ações das organizações de segurança pública é um tópico destacado no Programa de Segurança Pública do Governo Federal. A tabela abaixo permite verificar como se constitui o atual processo de controle da atuação das organizações estaduais de segurança pública no Brasil. Verificamos que as Ouvidorias de Polícia são os órgãos que menos participam do controle da atuação das organizações. Por outro lado, os principais mecanismos de controle utilizados são a 'Legislação estadual, definindo o campo de atuação da instituição' e o 'Regulamento que prevê ações de averiguação, sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar'. Verificamos que as Polícias Civis se destacam das outras organizações por abrirem um espaço maior para a ação das corregedorias.

### **Mecanismos de Controle da Atuação das Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004)**

Tipos de Mecanismos de Controle da Atuação das Organizações	Presença dos Mecanismos por Organização		
	Polícia Militar	Polícia Civil	Corpo de Bombeiros
Legislação estadual, definindo o campo de atuação da Instituição	75,0	57,1	96,3
Ouvidoria específica da Instituição	30,0	4,8	19,2
Ouvidoria da Unidade da Federação	40,0	38,1	26,9
Corregedoria específica da Instituição	75,0	81,0	50,0
Código da conduta ou regulamento disciplinar próprio	80,0	42,9	73,1
Regulamento que prevê ações de averiguação, sindicância e PAD	80,0	61,9	80,8

Fonte: Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

### Feridos e Mortos nas Ações Policiais e dos Corpos de Bombeiros

Um total de 1.757 policiais militares, policiais civis e bombeiros militares morreram ou se feriram entre 2004 e 2005, envolvendo tanto policiais em serviço quanto fora de serviço. Ao mesmo tempo, 39.554 civis foram vítimas fatais

de ações empreendidas pelas Polícias e pelos Corpos de Bombeiros Militares, sendo 270 relacionados a ação da Polícia Civil, 1.173 relacionados às ações da Polícia Militar e 38.111 relacionados a ação dos Corpos de Bombeiros.

### ***Feridos e Mortos nas Ações Policiais e dos Corpos de Bombeiros (Brasil – 2004 e 2005)***

Organizações Estaduais	Civis Vítimas Fatais		Profissionais de Segurança Pública Mortos ou Feridos	
	2004	2005	2004	2005
Polícias Civis	32	2.352	54	543
Polícias Militares	653	520	692	645
Corpos de Bombeiros	17.697	20.414	137	151
<b>Total</b>	<b>18.382</b>	<b>23.286</b>	<b>884</b>	<b>1.440</b>

Fonte: Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

## **2.4. Conclusão**

Este diagnóstico sintético sobre a situação da segurança pública no Brasil aponta algumas conclusões que foram observadas na execução do planejamento de ações elaborado pela SENASP. A seguir uma breve referência aos principais pontos observados:

1. A diversidade das manifestações da violência no território nacional contextualizada pela diferença da situação da segurança pública em cada região do país implica, necessariamente, na necessidade de uma política nacional que reconheça as peculiaridades do problema da segurança pública em cada região;
2. A identificação de que muitos municípios no interior são mais violentos que as capitais implica na necessidade de uma política integradora entre União, Estados e Municípios, dirigindo ações que atendam esses municípios;
3. Verificamos que armas letais e viaturas existem em número próximo ao necessário. O principal problema é a má distribuição desses equipamentos;
4. Os mecanismos de controle da atuação das organizações privilegiam muito mais as irregularidades internas do que as externas;
5. Verificamos que já existe de modo bastante disseminado pelas organizações estaduais de segurança pública a noção de que é preciso direcionar ações no sentido da prevenção. Apesar disso, na prática, as ações de prevenção não têm sido a tônica das ações policiais. O fundamental passa a ser, portanto, definir ações preventivas que coloquem os servidores policiais maciçamente na atividade de prevenção ostensiva; e
6. O número significativo de policiais mortos e feridos e também de civis vitimados em incidentes relacionados à ação policial pode nos induzir a concluir que as condições de trabalho e a preparação dos policiais ainda não caracterizam um ambiente de construção da paz e promoção dos direitos humanos.



# 3

## Planejamento de Ações

Implantação do Sistema Único  
de Segurança Pública



**D**esde o ano de 2004, o Plano Plurianual do Governo Federal inclui as seguintes ações no programa relacionado à implantação do SUSP:

- Modernização Organizacional das Instituições do Sistema de Segurança Pública (Implantação da Segurança Cidadã);
- Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional; Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública;
- Implantação de Projetos de Prevenção da Violência; Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais;
- Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança; Intensificação da Repressão Qualificada.

### **3.1. Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional**

O Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional tem os seguintes objetivos: planejar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino, de gerência técnico-operacional dos profissionais das agências de Segurança Pública em cooperação com Estados, Municípios e Distrito Federal; identificar e propor novas metodologias e técnicas de ensino voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública, Justiça Criminal e órgãos periciais; promover formação continuada dos profissionais de Segurança Pública, Justiça Criminal, órgãos periciais e gestores locais de segurança; valorizar o profissional de segurança pública por meio da capacitação e de outras ações de cunho sócio-econômico. A partir desses objetivos, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Implantação do Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional em Segurança Pública e Corpos de Bombeiros;
2. Integração das instituições responsáveis pela formação básica e superior das polícias estaduais e federais, bem como profissionais de Corpos de Bombeiros;
3. Estruturação do ensino à distância;
4. Consolidação da Implementação da Matriz Curricular Nacional para as Instituições Policiais;
5. Elaboração da Matriz Curricular Nacional para Guardas Municipais com a implementação de políticas de formação continuada e de qualificação de

Guardas Municipais;

6. Elaboração da Matriz Curricular Nacional para Corpos de Bombeiros;

7. Implantação de Centros de Atendimento psicossocial aos profissionais de Segurança Pública e Corpos de Bombeiros e suas famílias.

## **3.2. Modernização Organizacional da Instituições do Sistema de Segurança Pública**

Com o objetivo de apoiar a modernização das instituições de segurança pública nos aspectos de gestão do conhecimento, valorização e formação profissional, estruturação e modernização da perícia, prevenção, controle externo, participação social e reorganização da estrutura institucional, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Apoio à modernização das instituições estaduais e municipais de segurança pública;
2. Contratação de créditos e assessoramento técnico junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e outras instituições e organismos internacionais de financiamento público;
3. Apoio à modernização tecnológica das organizações de segurança pública em todo o País.

## **3.3. Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública**

Com a finalidade de instalar unidades físicas com infra-estrutura para o exercício das funções de segurança pública, a SENASP estimulou o desenvolvimento de projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de perícia, bem como as Secretarias de Segurança Pública e unidades correlatas.

## 3.4. Implantação de Projetos de Prevenção da Violência

Com a finalidade de apoiar os Estados, Distrito Federal, municípios e consórcios intermunicipais na elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção da violência, com o objetivo de combater a criminalidade e a discriminação, bem como promover meios para o preparo constante de profissionais de segurança, sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade na participação e gestão da segurança pública, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Proposição, organização, sistematização, apoio à implantação e divulgação dos instrumentos essenciais para a elaboração e implementação de projetos estaduais, regionais e municipais de prevenção primária e secundária da violência, destinados, sobretudo, à juventude e suas famílias. O objetivo é oferecer condições de diminuição da vulnerabilidade e aumento da resiliência dos mesmos frente à criminalidade;
2. Articulação intermunicipal e estadual para a implantação, monitoramento e avaliação dos consórcios municipais de prevenção primária e secundária da criminalidade e violência. O objetivo é oferecer condições de diminuição da vulnerabilidade social e pessoal e o aumento da resiliência da população jovem frente à criminalidade;
3. Apoio à implementação de projetos de gestores comunitários de segurança urbana, em prevenção primária e secundária da violência, especialmente nos municípios que não possuem guardas municipais;
4. Promoção de intercâmbio entre os Estados e municípios por meio de um cadastro de experiências de êxito em prevenção da violência;
5. Articulação de grupos vulneráveis – livre orientação sexual, etnia, criança e adolescente, mulheres, entre outros – para a formação de pólos permanentes de análise e discussão junto às instituições de segurança pública. A proposta é incentivar a formulação, proposição e implementação de políticas públicas de prevenção da violência e discriminação no âmbito da segurança pública;
6. Contribuição para a implantação de Política Nacional de Combate à Violência Doméstica e de Gênero por meio da sensibilização dos profissionais de segurança pública, da promoção de campanhas de conscientização e da prevenção;
7. Apoio à implantação dos projetos nacionais de prevenção ao uso de drogas e violência, prevenção à exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de seres humanos e atendimento humanizado às vítimas de violência sexual;

8. Apoio à articulação e implantação de Conselhos de Segurança Pública e Ouvidorias de Polícia com o objetivo de fortalecer o controle externo da atividade dos profissionais de segurança e a participação popular na gestão da segurança pública;

9. Estímulo à Política Nacional de Polícia Comunitária e Segurança Comunitária por meio da implementação de projetos e divulgação de experiências existentes em todo o país;

10. Direitos Humanos em Segurança Pública: sistematizar as denúncias de violação de Direitos Humanos encaminhadas à SENASP e as providências realizadas pelos Estados e Distrito Federal, buscando informações acerca do respeito desses entes aos Direitos Humanos na área de segurança pública; contribuir na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à consolidação do respeito aos Direitos Humanos.

### **3.5. Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais**

Com a finalidade de promover a valorização da informação como instrumento de ação das instituições de segurança pública e contribuir para a difusão da gestão de segurança pública, qualificar, democratizar, racionalizar e incrementar a eficiência das ações implementadas, proporcionando a transparência dessas, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações e subsistemas:

1. Sistema de Monitoramento da Criminalidade em Ambiente Urbano – Terra Crime – objetivando o desenvolvimento de análises estatísticas do fenômeno da criminalidade em ambiente urbano que sirvam de base para o planejamento e implantação de políticas nacionais de segurança urbana;

2. Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – objetivando a coleta e recuperação de informações criminais quantitativas e qualitativas capazes de produzir “inteligência criminal” e com isso municiar os tomadores de decisões da área de segurança pública com dados estratégicos para o estabelecimento de políticas de controle e prevenção da criminalidade, especialmente no que se refere às organizações criminosas;

3. Sistema de Avaliação e Monitoramento de Implantação dos Planos Estaduais e Municipais de Segurança Pública, bem como dos convênios celebrados com os entes federados, com base na aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública;

4. Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública – constituindo uma base de registros criminais (inquéritos, mandados de prisão, armas e veículos roubados) das diversas instituições de segurança pública e justiça criminal do Brasil com o objetivo de integrar as ações operacionais destas instituições – INFOSEG;
5. Política de incentivo à elaboração de estudos e pesquisas aplicadas em segurança pública e justiça criminal com a finalidade de produzir estudos, pesquisas e diagnósticos que contribuam concretamente no processo de institucionalização do SUSP e implementação de ações consideradas prioritárias em segurança pública – Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública, pesquisas temáticas ou voltadas a grupos vulneráveis e Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
6. Implantação de um sistema de comunicação de informações on line para o público interno e externo às agências de segurança pública e justiça criminal, bem como o intercâmbio de conhecimento entre os operadores da área; implantação do Portal de Segurança Cidadã, constituindo uma parceria entre o PNUD, a rede de instituições estaduais, municipais, universitárias e da sociedade civil. A rede é capaz de identificar, catalogar e divulgar práticas, estratégias e tecnologias em áreas consideradas prioritárias para a SENASP;
7. Adequação lógica para a modernização ou implantação de sistemas de informações;
8. Adequação lógica para a modernização ou implantação de sistemas de telecomunicações compartilhados com sistemas de gerenciamento de bancos de dados para aperfeiçoar o sistema de gestão operacional de segurança pública;
9. Integração do Sistema Nacional de Informações e Identificação Criminal – SINIC – AFIS possibilitando maior eficácia na troca de informações criminais entre as Secretarias Estaduais, o Departamento de Polícia Federal e a SENASP;
10. Dotação para Instituições de Segurança Pública de equipamentos para produção de prova por meio da reestruturação e desenvolvimento tecnológico das áreas de fonética forense, perícia em DNA, sistema de identificação digital criminal – AFIS, sistemas de comparação balística, geofísica forense, medicina legal, entomologia forense, entorpecentes, crimes ambientais, dentre outras;
11. Implementação do Sistema Nacional de Identificação Civil (RIC).

## 3.6. Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança

Com a finalidade de implementar projetos de modernização das organizações estaduais e municipais de segurança pública, priorizando as atividades funcionais e operacionais das polícias e guardas municipais por intermédio de recursos do Tesouro ou investimentos internacionais, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Ampliação, efetivação e solidificação da presença das instituições policiais brasileiras em todo o território nacional;
2. Modernização e adequação das instalações físicas de materiais e equipamentos adequados para a atividade administrativa e operacional;
3. Implantação de meios de transporte aéreo, terrestre e de patrulha portuária e costeira, considerando as peculiaridades geográficas e a natureza da missão de cada instituição;
4. Desenvolvimento e implantação de técnicas e modelos operacionais e de gerenciamento policial direcionados para a prevenção e repressão à criminalidade inspirados em experiências de sucesso em outros países;
5. Aperfeiçoamento dos sistemas logísticos e os recursos tecnológicos para o desempenho das atividades de prevenção e repressão à criminalidade;
6. Aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão, ampliando os canais de comunicação entre as instituições policiais e a sociedade civil;
7. Desenvolvimento de metodologias operacionais e táticas, em nível local, regional e nacional e a definição de políticas de controle e intervenções em áreas estratégicas;
8. Formulação e proposta das diretrizes para elaboração, execução e controle de um Plano da Qualidade no âmbito das organizações policiais, articulando esforços para o contínuo aprimoramento dos serviços prestados à comunidade e à administração pública;
9. Proposição de iniciativas de renovação e modernização da cultura institucional organizacional predominante nas instituições de segurança brasileiras;
10. Apoio a projetos em 54 Forças Policiais Estaduais (dois por Estado) e 70 Guardas Municipais (dez municípios da Região Norte, cinco da Região Centro-Oeste, Cinco da Região Nordeste, dez da Região Sul e 40 da Região Sudeste).
11. Apoio à estruturação e modernização das Corregedorias de Polícia, com objetivo de qualificar e agilizar o controle interno da atividade policial;



12. Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional das organizações de segurança pública:

- Armas, munições e equipamentos letais e não-letais;
- Veículos e aeronaves voltados ao emprego operacional e administrativo;
- Equipamentos de proteção individual;
- Equipamentos de radiocomunicações para emprego operacional das organizações de segurança pública;
- Mobiliário e materiais diversos para atividade administrativa funcional dos órgãos de segurança pública que estejam inseridos no contexto da modernização da gestão de segurança pública.

### **3.7.Intensificação da Repressão Qualificada**

Com a finalidade de implementar e coordenar atividades integradas de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão da criminalidade em áreas específicas, localizadas em todo o território nacional, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Estruturação da Força Nacional de Segurança Pública com atuação em todo o território nacional no controle e combate da criminalidade em eventos episódicos;
2. Aquisição de bens e serviços para constituição de equipes multidisciplinares da Força Nacional de Segurança Pública que atuarão em operações excepcionais, objetivando o controle e a repressão à criminalidade em áreas críticas ou em situações adversas;
3. Repasse de meios para preparo constante dos profissionais escolhidos para atuar na Força Nacional de Segurança Pública;
4. Estabelecimento de métodos e técnicas para otimizar a persecução penal e estruturar equipes capazes de reduzir índices de impunidade em crimes diversos;
5. Disponibilização de informações de inteligência comuns às instituições policiais para permitir a orientação de suas ações de repressão à criminalidade;
6. Padronização de procedimentos operacionais para emprego da Polícia Militar em atividades ostensivas e de investigação policial na Polícia Civil. Os procedimentos garantem mais eficiência nos indiciamentos e no conjunto probatório recolhido para instrumentalizar os processos judiciais;
7. Estímulo a ações integradas entre os órgãos de inteligência policial para controle e combate do crime organizado;
8. Estímulo à modernização das estruturas das Corregedorias de Polícia

estaduais;

9. Desenvolvimento de projetos de repressão aos homicídios dolosos;

10. Criação de equipes especiais e órgãos especializados em nível estadual para atuar em parceria com órgãos federais e estaduais;

11. Manutenção de informações, no âmbito da SENASP, sobre lavagem de dinheiro e pessoas desaparecidas ou seqüestradas, abrindo espaço para participação de órgãos da área financeira dos Estados e da União.

4

Ações  
Realizadas  
pela SENASP



**A**presentamos a seguir o conjunto de 51 ações desenvolvidas pela SENASP no período de 2003 a 2006, distribuídas entre os sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento, reorganização institucional, formação e valorização profissional, prevenção, estruturação da perícia, controle externo e participação social e programas de redução da violência. Segue também uma descrição sumária de cada uma das ações.

## **Ações Estruturantes para Implantação do SUSP**

### **GESTÃO DO CONHECIMENTO E INFORMAÇÕES CRIMINAIS**

- Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal
- Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP
- Relatórios e Pesquisas em Segurança Pública
- Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal
- Projeto Arquitetura Institucional do SUSP

### **FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

- Matriz Curricular Nacional para Ensino Policial
- Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública
- Rede de Educação à Distância para Segurança Pública
- Formação em Direitos Humanos
- Projeto Interagir
- Ações Formativas
- Matriz Curricular das Guardas Municipais
- Portal de Segurança Pública

### **GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES**

- Padronização de Procedimentos e Modernização dos Corpos de Bombeiros
- Mecanismos de Distribuição dos Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública
- Modernização da Polícia Civil
- Processo de Fiscalização das Prestações de Conta dos Convênios SENASP
- Sistema de Cadastro e Monitoramento dos Convênios SENASP

### **PROGRAMAS DE PREVENÇÃO**

- Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade
- Projeto de Identificação das Mulheres Trabalhadoras Rurais
- Tráfico de Seres Humanos
- Plano Integrado de Segurança Pública
- Política Nacional de Polícia Comunitária
- Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade

- Consórcios Intermunicipais de Prevenção à Violência e Criminalidade
- Política Nacional de Prevenção ao Uso de Drogas
- Modernização das Delegacias de Crianças e Adolescentes

## ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PERÍCIA

- Implantação dos Laboratórios Regionais de DNA
- Microscopia Eletrônica de Varredura Aplicada a Balística Forense
- Centro de Treinamento de Comparação Balística
- Centro Nacional de Entomologia Forense
- Capacitação em Genética Forense
- Capacitação em Fonética Forense
- Capacitação em Toxicologia Forense
- Assessoria Técnica nos Estados para Estruturação da Perícia

## CONTROLE EXTERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Incentivo à implantação e criação das Ouvidorias de Polícia

## AÇÕES PARA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

- Segurança Dignitários
- Gerenciamento de Crises e Controle de Operações Especiais
- Resolução Pacífica de Conflitos
- Formação dos Policiais Condutores de Cães Farejadores de Drogas, Explosivos e Cadáveres
- Força Nacional de Segurança Pública
- Modernização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)
- Aquisição Direta de Viaturas para as Polícias Militares
- Comissão Nacional de Segurança Pública dos Portos, Terminais e Vias Navegáveis
- Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG)
- Portal Corporativo da Rede INFOSEG
- Integração aos dados da receita federal à Rede INFOSEG
- Integração dos Países do MERCOSUL à Rede INFOSEG
- Projeto Fronteiras (SINIVEN)
- Gabinetes de Gestão Integrada
- Sistema Nacional de Inteligência
- Modernização do Sistema Aeropolicial
- Difusão do Uso do Geoprocessamento em Segurança Pública
- Capacitação de Gestão em Segurança Pública

## 4.1. Ações Estruturantes para Implantação do SUSP

### 4.1.1. Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

#### Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - SINESPJC

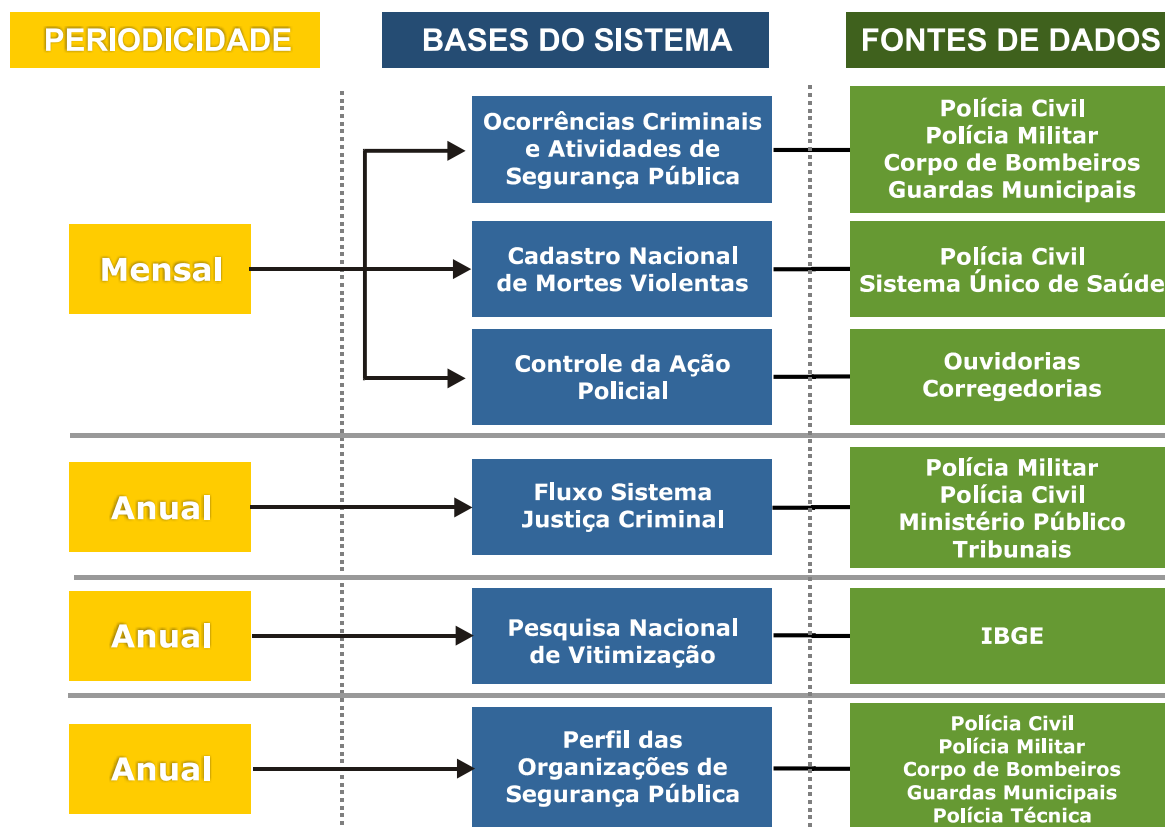
O SINESPJC é uma base de dados alimentada continuamente com estatísticas de segurança pública e justiça criminal de todo o Brasil. Os princípios fundamentais de constituição do sistema são a criação de conhecimento que promova a integração das organizações de segurança pública e o subsídio para a implantação da gestão como princípio de administração dessas organizações. O sistema possui seis módulos diferentes: 1) Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública - monitora ocorrências criminais e atividades de segurança pública em todo Brasil, detalhando as informações para os 224 municípios brasileiros com população acima de 100 mil habitantes, e caracteriza vítimas, agressores, pessoas presas e a presença de armas; 2) Perfil das Organizações de Segurança Pública - monitora as organizações de segurança pública em relação às condições de funcionamento, recursos humanos, recursos materiais convencionais e ações executadas; 3) Fluxo do Sistema de Justiça Criminal - monitora o fluxo das ocorrências criminais no Sistema de Justiça Criminal (Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Tribunais) em cada Unidade da Federação; 4) Pesquisa Nacional de Vitimização - avaliação da população vitimada pela violência, notificação de crimes, satisfação da população em relação à atuação da polícia e outras avaliações da população em relação às políticas de segurança pública; 5) Cadastro Nacional de Mortes Violentas - cadastro com informações de vítimas, agressores e características dos incidentes de homicídio doloso de todo país; 6) Controle da Ação Policial – monitoramento dos recursos de trabalho e resultados alcançados pelas Ouvidorias e Corregedorias de Polícia em todo o Brasil.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o ano de 2006, foram implantados os módulos “Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública – PC e PM” e “Perfil das Organizações de Segurança Pública” – PC, PM, CB, DEAM, DECAP, IML, GM, Corregedorias e Academias de Polícia. O módulo “Controle da Ação Policial” está sendo implantado por meio da criação do Sistema Nacional de Gestão das Ouvidorias, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos em convênio com a União Européia. Pesquisas piloto do módulo “Fluxo do Sistema de Justiça Criminal” já foram realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo e a implantação plena do módulo deverá ocorrer a partir de 2007. Entre as ações para implantação do SINESPJC realizamos também atividades de capacitação sobre a importância e uso do sistema na BA, RS, PR, ES, TO, MT, PB e PE.

Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (2) e Intensificação da Repressão Qualificada (11)

## Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (2007)



### Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP

O sistema tem como objetivo ajudar a SENASP a monitorar e avaliar a implantação do SUSP, tanto pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, quanto pela própria SENASP. Sua execução envolve dois processos distintos: (1) a coleta anual de informações junto às Secretarias Estaduais de Segurança Pública sobre algumas ações compreendidas como essenciais para a implantação do SUSP, e (2) o monitoramento anual das ações dos gestores da SENASP, verificando sua adequação e cumprimento da execução da implantação do SUSP. Cabe salientar, que estes processos de monitoramento abordam os seis eixos estratégicos do SUSP.

### RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, concluímos as avaliações referentes à implantação do SUSP nos Estados (2004 e 2005) e a avaliação referente a implantação do SUSP pela SENASP (2006). Os resultados alcançados pelos Estados e pela SENASP, presentes no final deste relatório, são importantíssimos para subsidiar o planejamento das ações da SENASP e estão sendo utilizados na determinação da distribuição dos recursos do FNSP para os estados.

Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (3)



## Relatórios e Pesquisas em Segurança Pública

A equipe da SENASP elaborou uma série de pesquisas e relatórios relacionados à área de segurança pública para subsidiar o planejamento de ações e políticas pelos governos federal, estaduais e municipais, e difundir conhecimento sobre segurança pública para a sociedade.

### RESULTADOS ALCANÇADOS

Entre as principais pesquisas e relatórios elaborados destacamos: 1) Coletânea de Pesquisas sobre os Custos da Violência e Criminalidade no Brasil, 2) Mapa da Criminalidade Violenta no Brasil (2001 a 2005), 3) Distribuição dos Homicídios nas RMs Brasileiras, 4) Pesquisa de Vitimização no Brasil (2001), 5) Perfil Organizacional das DEAMs, 6) Perfil Organizacional das Organizações Estaduais e Municipais de Segurança Pública - Polícia Militar, Polícia Civil, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais, 7) Perfil Organizacional das Instituições de Aviação em Segurança Pública, 8) Perfil Organizacional dos Institutos de Medicina Legal, 9) Perfil Organizacional das DPCAs, 10) Perfil Organizacional das Academias e Centros de Formação – PM, 11) Perfil das Vítimas e Agressores nas Ocorrências Registradas pelas Polícias Cíveis e 12) Perfil Organizacional das Corregedorias. A maior parte desse material encontra-se disponível na internet ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)) – seção de estatísticas

Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (5)

## Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal

O concurso selecionou 60 projetos de pesquisas aplicadas nas sete áreas fundamentadas nos eixos estratégicos do SUSP. Para cada uma das áreas foram identificados problemas práticos específicos que precisavam ser solucionados para subsidiar a efetiva e correta implantação do SUSP. As pesquisas foram elaboradas durante o ano de 2005.

### RESULTADOS ALCANÇADOS

Desde de janeiro de 2006, a maior parte dos relatórios encontra-se disponível na internet ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)) – seção concurso de pesquisas aplicadas. As pesquisas foram apresentadas para a comunidade científica na 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Caxambu/MG). Algumas pesquisas relacionadas aos temas de Perícia, Polícia Comunitária e Sistema Prisional tiveram papel fundamental no desenvolvimento de ações pelos gestores da SENASP.

Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (5) e Reparcelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança (7)

## Projeto Arquitetura Institucional do SUSP

No contexto de implantação do SUSP e com o propósito de criar padrões mínimos de normatização e implementação do Programa de Segurança Pública para o Brasil, estabeleceu-se uma parceria entre o Ministério da Justiça, FIRJAN

e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para definir conteúdos e orientações para uma Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública. A SENASP estruturou a execução do trabalho em nove eixos temáticos: 1) Controle de Armas; 2) Controle Externo e Participação Social; 3) Estruturação e Modernização da Perícia; 4) Gestão da Segurança Municipal e Guardas Civis; 5) Sistema Penitenciário; 6) Formação Policial; 7) Gestão da Informação; 8) Gestão Organizacional; 9) Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública. O material serve de base para o desenvolvimento de projetos e ações na SENASP, fornecendo os subsídios necessários para a equipe técnica realizar suas atividades.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Os nove relatórios que fazem parte deste projeto já estão prontos e disponíveis no Portal de Segurança Cidadã.  
([www.segurancacidade.org.br](http://www.segurancacidade.org.br))

Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (5)

### 4.1.2. Formação e Valorização Profissional

O Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional tem como objetivos: (a) Planejar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino, de gerência, técnico e operacional, dos profissionais de Segurança Pública em cooperação com as Unidades da Federação; (b) Identificar e propor novas metodologias e técnicas de ensino voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública e órgãos periciais; (c) Promover formação continuada dos profissionais de Segurança Pública, órgãos periciais e gestores locais de segurança; e (d) Valorizar por meio da capacitação e de outras ações de cunho sócio-econômico voltadas ao profissional de segurança pública.

Para alcançar seus objetivos foi realizado, em parceria com a UNODC/ONU, um diagnóstico na área de educação em segurança pública, pelo qual constamos uma série de carências, das quais destacam-se:

- Precariedade da organização da formação – a formação dificilmente alcança o conjunto dos profissionais e, quando isto acontece, ela se dá de maneira fragmentada e, às vezes, com escassa qualidade;
- Falta de padronização dos conteúdos formativos – as formações em segurança pública, de maneira geral, não respondem a um princípio de padronização válido em todo o país;
- Fragilidade dos princípios pedagógicos – embora as academias de polícias estaduais tenham se esforçado para alinhar a formação policial aos princípios democráticos e científicos condizentes com uma concepção moderna de Segurança Pública, a concretização dos mesmos não tem sempre se traduzido em novas práticas formativas;

- Insuficiência da qualificação dos instrutores – o corpo docente tem mostrado limitações em sua formação, sobretudo nos aspectos metodológicos e nas habilidades didáticas;
- Precariedade e/ou subutilização das estruturas – as estruturas de formação têm se caracterizado por insuficiência de recursos materiais e, em alguns casos, ainda que suficientemente dotadas, elas funcionam abaixo da sua capacidade de atendimento;
- Ausência de integração entre as instituições de ensino – Uma das grandes carências, na atual conjuntura brasileira, é certamente a ausência de integração de suas instituições, notadamente no contexto estadual. Tal fragmentação existe igualmente entre as instituições de ensino, repercutindo negativamente na possibilidade de difusão de práticas integradas entre as agências policiais;
- Insuficiência da resposta às demandas – a demanda por formação, em todos os segmentos das corporações e da sociedade civil, supera amplamente a atual capacidade de atendimento pelas instituições de ensino; e
- Ausência de uma política de valorização profissional.

Frente a esta realidade, coube à SENASP iniciar uma reforma na educação em Segurança Pública, que se dá de uma forma quase silenciosa, comprometida com uma formação que permita aos operadores de segurança pública compreenderem sua função social, assim como, tecnicamente, estar capacitados para seu exercício, concebendo um Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional com várias ações consideradas estruturantes. O Sistema se traduz na elaboração e implementação de uma Matriz Curricular Nacional ultrapassando o conceito de Bases Curriculares; na elaboração e na execução de uma política de formação democrática e continuada – Ensino a Distância; na implementação de uma Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública – RENAESP; na difusão dos Direitos Humanos, na elaboração de propostas para a Integração das Academias e Centros de Formação; na proposição de programas de valorização profissional, e no apoio e na realização de ações formativas.

#### Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial

A Matriz Curricular Nacional constitui um referencial nacional para a formação dos operadores de Segurança Pública calcado nos princípios de direitos humanos e cidadania, integração, interdisciplinariedade, continuidade e qualidade que visa padronizar as atividades formativas em Segurança Pública com foco na formação humanística e técnica em todas as Unidades da Federação. A implementação desse referencial pedagógico para os profissionais de Segurança Pública tem provocado importantes mudanças no que diz respeito à formulação das políticas orientadoras da formação, do desenvolvimento profissional e da educação permanente de seus profissionais. A MCN propõe instrumentos que permitam orientar práticas formativas e situações de trabalho em Segurança Pú-

blica, proporcionando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre Eixos Articuladores e Áreas Temáticas, indicando como objetivos gerais e essenciais à formação:

- a compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania;
- o posicionamento crítico, responsável e construtivo nas diferentes situações sociais;
- a percepção dos agentes transformadores da realidade social e histórica do país;
- o conhecimento e valorização da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira;
- o conhecimento e domínio das diversas técnicas do uso da força e da arma de fogo;
- o desenvolvimento do auto-conhecimento dos profissionais da segurança pública; e
- a utilização de diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos que norteiam a atuação dos profissionais da área de segurança pública.

Destacamos como principais estratégias adotadas para a implementação da MCN:

(1) Pactuação com os Entes da Federação: a pactuação é um exercício permanente em razão da peculiaridade de cada local e instituição, bem como pelos diferentes níveis de processo de Educação em Segurança Pública dos parceiros;

(2) Criação de um Grupo da MCN: a Secretaria Nacional de Segurança Pública criou, mediante Portaria nº de 03 de abril/2005 um grupo representativo por instituição e região para estudar, refletir e propor adequações à Matriz. Esse grupo é formado por policiais civis, militares e corpo de bombeiros. As propostas elaboradas por este GT foram apresentadas e discutidas em encontros/reuniões com todos os representantes estaduais. Desta forma, a SENASP legitima o processo de construção e pactuação da política de formação adotada;

(3) Elaboração das Diretrizes de implementação: em 2005, elaboramos documento chamado “Diretriz de implementação da Matriz” que traz referências e princípios, e mostra como trabalhar os eixos ético, legal e técnico, pertinentes ao ensino do profissional da área de segurança pública, num Estado Democrático de Direito. O documento referencia o conceito de integração trabalhado pela SENASP na área da formação, recomendando a criação de uma Coordenação (ou outra denominação) de Ensino, única e integrada, que ficará responsável pelo planejamento de ensino, execução e acompanhamento das ações de educação, e propõe a adoção de um núcleo comum de disciplinas;

(4) Elaboração da Malha Curricular: em 2006, elaboramos uma malha de disciplinas que congregam os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudi-

nais, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública. Para tanto, foram consideradas as especificações dos quadros de profissionais da área de Segurança Pública, descritos na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho (<http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>). Além disso, o documento trabalha com o Mapa de Competências favorecendo a identificação de conteúdos conceituais (leis, teorias e princípios), conteúdos procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais, traduzidas em métodos, técnicas e procedimentos) e conteúdos atitudinais (valores, crenças, atitudes e normas), possibilitando um equilíbrio entre os conteúdos propostos;

(5) Elaboração do Documento Matriz Curricular em Movimento: este documento é um guia didático-metodológico que tem por objetivo apresentar idéias e sugestões de estratégias e ações - com base nos princípios e fundamentos da Matriz Curricular Nacional - que possam subsidiar o gestor, técnico ou professor que atuam nos Centros de Ensino de Formação dos Profissionais de Segurança Pública, na reflexão da prática pedagógica, no planejamento e na execução das ações formativas; e

(6) Realização de Oficinas Regionais: tem como objetivo conhecer e analisar os currículos e projetos educacionais que estão sendo desenvolvidos nas Academias e Centros de Formação em relação à MCN, mediante relato de experiência, analisar junto aos Parceiros das Diretrizes Pedagógicas a Malha Curricular apresentada pela SENASP e discutir Direitos Humanos como tema transversal às disciplinas.

De 2003 a 2005 foram investidos aproximadamente R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) com a prestação de serviços para elaboração (pedagogos), reuniões e seminários. O ano de 2006, em razão da não liberação dos créditos e dos remanejamentos realizados, só foi possível a realização de quatro Oficinas Regionais, nas quais foram investidos R\$ 250.477,80 (duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta centavos) com diárias, passagens e infra-estrutura.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Atualmente, as 27 Unidades da Federação utilizam a MCN como referência. Essa utilização se dá de forma diferenciada nas Unidades e Instituições, em razão dos processos diferenciados de educação em Segurança Pública implementados. É válido destacar que não há mais resistência na inclusão dos Direitos Humanos nos currículos dos cursos de Segurança Pública, todavia, percebemos que isto não garante que o mesmo esteja sendo trabalhado de forma transversal.

Execução PPA: Sistema Integrado de Formação (4) e Valorização Profissional (5)

## Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública

A Rede é composta por Instituições de Ensino Superior – IES, públicas e privadas, devidamente credenciadas pela SENASP para a promoção de cursos de especialização (Latu Senso) em Segurança Pública, para difundir entre os profissionais da área e, deste modo, entre as instituições em que trabalham, o conhecimento e capacidade crítica necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, comprometido com a cidadania, os Direitos Humanos e a construção da paz social e articulado com os avanços científicos e o saber acumulado. Dentre seus objetivos destacamos:

- Articulação do conhecimento prático dos policiais, adquirido no seu dia-a-dia profissional, com os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico;
- Construção de uma cultura de segurança pública fundada nos paradigmas da modernidade, da inteligência, da informação e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas; e
- Incentivo a elaboração de estudos, diagnósticos e pesquisas aplicadas em Segurança Pública que contribuam para o processo de institucionalização do SUSP e implementação de ações consideradas prioritárias em segurança pública.

Destacamos como principais estratégias adotadas para a implementação da RENAESP:

(1) Elaboração do Edital de Credenciamento: publicado no dia 27 de dezembro de 2005, o edital permaneceu aberto por seis meses.

(2) Estruturação da Comissão Julgadora: a comissão julgadora foi designada por Portaria, em 2 de maio de 2007, e foi formada por representantes da SENASP, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e do Comitê Nacional de Educação para Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. A Comissão ficou responsável pela análise dos Currículos enviados pelas IES, considerando os elementos do Edital, tais como a adequação da proposta de curso aos princípios da Matriz Curricular Nacional, a realização de Curso de Especialização na área de segurança pública nos últimos cinco anos, possuir experiência na formação de policiais nos últimos cinco anos, possuir corpo docente com a titularidade de mestres e doutores e apresentação de conteúdos programáticos e metodologias enfatizando o tema das políticas e das práticas de segurança pública em relação aos direitos humanos, à violência de gênero, à liberdade de orientação sexual e o enfrentamento da homofobia, e à igualdade racial;

(3) Credenciamento e Contratação de IES: 21 IES para a realização de Cursos de Especialização na modalidade presencial e uma na modalidade a distância. Os cursos presenciais contemplam 40 vagas e o curso a distância possibilita vagas para 550 profissionais de segurança pública, com abrangência

nacional;

(4) Criação do Fórum Virtual da RENAESP: criado para acompanhar as ações e integrar as informações. O Fórum ainda está sendo utilizado de forma incipiente pelas IES;

Realização de Reuniões - para acompanhamento e avaliação dos cursos. Em 2006 foram realizadas apenas duas reuniões;

(5) Implementação de Instâncias de Gestão: projeto apresentado pela Comissão Julgadora para ser implementado em 2007; e

(6) Estruturação de Banco de Dados: as monografias/ projetos elaborados pelos alunos dos cursos deverão ter como tema as linhas de pesquisa estabelecidas pela SENASP, construídas em função dos eixos estratégicos do Plano Nacional de Segurança Pública, e formarão um Banco de Dados que poderá ser utilizado na elaboração e implementação de políticas públicas de Segurança.

O custo total da execução da RENAESP é de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais). No ano de 2006 foram investidos R\$ 1.064.680,00 (um milhão, sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais) conforme quadro abaixo:

nº	Estado	Universidades	Nº de Contrato	Valores Pagos
1	RS	Faculdade de Direito de Santa Maria	143	28.000,00
2	RN	Faculdade Estadual do Rio Grande do Norte	137	28.000,00
3	PE	Faculdade Integrada de Pernambuco	136	42.000,00
4	MG	Fundação Dom Helder Câmara	139	42.000,00
5	RS	Pontifícia Universidade Católica de RS	157	152.000,00
6	SP	Pontifícia Universidade Católica de SP	133	42.000,00
7	MG	Universidade Estadual de Montes Claros	129	28.000,00
8	DF	Universidade de Brasília	163	28.000,00
9	SP	Universidade de Sorocaba	125	42.000,00
10	RJ	Universidade Estácio de Sá	134	42.000,00
11	PI	Universidade Federal do Piauí	128	42.000,00
12	BA	Universidade Federal da Bahia	138	72.680,00
13	MG	Universidade Federal de Minas Gerais	130	42.000,00
14	RR	Universidade Federal de Roraima	146	42.000,00
15	SE	Universidade Federal de Sergipe	144	42.000,00
16	CE	Universidade Federal do Ceará	145	42.000,00
17	ES	Universidade Federal do Espírito Santo	167	42.000,00
18	MT	Universidade Federal do Mato Grosso	141	42.000,00
19	PA	Universidade Federal do Pará	142	42.000,00
20	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	179	28.000,00
21	RJ	Universidade Federal Fluminense	140	112.000,00
22	AM	Universidade Nilton Lins	135	42.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>1.064.680,00</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## RESULTADOS ALCANÇADOS

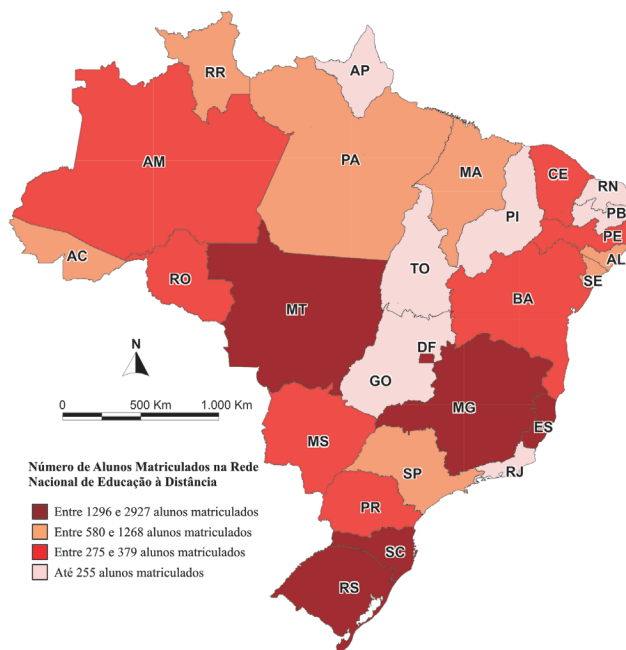
Atualmente, 22 Cursos de Especialização em Segurança Pública estão sendo promovidos, contando com a participação de 1.600 operadores de Segurança Pública.

Execução PPA: Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (9)

### Rede de Educação a Distância para Segurança Pública:

A Rede é um ambiente de ensino-aprendizagem que tem o propósito de informar, formar, atualizar e especializar gratuitamente os operadores de Segurança Pública do Brasil - policiais civis, federais, rodoviários federais, militares, bombeiros e guardas municipais - utilizando as mídias TV e Internet. Destacamos como principais estratégias adotadas para a implementação desta ação: (1) Criação de um Canal Corporativo de Educação em Segurança Pública; (2) Implementação de uma rede exclusiva de telecomunicações dedicada à educação em segurança pública; (3) Integração às ações educacionais na segurança pública; e (4) Acesso à educação em Segurança Pública de qualidade e forma contínua.

O custo total de implementação da Rede de Educação à Distância para Segurança Pública foi da ordem de R\$17.150.000,00 (dezessete milhões, cento e cinquenta mil reais) com a implantação de 60 tele-centros (equipamentos e bens permanentes) e desenvolvimento da plataforma.



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até 2006, implementamos 60 tele-centros nas 27 Unidades da Federação, envolvendo a mobilização de 240 pessoas entre gestores, tutores e coordenadores técnicos dos tele-centros; realizamos cursos voltados à gestão pública e auto desenvolvimento - Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, Prevenção da Criminalidade e Violência, Preservação do Local de Crime, Direitos Humanos, Uso da Força, Saúde ou Doença: de que lado você está?, Busca e Apreensão, Lavagem de Dinheiro, Formação de Formadores, Tutoria e Atendimento a Víctima de Violência. Os 27.492 profissionais de segurança pública que foram atendidos pela rede em 2006 estão distribuídos entre as Unidades da Federação conforme mapa acima.

Execução PPA: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional (3)



### Formação em Direitos Humanos:

A SENASP realizou Jornadas de Direitos Humanos para a motivação/sensibilização dos profissionais de segurança pública e a mobilização de lideranças multiplicadoras da cultura dos direitos humanos, no contexto da segurança pública, contribuindo com a formação de uma Cultura Nacional de Direitos e Deveres Humanos, de solidariedade ativa e paz social, colaborando para a construção de uma nova polícia, consciente de seu papel de promotora de direitos humanos e paz. Em quatro anos, a JDH formou 2.480 profissionais de Segurança Pública nos Estados da Bahia, do Paraná, São Paulo, Amazonas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Ainda nessa linha, a SENASP, em parceria com o Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública da América Latina e Caribe (TREINASP), da Ação Segurança Cidadã, criou uma Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública, com o propósito de mobilizar o protagonismo cidadão dos operadores de segurança pública, buscando a reflexão sobre as técnicas de atuação utilizadas em suas atividades, o incremento do caráter profissional das atuações policiais, o incentivo ao compartilhamento das responsabilidades e integração das ações de todas as organizações relacionadas com a área de segurança pública, e a ampliação da responsabilidade da polícia para além das questões estritamente criminais. A realização da 1ª Fase do ESCOPPOL beneficiou 480 profissionais de Segurança Pública nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Paraíba.

Além disso, firmou parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha para a promoção de capacitação dos policiais em Direitos Humanos beneficiando 1.030 policiais. Em 2006, a parceria foi renovada com vistas a trabalhar a questão da transversalidade de Direitos Humanos nas Malhas Curriculares adotadas pelas Unidades Federativas. Também, em 2006, a SENASP apoiou a realização do primeiro Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, com a presença de policiais, representantes de ONGs, profissionais das áreas de direitos humanos e representantes de universidades credenciadas pela RENAESP.

### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Até 2006, foram capacitados 2.480 profissionais de Segurança Pública nas Jornadas de Direitos Humanos nos Estados da Bahia, do Paraná, São Paulo, Amazonas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Foram capacitados 480 profissionais de Segurança Pública na ESCOPPOL nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Paraíba. Por fim, foram capacitados 1.030 profissionais de segurança pública em direitos humanos, por meio da parceria com a Cruz Vermelha.

Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção à Violência (10) e Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (9)

### Projeto Interagir:

O Projeto Interagir é uma contribuição ao processo de formação profissional oferecidos pelas Academias, Escolas e Centros de Formação fornecendo

apoio pedagógico por meio de bibliografia voltada às diversas áreas da Segurança Pública.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, foram distribuídos 18 mil exemplares contemplando 113 Instituições de Ensino, tais como Academias de Polícia, Centro de Formação, Escolas de Polícia, Escolas para Guarda Municipal e Ouvitorias de Polícia.

Execução PPA: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional (1)

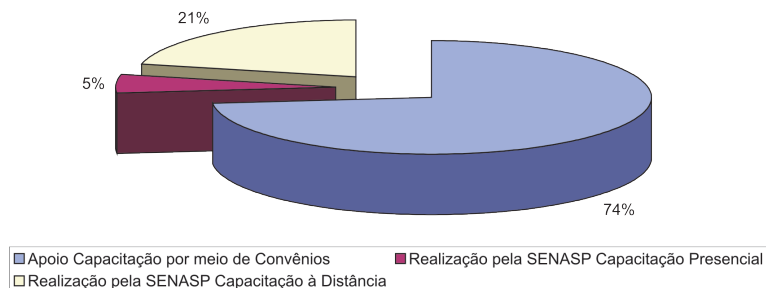
### Ações Formativas:

Entre 2003 e 2006, a SENASP promoveu a capacitação de 128.171 profissionais de segurança pública, distribuídos pelas seguintes atividades de formação: apoio da capacitação de 94.047 profissionais por meio da realização de convênios com Estados, promoção de capacitação presencial de 6.632 profissionais e promoção de capacitação à distância de 27.492 profissionais. Em relação ao apoio da capacitação por meio de convênios com Estados, a distribuição de profissionais capacitados por Unidade da Federação foi:

Unidades da Federação	Profissionais Capacitados			Total Capacitados
	2004	2005	2006	
AC	35	0	0	35
AL	1995	0	1390	3385
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
BA	1820	30.000	223	32043
CE	900	510	0	1410
DF	1714	1225	0	2939
ES	0	70	0	70
GO	0	0	0	0
MA	12630	130	0	12760
MG	4325	1550	0	5875
MT	235	160	0	395
MS	510	0	0	510
PA	0	0	0	0
PE	3660	700	240	4600
PB	720	0	0	720
PI	440	48	0	488
PR	1905	360	0	2265
RR	1820	620	0	2440
RO	0	0	0	0
RS	1245	1180	330	2755
RJ	12808	0	0	12808
RN	2580	0	0	2580
SC	1550	2324	120	3994
SE	1040	485	0	1525
SP	0	0	0	0
TO	450	0	0	450
<b>TOTAL</b>	<b>52.382</b>	<b>39.362</b>	<b>2.303</b>	<b>94047</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Distribuição Percentual dos Profissionais de Segurança Pública Capacitados Segundo Tipo de Atividade de Capacitação



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Em relação à promoção de capacitação presencial pela própria SENASP, destacamos a realização das seguintes ações formativas (cursos, seminários e oficinas). Entre o público alvo dessas atividades, predominam os policiais civis e militares.

AÇÃO FORMATIVA (2004)	LOCAL	PÚBLICO
Curso de Gerenciamento de Crises com reféns	São Paulo/SP	200
Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária – CESSP	Brasília/DF - Academia Nacional de Polícia – ANP	230 profissionais segurança portuária
I Curso Especial de Entomologia Forense	Brasília/DF - Universidade de Brasília	40 peritos (PC e DPF)
Workshop de Polícia Comunitária	Brasília/DF	30
Grupo de trabalho INFOSEG – SENASP/ABEP (Associação Brasileira das Empresas de Processamento de Dados Estaduais)	Brasília/DF	21 representantes (empresas estaduais de processamento de dados, DPF e DPRF)
Força Nacional de Segurança Pública - Instrução para Nivelamento de Conhecimento	Brasília/DF	1.400
I Seminário de Balística Forense Avançada	Rio de Janeiro/RJ	30 peritos
V Fórum Permanente de Educação em Segurança Pública	Porto Alegre/RS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS	150
Curso de Elaboração e Gestão de Projetos	Brasília/DF	210
Curso de Gestão em Segurança Pública	Brasília/DF, Fortaleza/CE e Porto Alegre/RS	110
Curso de Segurança de Dignitários	Curitiba/PR	60

AÇÃO FORMATIVA (2005)	LOCAL	PÚBLICO
Oficina Regional de Atualização sobre o Tráfico de Pessoas	João Pessoa/PB	70
Oficina Regional de Atualização sobre o Tráfico de Pessoas	Brasília/DF	100
Oficina Regional de Atualização sobre o Tráfico de Pessoas	São Paulo/SP	65
Curso para tutoria de Preservação do Local de Crime		60
Curso para tutoria de Prevenção contra Crime e Violência		60
Oficina Regional de Atualização sobre o Tráfico de Pessoas	Belém/PA	65
Jornada de Apresentação dos Projetos de Pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas à Segurança Pública e Justiça Criminal	Brasília/DF	60 pesquisadores de segurança pública;
Fórum Regional de Modernização da Polícia Civil	São Luís/MA	60
Fórum Regional de Modernização da Polícia Civil	Manaus/AM	26
Fórum Regional de Modernização da Polícia Civil	Belo Horizonte/MG	30
Fórum Regional de Modernização da Polícia Civil	Curitiba/PR	30
Fórum Regional de Modernização da Polícia Civil	Recife/PE	32
3º Seminário Internacional – Criminalidade no Mundo Globalizado	São Paulo/SP	54
I Reunião de Gestores		55
Curso para tutoria de Tráfico de Seres Humanos		60

AÇÃO FORMATIVA (2005)	LOCAL	PÚBLICO
Sistema Nacional de Estatística e Justiça Criminal	Brasília/DF	30
II Encontro Nacional da Matriz Curricular	Brasília/DF	26
VII Congresso Brasileiro de Identificação, Perícias Papiloscópicas e Necropapiloscópicas	Belém/PA	42
V Reunião de Aviação Policial	Manaus/AM	30
Curso de Gestão em Segurança Pública – Módulo II	Florianópolis/SC	40
I Congresso Latino Americano de Segurança Cidadã	Natal/RN	400 profissionais de segurança pública e líderes comunitários;
I Encontro de Educação à Distância	Brasília/DF	55
Curso de Gestão em Segurança Pública – Módulo II	Brasília/DF	30
I Curso de Inteligência e Segurança Pública		61
Curso de Gestor de Unidade Aeropolicial	Porto Alegre/RS	29
Curso de Segurança de Dignitários realizado em São Paulo	São Paulo/SP	48
Curso de Segurança de Dignitários	São Paulo/SP	93
II Encontro de Delegados e Delegadas das Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher	Belo Horizonte/MG	255
Seminário ESCOPPOL	Natal/RN	60
Seminário ESCOPPOL,	Salvador /BA	60
Seminário ESCOPPOL	Aracaju/SE	60
Seminário ESCOPPOL	João Pessoa/PB	60
Jornada Nacional de Direitos Humanos	Manaus/AM	350
Jornada Nacional de Direitos Humanos	São Paulo/SP	250
Jornada Nacional de Direitos Humanos	João Pessoa/PB	350
Jornada Nacional de Direitos Humanos	Natal/RN	350

AÇÃO FORMATIVA (2006)	LOCAL	PÚBLICO
Curso de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos	Recife/PE	64
Curso de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos	Belém/PA	60
Curso de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos	Cuiabá/MT	47
Oficina de Trabalho da Matriz Curricular Nacional	Curitiba/PR	38
Oficina de Trabalho da Matriz Curricular Nacional	Rio de Janeiro/RJ	31
Oficina de Trabalho da Matriz Curricular Nacional	Fortaleza/CE	45
Oficina de Trabalho da Matriz Curricular Nacional	Brasília/DF	39
Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública - ESCOPPOL	Vitória/ES	57
	Recife/PE	41
	Rio de Janeiro/RJ	36
	Aracaju/SE	40
	Natal/RN	64
Reunião da Matriz Curricular Nacional para Consolidação do Currículo Comum proposto pela SENASP	Brasília/DF	33
1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde Mental	Brasília/DF	3
2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde Mental	Brasília/DF	5
II Encontro de Gestores do Ensino a Distância	Brasília/DF	30
1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Polícia Comunitária	Brasília/DF	6
2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Polícia Comunitária	Brasília/DF	6
Seminário Latino Americano de Segurança Pública	São Leopoldo/RS	
Seminário Segurança Cidadã na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno: Desafios e Perspectivas	Brasília/DF	
Seminário Internacional de Prevenção à Violência Urbana e ao Crime: Intervenções e Avaliações	Brasília/DF	
Implantando Segurança Cidadã na Região de Cocais	Teresina/PI	130 (juizes, promotores, prefeitos e técnicos da administração pública)

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, promovemos a capacitação de 128.171 profissionais de segurança pública, aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do efetivo policial (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militares).

Execução PPA: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional (1)

### Matriz Curricular das Guardas Municipais

A Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais das Guardas Municipais tem o objetivo de nortear o treinamento e a capacitação dos profissionais que integram as Guardas Municipais de todo o país. Embora algumas Guardas Municipais tenham sido criadas há mais de 100 anos, esta foi a primeira iniciativa no sentido de dar unidade e competência técnica a esses profissionais. A Matriz Curricular das Guardas está voltada para a prevenção da violência e da criminalidade.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, foi lançada a Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais das Guardas Municipais. Atualmente, está ocorrendo uma experiência piloto de implantação da matriz em 20 municípios da Região de Indaiatuba-SP. Em 2006, os 56 convênios municipais celebrados tiveram a aplicação da Matriz Curricular para a formação dos profissionais da Guarda Municipal.

Execução PPA: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional (5) e (6)

### Portal de Segurança Pública

O portal foi desenvolvido pela Ação Segurança Cidadã visando à socialização de conhecimento, educação e valorização dos operadores de segurança pública, formando um 'condomínio' nacional de reflexão sobre o tema. Nosso objetivo para 2007 é garantir que todos os policiais brasileiros acessem o portal utilizando-o e consolidando-o como fonte de informação e capacitação na área de segurança pública.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

No final de 2006, encontravam-se disponíveis no Portal de Segurança Pública: Banco Nacional de Monografias (98 monografias), uma coletânea de obras de arte produzidas por policiais de todo o Brasil, Fórum Permanente de Discussão sobre Segurança Pública, Biblioteca Virtual e Banco Democrático de Experiências em Segurança Pública. O número de visitas do portal até o final de 2006 foi de 27665. A maior parte das visitas foi do Brasil, mas também tivemos visitas dos Estados Unidos, Uruguai, Portugal, Argentina, Peru, Cabo Verde, Canadá, Moçambique e Japão. ([www.seguranca.cidada.org.br](http://www.seguranca.cidada.org.br))

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (6)

### 4.1.3. Reorganização das Instituições Policiais

#### Padronização de Procedimentos e Modernização dos Corpos de Bombeiros

Buscando estruturar e modernizar os Corpos de Bombeiros no país, elaborou-se um planejamento estratégico do emprego de bombeiros com ações definidas para curto, médio e longo prazo, o qual apresentou os seguintes resultados imediatos: Padronização de Procedimentos, Padronização de Veículos e Equipamentos, Racionalização de Investimentos do FNSP, Registro de Preço de Equipamentos e Viaturas (durante um ano o preço é mantido), elaboração de uma Legislação Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico e mobilização nos moldes da Força Nacional. Assim, efetivamente, os Bombeiros passam a fazer parte do SUSP e com estas ações melhoram sua gestão e inicia-se o reaparelhamento desse segmento, cujo impacto na vida das pessoas está relacionado à maior capacidade de atuar em incidentes diários, bem como enfrentar com maior eficiência as catástrofes cada vez mais frequentes advindas de fenômenos naturais. Entre 14 e 20 de outubro de 2006, financiamento e capacitação de um bombeiro nos Estados Unidos em um Curso de Simulação Computacional de Incêndio, buscando estruturar um processo de multiplicação deste tipo de conhecimento no Brasil.

Corpo de Bombeiros do Brasil – SENASP			
Itens Adquiridos		Quantidade Total Equipamentos	Total do Pedido
Viatura	ABT	33	R\$ 14.355.000,00
	ABS	51	R\$ 14.509.500,00
	Viaturas para Vistoria	88	R\$ 2.763.200,00
Equipamento de Proteção Respiratória		250	R\$ 1.242.500,00
Equipamento de Proteção Individual	Luvas	700	R\$ 65.800,00
	Botas	800	R\$ 264.000,00
	Capacete Europeu	1500	R\$ 1.944.000,00
	Capacete Americano	451	R\$ 376.585,00
	Balaclava	700	R\$ 35.000,00
	Roupa de Aproximação	750	R\$ 1.402.500,00
Equipamento de Mergulho	Cilindro com válvula e profundímetro	312	R\$ 886.080,00
	Lanterna	128	R\$ 123.520,00
	Máscara com snorkel	437	R\$ 27.094,00
	Nadadeiras	437	R\$ 21.850,00
	Roupa	250	R\$ 232.500,00
Equipamento de Proteção para Produtos Perigosos		145	R\$ 825.050,00
Equipamento Hidráulico de Desencarcerador	Grande	31	R\$ 1.852.560,00
	Médio	115	R\$ 4.138.850,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 45.065.589,00</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até 2006, foi elaborado um plano estratégico do emprego de bombeiros; realizado o Registro de Preço de Equipamentos e Viaturas; definida uma Legislação Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico e uma mobilização dos Corpos de Bombeiros aos moldes da Força Nacional de Segurança Pública. Capacitação de bombeiro como multiplicador em Simulação Computacional de Incêndios.

Execução PPA: Modernização Organizacional das Instituições de Segurança Pública (1)

### Mecanismos de Distribuição dos Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública

A partir de 2003, os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública passam a ser distribuídos aos Estados e municípios em função de um índice estatístico que retrate a necessidade de recursos por parte das Unidades da Federação. Em de 2005, foi inserida também como critério para distribuição dos recursos do FNSP, a avaliação da implantação do SUSP pelos Estados. Desta forma, busca-se incentivar os Estados a seguir a Política Nacional de Segurança Pública.

Distribuição dos Recursos do FNSP (2004 e 2005) - Os recursos do FNSP de 2004 e 2005 foram distribuídos com base em um índice composto por estatísticas dos Estados, relativas ao número de ocorrências criminais, efetivo das polícias, população, área, Produto Interno Bruto e Índice de Desenvolvimento Humano.

Distribuição dos Recursos do FNSP (2006 e 2007) - Os recursos do FNSP de 2006 e 2007 foram distribuídos levando em conta as informações de caráter quantitativo utilizadas para determinar a distribuição dos recursos em 2004/2005 e também o resultado da avaliação elaborada pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Desde 2004, implantamos um novo sistema de distribuição dos recursos do FNSP, pautado em estatísticas e nos resultados do monitoramento da avaliação de implantação do SUSP pelos Estados.

Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (9)

### Modernização da Polícia Civil

A SENASP formou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um plano de modernização das Polícias Cíveis no Brasil. O grupo, composto por policiais cíveis estaduais, propôs o reordenamento de métodos procedimentais e redefinição de doutrinas para estabelecer um alinhamento nacional. A proposta foi discutida com os policiais brasileiros em oito reuniões regionais, ocorridas nas cidades de Manaus, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Natal e Brasília. Participaram desses encontros mais de 500 policiais, grande parte representantes de entidades de classes. O resultado é uma motivação nunca antes obtida junto às Polícias Cíveis, implicando numa mobilização para resgatar

os profissionais da segurança pública. A polícia deve passar a se conduzir sob uma ótica de polícia cidadã, adotando uma postura pró-ativa, indo ao encontro dos cidadãos.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2006, elaboramos uma minuta de Lei Orgânica da Polícia Civil no Brasil que deverá ser encaminhada para o Congresso Nacional.

Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (4) e Modernização Organizacional das Instituições de Segurança Pública (1).

### Processo de Fiscalização das Prestações de Contas dos Convênios

A SENASP vem intensificando as atividades de fiscalização dos convênios celebrados com os Estados e municípios, em razão dos comandos legais que regem a matéria. Entre 2003 e 2006, foram fiscalizados 86 convênios, em diversos Estados e municípios, com a adoção dos critérios por amostragem aleatória simples; acompanhamento conforme prioridade da “Macro Avaliação de Risco”; falhas e/ou irregularidades apontadas nas prestações de contas finais e apontamentos constantes de relatórios oriundos da Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União; e amostragens exploratórias a partir de denúncias formais.

Nos convênios avaliados, verificou-se uma ausência de gestão trazendo com consequência a devolução de parte dos recursos recebidos pelos Estados ao Governo Federal. Em geral, foram identificados problemas nos procedimentos licitatórios, na destinação dos bens, na colocação da logomarca do Governo Federal nos equipamentos adquiridos e na gestão da execução dos convênios. As falhas e/ou irregularidades verificadas por ocasião das análises das prestações de contas finais, no acompanhamento da execução dos convênios ou resultante da fiscalização “in loco” tiveram os tratamentos previstos na IN/STN nº 01/97.

Os principais resultados obtidos a partir da fiscalização foram: recolhimento aos cofres públicos dos valores utilizados indevidamente; redução do número de prestações de contas finais com problemas de falhas e descumprimento dos princípios normativos; maior comunicação e interação com os interlocutores; maior envolvimento dos gestores nas questões pertinentes à matéria; conscientização para a aplicação dos recursos em conformidade com a legislação vigente; maior controle e zelo na gestão dos bens adquiridos com recursos provenientes de convênios; uniformização e melhoria nos procedimentos administrativos internos referentes à gestão e acompanhamento dos convênios celebrados.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, criamos a Coordenação Geral de Fiscalização de Convênios dentro da estrutura da SENASP, elaboramos e publicamos o Manual de Procedimentos para Celebração, Execução e Prestação de Contas de Convênios e fiscalizamos 86 convênios. As organizações de segurança pública de todo o Brasil receberam 1.000 exemplares do Manual.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (3)



## Sistema de Cadastro e Monitoramento dos Convênios

Apesar de celebrar convênios com as Unidades da Federação desde o ano de 2000, apenas a atual gestão da SENASP teve a preocupação de criar um sistema informatizado para registro das informações relativas à contabilização de reformulações e aditamentos ocorridos, o objeto dos convênios, a descrição dos produtos e serviços previstos e adquiridos, e os valores financeiros envolvidos na execução do convênio. A ação é fundamental, pois constitui um mecanismo para a SENASP aprimorar seu processo de monitoramento e fiscalização dos convênios, não apenas em relação aos aspectos legais normativos da execução, mas também dos resultados obtidos na situação da segurança pública no país.

### RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, implantamos o Sistema de Avaliação e Monitoramento dos Convênios, que possui atualmente todos os convênios digitados. Elaboramos a primeira análise do uso dos recursos do FNSP por meio de convênios. Os resultados alcançados – presentes no final deste relatório – são importantes para o planejamento das ações da SENASP.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (3)

## 4.1.4. Programas de Prevenção à Violência e Criminalidade

### Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade

A partir de 2003, o Governo Federal propôs uma nova Política Nacional de Segurança Pública cuja agenda evidencia a prevenção da violência e da criminalidade. Desde então, o tema passou a ser trabalhado de forma sistemática. Isso levou à necessidade de apurar, sistematizar e disseminar as experiências de programas de prevenção já implementadas no país. São coletadas e divulgadas informações fundamentais para a implantação, execução e avaliação das práticas que podem ajudar os gestores a comporem uma rede que qualifique as ações de prevenção em todo o país.

### RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, já se encontram disponíveis no site do observatório 205 práticas de prevenção à violência e criminalidade. ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). Em 2006, foi realizada uma triagem nos programas encaminhados pelos Estados e Municípios, com objetivo de qualificar as informações.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (4)

### Projeto de Identificação das Mulheres Trabalhadoras Rurais

A SENASP e as organizações estaduais de segurança pública, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, realizaram ações de identificação das mulheres trabalhadoras rurais. O principal objetivo da ação é levantar o perfil desse grupo social para nos permitir desenvolver ações preventivas da violência e criminalidade orientadas para tal público.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2004, foram emitidos 64.804 documentos de identidade e realizados 101 mutirões em 23 Estados, restando AC, RJ, RS e RN. Em 2005, foram emitidas 20.643 carteiras de identidades. Em 2006 foram emitidos 19.901 documentos de identidade e realizados 51 mutirões em 11 Estados com atendimento à 236 municípios.

Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (5)

### Tráfico de Seres Humanos

O principal objetivo da ação é sensibilizar os profissionais de segurança pública e dotá-los de conhecimento técnico necessário para a prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas, identificando, acolhendo e encaminhando as potenciais vítimas de exploração sexual e tráfico de seres humanos para serviços assistenciais. Tal conhecimento também ajuda na produção de prova consistente para fundamentação de processos judiciais. O projeto contribuirá para a elaboração e implantação de um Plano Nacional para o Enfrentamento do Tráfico de Seres Humanos.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2004, a SENASP - em parceria com a Polícia Federal, Organização Internacional do Trabalho, Ministério Público Federal, Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Justiça - realizou uma Oficina Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual. A oficina teve a participação de 200 profissionais. Em 2005, foram realizadas quatro oficinas regionais para atualização sobre o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual nas capitais do PA, SP, PB e DF. Foram capacitados 400 operadores de segurança pública, compondo uma rede de proteção, articulação e responsabilização no Tráfico de Pessoas. Participamos também da elaboração do Manual sobre o Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual voltado aos profissionais de segurança pública. Em 2006, a SENASP disponibilizou, na rede de ensino à distância, um Curso de Formação de profissionais de segurança pública na temática do Tráfico de Pessoas e participou da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que irá subsidiar a elaboração da Política Nacional.

Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (5) e (7)

### Plano Integrado de Segurança Pública Municipal

A SENASP está investindo recursos financeiros e tecnológicos nos municípios para a implementação de ações voltadas para a prevenção da violência e da criminalidade. Estão sendo desenvolvidos planos de trabalho que devem conter ações orientadas pelos seguintes eixos estratégicos: Valorização e Formação Profissional; Gestão do Conhecimento; Reorganização Institucional; Controle Externo e Participação Social; Gerenciamento de Crises e Conflitos; Redução da Violência Doméstica e de Gênero e Acesso Igualitário aos Serviços de Segurança Pública. Essa ação é executada por meio da celebração de convênios com os Municípios que seguem as diretrizes apontadas pelo Plano Integrado de Segurança Pública.

UF	Municípios	Guardas Municipais		Oficinas de Prevenção		Público Alvo Indireto	
		2005	2006	2005	2006	2005	2006
AC	Rio Branco	0	0	7.820	0	253.059	0
AM	Manaus	200	0	18.832	0	1.592.555	0
BA	Itapetinga	0	65	0	1.050	0	60.217
	Juazeiro	0	159	0	480	0	200.000
CE	Caucaia	0	200	0	88.439	0	250.479
	Fortaleza	942	0	700	0	2.332.657	0
	Maracanaú	0	100	0	5.000	0	191.317
ES	Cariacica	0	0	272	0	324.825	0
	Serra	170	0	2.700	0	399.098	0
	Viana	0	0	52.000	0	58.370	0
	Vitória	330	0	200	0	309.507	0
GO	Aparecida de Goiânia	282	0	16.000	0	417.409	0
MA	São José de Ribamar	0	81	0	350	0	147.802
MG	Governador Valadares	0	0	0	0	247.131	0
	Itabirito	26	0	680	0	37.901	0
	Montes Claros	0	203	0	35.000	0	342.586
	Pirapora	0	92	0	12.000	0	52.777
	Sabará	45	0	800	0	123.431	0
	São João Del Rei	0	0	525	0	81.000	0
	Uberaba	0	100	0	80.000	0	80.000
	Uberlândia	0	0	0	227.000	0	570.042
MS	Corumbá	128	0	272	0	99.421	0
	Dourados	0	110	0	200	0	179.810
MT	Cuiabá	340	0	579	0	524.666	0
PA	Altamira	0	100	0	100	0	62.455
	Paragominas	100	0	500	0	65.931	0
PB	Bayeux	0	50	0	500	0	101.054
	João Pessoa	0	370	0	0	0	597.934
PE	Camaragibe	0	234	0	160	0	128.702
	Escada	0	64	0	640	0	57.341
	Garanhuns	0	63	0	1.260	0	117.749
	Jaboatão dos Guararapes	0	440	0	1.890	0	581.556
	Olinda	0	110	0	960	0	381.502
	Paudalho	115	0	420	0	47.380	0
	Paulista	0	125	0	1.120	0	262.237
	Pesqueira	0	0	210	0	57.721	0
	Petrolina	133	0	6.205	0	247.000	0
	RM Recife	0	0	0	6.661	0	3.500.000
Trindade	0	0	0	228	0	25.230	
PR	Cascavel	0	270	0	6.000	0	301.000
	Curitiba	0	1.480	0	1.350	0	1.600.000
	Foz do Iguaçu	314	0	1.540	0	293.646	0
	Matinhos	52	0	0	0	37.000	0
	Paranaguá	386	0	760	0	125.000	0

UF	Municípios	Guardas Municipais		Oficinas de Prevenção		Público Alvo Indireto	
		2005	2006	2005	2006	2005	2006
RJ	Barra Mansa	170	0	266	0	175.000	0
	Belford Roxo	0	125	0	57.000	0	434.481
	Duque de Caxias	0	346	0	330	0	894.000
	Maricá	0	139	0	720	0	100.000
	Mesquita	0	0	180.000	0	180.000	0
	Niterói	423	0	0	0	474.000	0
	Quatis	0	0	11.720	0	11.720	0
	Rio Bonito	0	53	0	1.287	0	52.000
	Rio de Janeiro	3.000	0	2.428	0	5.851.914	0
	São Pedro da Aldeia	96	0	1.210	0	86.000	0
	Teresópolis	0	25	0	256	0	138.000
RN	Ceará Mirim	0	90	0	2.520	0	62.424
RR	Boa Vista	0	245	0	200	0	242.179
RS	Caxias do Sul	180	0	6.000	0	360.419	0
	Esteio	0	20	0	2.197	0	86.000
	Porto Alegre	0	400	0	1.885	0	600.000
	São Leopoldo	0	89	0	17.348	0	207.888
	Sapuçaia do Sul	0	68	0	12.000	0	127.751
	Vacaria	0	85	0	4.500	0	61.178
SC	Florianópolis	99	0	280.000	0	369.102	0
	São José	140	0	27.200	0	201.000	0
SP	Americana	0	194	0	200	0	200.607
	Amparo	91	0	1.600	0	65.333	0
	Araras	0	179	0	25.100	0	114.682
	Botucatu	0	30	0	7.000	0	119.000
	Cabreúva	27	0	1.470	0	40.430	0
	Campinas	0	644	0	30.000	0	1.031.887
	Campo Limpo Paulista	0	68	0	950	0	75.212
	Catanduva	0	76	0	3.750	0	116.000
	Diadema	0	228	0	383.629	0	383.629
	Embu Guaçu	40	0	3.500	0	67.505	0
	Estância Turística de Ibiúna	0	70	0	1.200	0	73.396
	Ferraz de Vasconcelos	0	67	0	2.800	0	171.329
	Franco da Rocha	60	0	2.680	0	119.710	0
	Guaíra	0	25	0	2.257	0	36.587
	Guarulhos	547	0	1.453	0	1.170.000	0
	Hortolândia	100	0	70.840	0	200.000	0
	Ilha Solteira	53	0	3.300	0	23.976	0
	Indaiatuba	1.480	0	0	0	1.417.813	0
	Iracemápolis	24	0	100	0	16.500	0
	Itapevi	0	161	0	25.000	0	194.000
Itu	120	0	3.410	0	150.000	0	
Itupeva	0	31	0	1.470	0	31.193	
Jandira	0	80	0	0	0	110.000	
Mairinque	62	0	480	0	45.376	0	
Mogi das Cruzes	0	0	0	24.160	0	125.909	
Paraguaçu Paulista	0	50	0	200	0	40.077	

UF	Municípios	Guardas Municipais		Oficinas de Prevenção		Público Alvo Indireto	
		2005	2006	2005	2006	2005	2006
SP	Piracicaba	0	358	0	100	0	360.762
	Pitangueiras	26	0	2.678	0	31.129	0
	Porto Feliz	69	0	480	0	50.888	0
	Ribeirão Preto	0	209	0	4.000	0	551.312
	Santo André	0	563	0	0	0	700.000
	Santo Antônio de Posse	0	26	0	5.000	0	22.000
	Santos	0	200	0	500	0	417.983
	São Bernardo do Campo	0	20	0	8.000	0	745.161
	São Carlos	96	0	13.000	0	209.009	0
	São Roque	60	0	560	0	71.594	0
	São Sebastião	130	0	800	0	68.000	0
	Sertãozinho	0	184	0	69.040	0	105.000
	Sumaré	143	0	61.349	0	202.000	0
	Suzano	98	0	58.101	0	261.441	0
	Vargem Grande Paulista	0	30	0	40.000	0	40.000
Várzea Paulista	117	0	5.264	0	120.000	0	
TO	Palmas	250	0	720	0	187.639	0
<b>TOTAL POR ANO</b>		<b>11.264</b>	<b>9.694</b>	<b>851.624</b>	<b>1.209.987</b>	<b>19.902.206</b>	<b>18.685.557</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>20.958</b>		<b>2.061.611</b>		<b>38.587.763</b>	

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, a SENASP assinou 167 convênios com municípios para apoiar ações concebidas em consonância com o Plano Integrado de Segurança Pública. O público alvo desses convênios foi de 20.958 guardas, 2.061.611 participantes em oficinas de prevenção e 38.587.763 pessoas incluídas como alvo indireto nas comunidades abordadas pelas ações financiadas.

Execução PPA: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional (6) e Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (1).

### Política Nacional de Polícia Comunitária

O desenvolvimento da Política Nacional de Polícia Comunitária teve início, em 2005, com a realização do I Congresso Latino Americano de Segurança Cidadã. Profissionais e estudiosos debateram com um público superior a 500 pessoas sobre o tema de Polícia Comunitária na América Latina. Estavam presentes representações de mais de dez países da América Latina e Caribe (Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Honduras, México, Peru, República Dominicana, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Colômbia) que expuseram suas experiências na implantação de uma polícia cidadã. A partir desse evento, iniciou-se o levantamento de experiências nacionais para subsidiar a elaboração da Matriz Nacional dos Programas de Polícia Comunitária, alinhada com as matrizes curriculares nacionais para formação dos profissionais estaduais de segurança pública e também dos profissionais das Guardas Municipais. Outra ação estratégica foi a realização do Concurso de Polícia Comunitária em parceria com a Motorola, em 2005, cujos objetivos foram o reconhecimento do êxito de programas de polícia comunitária implementados em qualquer Unidade da Federação do país e a divulgação das experiências bem sucedidas.

Em 26 de abril de 2006, foi criado, no âmbito da SENASP, por meio da Portaria nº 14, Grupo de Trabalho para elaboração da “Matriz Curricular Nacional para Polícia Comunitária”, cujo objetivo principal era a apresentação de propostas das ementas das disciplinas do Currículo do Curso de Polícia Comunitária para Multiplicadores, que irá nortear a capacitação de profissionais da área de segurança pública, orientado pela filosofia de polícia comunitária e mobilização social das lideranças comunitárias. O GT contou com a colaboração de policiais civis e militares de diversas Unidades da Federação, assim como dos técnicos da SENASP. O material produzido, foi publicado em livro e foram realizados, ao todo, 11 episódios do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária nos Centros de Difusão de Polícia Comunitária nas cidades de Cuiabá – MT, Rio de Janeiro – RJ, Fortaleza – CE e Belém – PA. Foram capacitados 421 profissionais de segurança pública de todo Brasil, dentre eles Policiais Militares, Delegados de Polícia Civil, Líderes Comunitários e Inspetores de Guardas Municipais.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, encontrava-se em etapa final de elaboração a Matriz Nacional dos Programas de Polícia Comunitária. Foi realizado também um Concurso de Polícia Comunitária no Brasil e dos 27 programas cadastrados, três foram premiados. Em 2006, foi elaborada a Matriz Curricular Nacional para Polícia Comunitária, tendo sido realizados 11 Cursos Regionais de Multiplicadores de Polícia Comunitária, capacitando 421 profissionais de segurança pública.

Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (9)

### Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade

Em 2005, a SENASP elaborou o Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade. O objetivo foi fortalecer a implantação do SUSP e reconhecer a vocação natural dos municípios para a implementação de políticas públicas básicas, especialmente relacionadas às questões de segurança urbana. O Guia visa auxiliar os municípios na gestão de ações para aumentar os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco que afetam a incidência da criminalidade e violência e a sensação de segurança da população.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foi divulgado o primeiro Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade para auxiliar os municípios em suas ações.

Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (3)

### Consórcios Intermunicipais de Prevenção à Violência e Criminalidade

Desde 2003, a SENASP apóia consórcios intermunicipais de prevenção e atua diretamente na elaboração dos projetos de ação com os executivos municipais. A escolha das primeiras regiões para implantação dos Consórcios foi efetivada com base nos índices de violência e criminalidade, conforme Pesquisa realizada pela SENASP.

O primeiro convênio celebrado para implementação de Consórcio Intermunicipal foi da Região Metropolitana de Recife, o qual envolveu não só o Governo Federal, por meio da SENASP, como o Conselho de Desenvolvimento Econômi-

co e Social/Secretaria de Relações Institucionais/Presidência da República, o governo do Estado de Pernambuco, por meio da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco –CONDEPE/ FIDEM, da Secretaria de Estado de Defesa Social, e dos executivos dos 14 municípios que compõem a Região Metropolitana de Recife. Na primeira fase do projeto, cujo convênio foi celebrado ao final do ano de 2003, após seis meses de elaboração de diagnóstico, do plano metropolitano e do projeto, devidamente debatido entre todos os integrantes do projeto, foram repassados em torno de R\$ 5 milhões de reais. Em 2006, quando foi apoiada a implantação de uma segunda fase do projeto, foi aprovado convênio no valor aproximado de R\$ 470 mil reais.

Em 2005 foi realizado, em parceria com os Ministérios da Saúde e da Integração Nacional, juntamente com a Universidade de Brasília, a Jornada de Capacitação de Agentes para o Desenvolvimento Competitivo Regional, que envolveu os três governos estaduais integrantes da Região do Entorno do Distrito Federal – Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais – assim como representantes dos executivos municipais que fazem parte da RIDE, na qual pretendeu-se problematizar as questões mais sensíveis da região, buscando alternativas e proposições para a construção de uma estratégia conjunta e compartilhada de desenvolvimento regional. Participaram da capacitação aproximadamente 120 técnicos.

Em 2006 também foi celebrado convênio para implementação do Consórcio Intermunicipal da Região Metropolitana de Vitória, o qual contou com a participação do Governo Federal, por meio da SENASP, do governo estadual, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e de cinco municípios que integram a Região Metropolitana – Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana. O valor do convênio foi de aproximadamente R\$ 3 milhões de reais. Ainda no ano de 2006, estabelecemos articulações para a implantação de Consórcio Intermunicipal na Região do Vale do Rio dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido realizadas ações formativas, com apoio do projeto Segurança Cidadã, por meio do curso Gestão de Políticas de Segurança Cidadã, de 40 horas aula, que contou com a participação de policiais civis e militares, guardas municipais e gestores municipais de segurança pública.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2003, a SENASP assinou o primeiro convênio com a Região Metropolitana de Recife. Em 2005, realizou a Jornada de Capacitação de Agentes para o Desenvolvimento Competitivo Regional, com a formação de 120 técnicos, na Região do Entorno do Distrito Federal. Em 2006, a SENASP celebrou o segundo convênio para implementação do Consórcio Intermunicipal da Região Metropolitana de Vitória, convênio para implementação da Fase II do Consórcio Intermunicipal da Região Metropolitana de Recife e realizou curso de capacitação de 50 gestores estaduais e municipais de segurança pública na Região do Vale do Rio dos Sinos-RS.

Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência  
(2)

## Política Nacional de Prevenção ao Uso de Drogas

A SENASP realizou, nos anos de 2004, 2005 e 2006, Curso de Extensão Universitária – em parceria com a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas/GSI/PR e a Universidade de São Paulo – com apoio da Embaixada dos Estados Unidos, sobre Redução da Oferta e Demanda de Drogas. Os cursos reuniram em torno de 350 profissionais de segurança pública (policiais civis, militares, federais, rodoviários federais, peritos criminais e guardas municipais), sendo que os profissionais indicados para o primeiro curso foram os mesmos que participaram da segunda e terceira edição, tendo em vista que o objetivo é fomentar a especialização destes profissionais na temática. Os cursos foram gravados e serão transformados para a metodologia de ensino à distância, ampliando o número de profissionais capacitados. Cabe ressaltar que foram debatidos tanto temas voltados para a prevenção, assim como a identificação de substâncias, tratamento, entre outros.

Em 2006, foi realizada reunião com técnicos de pedagogia, da SENASP e de representantes dos Estados que desenvolvem o Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência (PROERD) com objetivo de adequar a cartilha de capacitação à Política Nacional sobre Drogas do Governo Federal (SENAD/GSI/PR). A partir desta reunião, foi realizado o Curso de Formação de Mentores – Regiões Norte e Nordeste – para formação de multiplicadores, com capacitação de 76 Mentores profissionais das Polícias Militares, na cidade de Recife, no período de 04 a 15 de dezembro de 2006, que estão aptos a formar instrutores do Proerd em seus Estados de origem.

### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Realização de três módulos de curso de Redução da Oferta e Demanda de Drogas, com a capacitação de aproximadamente 350 profissionais de segurança pública, entre policiais civis, militares, federais, rodoviários federais, guardas municipais e peritos criminais. Capacitação de 76 mentores profissionais das Polícias Militares das Regiões Norte e Nordeste como multiplicador do PROERD.

Execução: apoio da Embaixada dos Estados Unidos da América e Projeto Segurança Cidadã.

## Modernização das Delegacias de Criança e Adolescente

A SENASP elegeu como público prioritário para o desenvolvimento das ações de prevenção à violência e criminalidade crianças e adolescentes, assim como jovens até 24 anos, público este maior vítima dos crimes de homicídio. Além disso, a SENASP participa de grupos de trabalho, em especial a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a qual tem por finalidade a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e repressão a este tipo de crime. Um dos instrumentos, na temática de segurança pública, para a garantia de direitos e aplicação do estatuto da criança e do adolescente são as Delegacias Especializadas de Atendimento à Criança e ao Adolescente – de Proteção da Criança e Adolescente e de Investigação de Ato Infracional – sendo



que, até 2006, a SENASP não tinha informações sobre o número de Delegacias existentes e suas condições de funcionamento. Foi realizada, então, Pesquisa sobre o Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Criança e ao Adolescente, a qual demonstrou as condições de funcionamento destas Delegacias, assim como apontou a necessidade de implantação de políticas públicas neste segmento. Foi também autorizada, pelo Conselho Gestor, a aquisição de equipamentos de informática, proteção e viaturas, para as Delegacias que responderam ao questionário e demonstraram necessidade de tais equipamentos. A referida Pesquisa foi apresentada junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2006 foi realizada pesquisa sobre o Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Proposta a aquisição de equipamentos de informática, proteção e viaturas para as Delegacias que responderam ao questionário e demonstraram a necessidade, com investimento de R\$ 1.154.497,86.

Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (2)

### 4.1.5. Estruturação e Modernização da Perícia

#### Implantação de Laboratórios Regionais de DNA

A ação tem como objetivo apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal centrada na atuação dos laboratórios de DNA. A SENASP está criando um sistema com laboratórios regionais, no qual um laboratório de referência por região atuará como centro de formação e apoio aos outros Estados. Os representantes dos laboratórios de referência estão concluindo estudos sobre um banco nacional integrado de dados de DNA.

#### ***Investimentos na implantação dos laboratórios regionais de DNA (2004)***

Unidades Contempladas	Valor (R\$)
Amazonas	881.118,05
Bahia	881.118,05
INC (DPF)	884.703,45
Rio de Janeiro	742.524,52
Rio Grande do Sul	721.111,05
Paraíba	140.445,35
Espírito Santo	357.934,35
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>4.608.954,82</b>

## RESULTADOS ALCANÇADOS

De 2004 a 2006, foram adquiridos equipamentos e materiais de consumo para laboratórios de DNA, no valor de R\$ 7.513.102,28. Houve ainda investimento de R\$ 2.000.000,00 em laboratórios de referência de universidades federais (com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia) nos Estados de Alagoas e Pará.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)

### Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV)

O principal objetivo desta ação é apoiar diretamente as polícias em atividades de persecução penal centrada nas análises de microscopia eletrônica de varredura. Como produto principal dessa ação, foram desenvolvidos manuais de aplicação tecnológica para utilização pelas organizações periciais oficiais e de aplicação do Microscópio Eletrônico de Varredura na detecção de resíduos de tiro. Com isso, já existe a decisão por parte do INC/DPF e do DPT/ SSP/BA de adquirir microscópios eletrônicos de varredura, resgatando décadas de atraso tecnológico na área de identificação de resíduos de tiro e outras aplicações.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2004, foi realizado o primeiro seminário de Balística Forense Avançada com a participação de peritos especialistas dos Estados e da Polícia Federal e microscopistas de laboratórios de universidades e empresas estatais. A rede de laboratórios recebeu o auxílio de R\$ 875.000,00 (recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia). Em 2005, houve investimento de R\$ 500.000,00 para a continuidade dos trabalhos. Foi realizado ainda um seminário nacional de microscopia eletrônica com a capacitação de 13 peritos criminais de oito Unidades da Federação. Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)

### Centro de Treinamento de Comparação Balística

O principal objetivo desta ação é apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal, centrada nas análises de comparações balísticas. Está instalado um Centro de Treinamento em Perícias de Micro-Comparação Balístico no Instituto Nacional de Criminalística para capacitar peritos criminais de todos os Estados, com o objetivo de aumentar o número de especialistas nesse tipo de perícia. Os cursos terão início em abril de 2007.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2006, foi feita a aquisição direta de sete microscópios de comparação balística, bem como de divisórias e móveis para a instalação do Centro de Treinamento concluída em dezembro último. Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)

### Centro Nacional de Entomologia Forense

O principal objetivo dessa ação é apoiar diretamente as polícias em atividades de persecução penal centrada nas análises de entomologia forense por meio da criação de um Centro Nacional de Entomologia Forense. Novos cursos de entomologia estão sendo programados para 2007.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

Com recursos de R\$ 125.000,00 do Ministério da Ciência e Tecnologia, foi montado um laboratório de entomologia forense na Universidade de Brasília. Foram realizados também cursos especiais de Entomologia Forense para 60 peritos criminais dos Estados, Distrito Federal e Polícia Federal.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)

### Capacitação em Genética Forense

Essa ação tem como objetivo apoiar diretamente as polícias na atividade de persecução penal, centrada nas análises de DNA por meio de cursos de especialização e cursos práticos de DNA.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

Até 2006, foram treinados 53 peritos criminais em Curso de Especialização em Genética Forense nas Universidades Federais de Alagoas e do Pará. Foram capacitados 85 peritos em Cursos Práticos Avançados realizados nos laboratórios do INC / DPF, IPDNA / DF, DPT / BA, IGP / RS e pelo Centro de Treinamento Applied, em São Paulo, SP.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)

### Capacitação em Fonética Forense

Essa ação tem como objetivo apoiar diretamente as polícias na atividade de persecução penal, centrada na integração e desenvolvimento da perícia oficial na área de fonética forense, com a capacitação de peritos e a aquisição de laboratórios.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

No ano de 2006 foi investido R\$ 1.408.197,18 em aquisições de equipamentos e acessórios para a implantação de um Laboratório de Treinamento de Fonética Forense (SETEC/SR/DPF/DF) e Laboratórios Periciais de Fonética Forense nos Estados. A distribuição dos equipamentos, bem como os cursos de capacitação serão iniciados em abril de 2007.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)

### Capacitação em Toxicologia e Química Forenses

O principal objetivo é apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal, centrada nas análises de toxicologia forense e química forense.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

Já estão treinados 47 peritos dos Estados em Curso Básico de Toxicologia em Amostras Biológicas. O curso foi realizado no laboratório do Instituto Geral Perícias do Rio Grande do Sul. Outros 26 peritos estaduais foram treinados em Curso Básico de Exames de Drogas de Abuso no Laboratório do INC / DPF. Outros 14 peritos criminais dos Estados foram capacitados em Curso Avançado de Toxicologia Forense utilizando a técnica de cromatografia líquida acoplada à espectrometria de massa para amostras biológicas no IC / SP. E, outros dez peritos criminais foram capacitados em Curso Avançado de Química Forense utilizando a técnica de cromatografia líquida acoplada à espectrometria de massa para amostras químicas e explosivos no INC / DPF.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)

## Assessoria Técnica aos Estados para Estruturação da Área de Perícia

A ação tem como principal objetivo apoiar diretamente os Estados em suas atividades de estruturação da perícia.

### RESULTADOS ALCANÇADOS

De 2003 a 2006 sete Estados (ES, CE, RN, AM, RR, SE e MA) tiveram assessoria para o desenvolvimento de projetos, especificações de equipamentos e acompanhamento da implantação de ações nas áreas de laboratórios de DNA, Toxicologia e Química. As ações visam suprir deficiências em infra-estrutura laboratoriais para que possam firmar convênios com a SENASP para o desenvolvimento de projetos de implantação de laboratórios nas áreas de DNA, Toxicologia e Química.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)

## 4.1.6. Controle Externo e Participação Social

### Incentivo a Implantação e Criação de Ouvidorias de Polícia

Desde 2003, até o primeiro trimestre de 2005, a SENASP incentivou a realização de encontros do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia propondo debates para o seu fortalecimento das Ouvidorias como órgãos autônomos e independentes destinados ao controle externo da atividade policial. Além disso, a SENASP apóia diretamente projetos para a criação de novas Ouvidorias de Polícia, bem como o fortalecimento das já existentes, a partir de investimentos utilizando recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Por meio de parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, estamos contribuindo também para construção de um Sistema Nacional de Registro de Informações das Ouvidorias. A intenção é realizar ações de fortalecimento e divulgação das Ouvidorias de Polícia e realização de ações de formação dos ouvidores e dos servidores lotados no órgão.

Em maio de 2005, a SENASP e o coordenador do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia participaram, em João Pessoa-PB, de reunião com o secretário estadual de Segurança Pública, com os chefes das Polícias, Civil e Militar, com o Presidente da OAB-Seccional PB, com o Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, com a Ouvidoria Geral do Estado, entre outras autoridades da sociedade civil e governamental, visando debater a criação de uma lei estadual para criação da Ouvidoria de Polícia do Estado da Paraíba. Após a reunião com as autoridades, realizou-se um amplo debate, na sede da OAB local, com profissionais de segurança pública e representantes da sociedade, sobre o papel da Ouvidoria de Polícia e o controle da atividade policial. A lei elaborada, que foi aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governador, é uma das melhores existentes no país.

Em abril de 2006, a SENASP participou do II Seminário Internacional sobre Controle Externo da Atividade Policial – “Ciclos da Ouvidoria: Ouvir para Fazer Melhor”, o qual contou com a participação de representante da Inspeção Geral

de Administração Interna (IGAI) de Portugal. O Seminário foi desenvolvido pela Ouvidoria de Polícia do Estado de Minas Gerais, por meio de convênio com a SENASP. Nesta data, também foi realizada reunião do Fórum Nacional de Ouvidores, tendo sido estabelecido que o Fórum, com o apoio da SENASP, faria visita aos Gabinetes de Gestão Integrada dos Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins, com objetivo de estimular estes Estados para criação da Ouvidoria de Polícia. O único Estado visitado, efetivamente, foi o de Rondônia, tendo ocorrido reunião com os representantes das polícias estaduais, incluindo o Secretário de Segurança, das polícias federais lotadas no município, assim como do Ministério Público. O Conselho Gestor também autorizou a aquisição de equipamentos de informática e viaturas para estes quatro Estados, como forma de estímulo para a criação de Ouvidoria de Polícia. Em maio, foi alterada a legislação de criação do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, tendo a SENASP, oficialmente, assento no referido Fórum.

Em 2006, a SENASP também participou – como representante do Brasil – do Seminário “Segurança Interna e Controle Externo” e do I Encontro das Organizações de Controle e Inspeção das Polícias (OCIPs) dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (PTLP), ocorrido em Lisboa, no mês de dezembro. Nesta data, foi aprovada a criação de uma rede informal das Organizações de Controle Externo da Atividade Policial dos Países e territórios de língua portuguesa, que tem por objetivo primordial a troca de experiências, informações e competências sobre o tema, promovendo o fortalecimento da política pública de controle da atividade policial nos países afins.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, 15 Ouvidorias de Polícia estavam implantadas em 15 Unidades da Federação. De 2003 a 2006 foram investidos nas Ouvidorias de Polícia aproximadamente R\$ 6,6 milhões. Em 2006, a SENASP apoiou e participou de Seminário Internacional sobre Controle Externo realizado em Belo Horizonte-MG, assim como do Seminário sobre Segurança Interna e Controle Externo e do I Encontro das Organizações de Controle e Inspeção das Polícias dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, em Lisboa - Portugal.

Execução PPA: Implantação dos Projetos de Prevenção da Violência (8)

## 4.2. Ações para Redução da Violência

### Segurança de Dignitários

A capacitação doutrinária permite a padronização e a difusão de cultura moderna e eficaz entre as polícias estaduais, dotando-as das técnicas mais modernas de atuação profissional. O principal objetivo dessa ação foi formar, em

todos os Estados, equipes de policiais estaduais e federais capacitados para desenvolver atividade específica de segurança de autoridades.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, foram formados 195 policiais civis, militares e federais, representantes de todos os Estados no curso de Segurança de Dignitários.

Execução PPA: Reparcelhamento / Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (1)

### Gerenciamento de Crise e Controle de Operações Especiais

A iniciativa permite uma intervenção em situações nas quais crises instantâneas exigem trato qualificado. As atividades de capacitação realizadas envolveram cursos presenciais, sendo alguns realizados em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, distribuídos da seguinte forma:

- Curso de Segurança e Sobrevivência nas Ruas;
- Curso de Gerenciamento de Incidentes Críticos (USA): 22 alunos;
- Resolução Pacífica de Conflitos em Segurança Cidadã: 244 alunos;
- Curso de Gerenciamento de Crises e Controle de Operações Especiais: 109 alunos;
- Planejamento Operacional e Detecção de Ameaças: 37 alunos;
- Tática de Negociação de Crise: 14 alunos;
- Workshop Gerenciamento de Segurança para Grandes Eventos (RJ) e
- Workshop sobre Inteligência de Proteção (RJ).

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, policiais civis, militares e federais das diversas UF foram treinados nos cursos envolvendo a temática do Gerenciamento de Crises e Controle de Operações Especiais.

Execução PPA: Reparcelhamento / Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (7)

### Resolução Pacífica de Conflitos

Esta ação visa subsidiar os policiais com os meios necessários para a promoção da resolução pacífica de conflitos e de escuta ativa, dos policiais, comunidade, gestores e técnicos, promovendo uma ampliação dos instrumentos de enfrentamento nas situações de conflitos e crises. Esta ação tem como meta não apenas realizar a capacitação dos policiais, mas também construir núcleos de mediação de conflitos: Núcleos de Convivência Cidadã e Espaços de Mediação de Segurança Cidadã. Foram realizados dois cursos relacionados à resolução e mediação pacífica de conflitos, envolvendo a capacitação de mais de 660 policiais de todo o Brasil.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, foram capacitados 661 policiais em cursos de mediação e resolução pacífica de conflitos.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (6)

### Policiais Condutores de Cães Farejadores de Drogas, Explosivos e Pessoas

Cães farejadores constituem uma ferramenta de ação eficaz em casos de crises, desastres e combate à criminalidade organizada. Em 2006, foram capacitados nas três modalidades (drogas, explosivos e pessoas) 144 agentes oriundos das polícias civis, militares, federais e rodoviários federais, bombeiros, guardas municipais, Exército brasileiro, Força Aérea brasileira e defesa civil, de 21 Unidades da Federação. Os cursos realizados foram: Faro de Drogas – Florianópolis/SC, Campo Grande/MS, Salvador/BA, Natal/RN e Santa Maria/RS; Faro de Explosivos – Rio de Janeiro/RJ; Faro de Busca de Pessoas em Estruturas Colapsadas – Brasília/DF e Xanxerê/SC. Os cursos estão envolvendo a formação de condutores e também instrutores de condutores, buscando garantir a continuidade dos processos de formação nas próprias Unidades da Federação.

Nossa meta principal em 2007 é a construção de cinco canis regionais para uso das Forças Estaduais, assim como a formatação de cursos de condutores de cães de proteção. Está em tratativa, com o Departamento de Polícia Federal, o treinamento de condutores de cães empregados em ações anti-sequestro. Os canis contarão com guias de cães de faro para detecção de drogas, explosivos e localização de pessoas ou cadáveres.

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Formação de 144 policiais militares, civis, federais e rodoviário federal, bombeiros, guardas municipais, Exército brasileiro, Força Aérea nacional e defesa civil de 21 Unidades da Federação em formação de condutores de cães farejadores de drogas, explosivos e pessoas em estruturas colapsadas.

Execução PPA: Implantação dos Projetos de prevenção da Violência (7)

### Força Nacional de Segurança Pública

Composta por policiais militares e bombeiros dos Estados e do Distrito Federal, a Força Nacional de Segurança Pública constitui um instrumento para fixação de uma doutrina nacional para as polícias militares estaduais; para padronização de procedimentos e equipamentos no emprego da força legal (policciamento ostensivo, ação tática, controle de distúrbios civis) e para estabelecer interoperabilidade entre as forças policiais estaduais, permitindo ações conjuntas em substituição ao indevido emprego das Forças Armadas em policiamento civil.

Essa ação impacta diretamente no procedimento dos policiais no dia-a-dia nas ruas das cidades brasileiras. Resultam em policiais mais capacitados tecnicamente para a condução das ocorrências diárias que envolvem violência e criminalidade. Empregam a força de forma mais adequada e qualificada. Conduzem-se respeitando direitos humanos de forma mais ampla, associado ao emprego de força na repressão e prevenção aos crimes do dia-a-dia que afligem a vida

do cidadão. Ao mesmo tempo, os policiais que passaram pelo programa da Força Nacional tornam-se multiplicadores entre seus pares que ainda não passaram pelo programa da Força Nacional.

OBJETO	Itens	Unidades	Valor Total Aquisição
Aquisição de equipamentos controlados - Proteção Balística	Capacete Balístico	1000	R\$ 2.428.000,00
	Colete Masculino	1000	
	Colete Feminino	100	
Aquisição de fardamentos e acessórios	Conj Fardamento Operacional	3.000	R\$ 1.426.800,00
	Poncho	3.000	
	Camiseta de algodão	6.000	
	Cinto	3.000	
	Boinas com brasão bordado da Força Nacional	3.000	
	Logomarca da Força Nacional	4500	
	Botas táticas	1.500	
	Balaclava para emprego tático	1.000	
Equipamento Pré-Hospitalar	Máscara Descartável de ressuscitação	700	R\$ 96.869,55
	Luva de procedimentos Hospitalares	2.000	
	Kit Colar Cervical (distribuídos tamanhos P,M,G)	25	
	Bolsa de Primeiros Socorros	25	
	Estetoscópio	25	
	Equipamento Portátil de Oxigênio terapia	10	
	Colete de Imobilização Infantil Tipo KED	5	
	Colete de Imobilização Adulto Tipo KED	25	
	Imobilizador de cabeça	25	
	Ressuscitador manual Infantil (Ambu)	10	
	Ressuscitador manual Adulto (Ambu)	35	
	Oxímetro de Pulso Portátil	16	
	Manta Cobertor Térmico Aluminizado	70	
	Conjunto de Talas rígidas	25	
	Pilha alcalina (AA)	140	
	Pilha alcalina (AAA)	140	
	Bandagens	300	
	Aquisição de Materias de Campanha Mochila, saco( WO,dormir) e marmita com talheres	Mochila de Ataque	
Saco WO		3000	
Saco de Dormir		3000	
Marmita com talheres		1500	
Equipamentos Táticos e Armamento Não Letal	Luva de proteção para emprego tático	1000	R\$ 812.639,20
	Lanterna tática policial	1000	
	Conjunto joelheira/cotoveleira táticas	620	
	Algema plástica descartável	7000	
	Conjunto armamento não letal	20	
	Munição não letal	2500	
	Conjunto de ferramenta de acesso e arrombamento	5	
	Binóculo Comum	20	
	Colete Invasão Tática	600	
	Bolsa/Bornal para transporte de munição química	75	



OBJETO	Itens	Unidades	Valor Total Aquisição
Equipamentos Anti-tumulto	Capacete anti-tumulto	500	R\$ 283.250,00
	Escudo anti-tumulto	500	
	Colete tático CDC	250	
Compra de munição para treinamento FN	Munição .40		R\$ 3.297.492,00
	munição 5,56		
Máscara Contra Gases	Máscara com filtro	300	R\$ 555.900,00
Escudo Balístico e Bastão Retrátil (Processo em Andamento)	Escudo Balístico	50	R\$ 1.952.500,00
	Bastão Retrátil com ponteira	200	
	Bastão Retrátil	1000	
Roupa de Controle de Distúrbios Cíveis	Roupa anti-tumulto	200	R\$ 1.700.000,00
Armamento	Fuzil	3000	R\$ 14.469.420,00
Veículos	Viaturas Policiais	35	R\$ 3.990.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 32.727.770,75</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, foram formados 7.981 policiais como membros da Força Nacional de Segurança Pública. A FNSP já atuou no Espírito Santo e Mato Grosso do Sul e fez treinamentos no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba. Foram investidos recursos para compra de equipamentos para o treinamento dos policiais e bombeiros (Proteção Balística - Capacetes nível II, fardamentos e acessórios táticos, armamento não-letal, equipamentos antitumulto, roupa de controle de distúrbios cíveis, munição para treinamento, armamento letal, veículos etc.)

Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (1), (2) e (3).

### Modernização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMs

A partir de um diagnóstico realizado sobre as condições de funcionamento, recursos materiais, recursos humanos e resultados alcançados pelas DEAMs, iniciamos em 2004 um processo de modernização dessas Delegacias. O processo inclui o reaparelhamento e a capacitação dos operadores de Segurança Pública lotados nas DEAMs.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, foram reaparelhadas 50 DEAMs com viaturas, aparelhos de fax e bebedouros. Capacitados 240 policiais dos Estados do RJ, TO, MG e ES para qualificar o atendimento e aprofundar a compreensão sobre o fenômeno da violência contra a mulher. Realizado um encontro nacional das Delegadas (os) titulares de DEAM, que resultou na discussão, elaboração e publicação da Norma Técnica de Padronização das DEAMs.

Execução PPA: Implantação dos Projetos de Prevenção da Violência (6)

### Aquisição Direta de Viaturas para as Polícias

Visando racionalizar o gasto dos recursos do FNSP e atender os Estados conforme suas necessidades, a SENASP optou pela compra de viaturas, por meio de aquisição direta, entre os anos de 2004 e 2006. A distribuição de viaturas para as Unidades da Federação é feita por meio do mesmo índice responsável pela distribuição dos recursos financeiros destinados para os convênios para Es-

tados e municípios. Esta informação sobre número de veículos repassados por Estado inclui também o número de veículos repassados para municípios. Atualmente (janeiro/2007), encontram-se na SENASP 22 veículos, adquiridos em 2006, para serem distribuídos em 2007. Totaliza-se, desta forma, a aquisição direta pela SENASP, entre 2004 e 2006, de 3.165 veículos envolvendo o gasto de R\$ 124.907.297,76.

Unidades da Federação	2004 a 2006		Unidades da Federação	2004 a 2006	
	Valor (R\$)	Número de Veículos		Valor (R\$)	Número de Veículos
Acre	4.623.391,88	112	Paraíba	3.474.091,00	127
Alagoas	2.910.920,00	96	Paraná	4.926.140,00	210
Amapá	3.143.240,00	63	Pernambuco	6.333.850,00	162
Amazonas	3.861.302,00	108	Piauí	2.859.037,64	88
Bahia	6.695.553,00	193	Rio de Janeiro	16.192.850,00	323
Ceará	3.515.090,00	87	Rio Grande do Norte	1.356.854,00	40
Distrito Federal	3.456.950,00	70	Rio Grande do Sul	9.467.728,96	264
Espírito Santo	2.901.360,00	75	Rondônia	2.788.575,00	79
Goiás	5.166.575,00	99	Roraima	4.628.853,80	122
Maranhão	3.424.636,32	75	Santa Catarina	3.114.180,00	81
Mato Grosso	3.719.130,00	97	São Paulo	1.582.660,00	55
Mato Grosso do Sul	2.751.657,48	48	Sergipe	2.801.780,00	85
Minas Gerais	10.553.046,00	220	Tocantins	2.846.169,32	78
Pará	4.478.576,36	86	<b>Total</b>	<b>123.574.197,76</b>	<b>3.143</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2004 e 2005, a SENASP repassou para os Estados e municípios 3.165 viaturas.

Execução PPA: Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (1), (3) e (11).

### Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos e Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS

A CONPORTOS foi criada pelo Decreto nº. 1.507/95, alterado pelo Decreto nº. 1.972/96, com o propósito de elaborar e implementar um Sistema de Prevenção e Repressão a Atos Ilícitos nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis. A comissão é composta pelo Ministério da Justiça, Ministério da Defesa (Marinha do Brasil), Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores e Ministério dos Transportes. O Secretário Nacional de Segurança Pública preside a comissão. Os serviços de apoio à Comissão são prestados pelo gabinete da SENASP.

As Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CESPOTOS também integram a estrutura da CONPORTOS. As comissões estaduais incluem o Departamento de Polícia Federal, a Capitania dos Portos, a Secretaria da Receita Federal, a Administração Portuária e o Governo do Estado (Polícias Civil e Militar). Atualmente, as CESPOTOS estão constituídas e instaladas em 21 Estados.

Desde março de 2003, a CONPORTOS normatizou, por meio de resolu-

ções, os dispositivos que passaram a orientar as ações de segurança portuária e definiu a metodologia para a elaboração e aprovação das avaliações de riscos e dos planos de segurança a serem implementados nos portos públicos e privados. Por meio de resolução, a CONPORTOS também avocou a formação dos Supervisores de Segurança Portuária. Os supervisores, preconizados no Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias - ISPS, têm a responsabilidade de interagir com os agentes públicos nos portos, visando os ajustes de proteção nas operações entre navio/porto, sobre os planos de segurança das respectivas instalações portuárias onde atuam e, principalmente, na multiplicação de conhecimentos e da nova concepção cultural sobre segurança pública portuária.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Foram implementados 209 planos de Segurança Pública Portuária nos portos públicos e instalações portuárias privadas que operam o tráfego marítimo internacional. A SENASP/CONPORTOS formou 633 profissionais como Supervisores de Segurança Portuária em sete edições do Curso Especial de Formação de Supervisores de Segurança Portuária.

Execução PPA: Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança (1) e (3)

### Rede Infoseg - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização.

Reputamos como uma ação altamente estruturante na vida nacional a integração dos sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo pela primeira vez na história brasileira um efetivo compartilhamento das informações entre os Estados e os órgãos federais. No ano de 2004, a rede recebeu quatro milhões de consultas. Até o final de 2005, a rede teve 7,5 milhões de acessos e já contou, no início de 2006, com mais de 35 mil usuários cadastrados. Uma rede segura e veloz que utiliza as mais modernas ferramentas tecnológicas e que adota o princípio de interoperabilidade do governo eletrônico (e-Ping), facilitando a integração dos bancos de dados estaduais e federais de forma on-line, como os bancos de dados das polícias civis, militares, federais, além das informações da Receita Federal (CPF e CNPJ) etc. A Rede já disponibiliza informações sobre inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens do RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Automotores e RENACH – Registro Nacional de Condutores Habilitados, como dados de veículos, proprietários, condutores, multas e os dados de armas do SINARM - Sistema Nacional de Armas (DPF) e do SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Exército).

Os órgãos usuários da rede são responsáveis por alimentar as informações no índice nacional da Rede INFOSEG e disponibilizar suas bases de dados para as consultas das informações detalhadas, como é o caso das polícias federais, civis e militares estaduais. Esses órgãos responsáveis pelas informações definiram e adotaram, junto a SENASP, os meta-dados - com as informações que

são atualizadas no Índice Nacional-, assim como as informações mais detalhadas que são disponibilizadas nas bases de dados de segurança pública, justiça e fiscalização, localizadas nos estados e órgãos federais.

Com uma moderna plataforma baseada em Web Services, em função da natureza dos dados trafegados na rede, toda a infra-estrutura de segurança em nível de rede e de aplicação são implementadas com as mais modernas e seguras tecnologias. Na camada de aplicação todos os pacotes trafegados na rede são encriptados utilizando-se de criptografia forte e assinatura digital, garantindo a sua originalidade. A Rede INFOSEG foi implementada seguindo os padrões do Instituto de Interoperabilidade em Web Services (WS-I) e da arquitetura e-Ping, garantindo assim a sua independência de plataforma e facilidade de integração com outras tecnologias.

Futuras evoluções da Rede INFOSEG envolvem a integração dos Tribunais de Justiça à rede e a integração dos dados de certidões de nascimento, óbito e invalidez e dados da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) à rede INFOSEG.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, 27 Unidades da Federação alimentavam o INFOSEG de forma on line.

Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (4)

### Portal Corporativo da Rede INFOSEG

Atendendo as demandas e sugestões dos usuários da Rede INFOSEG, criou-se um Portal Corporativo com o objetivo de promover a interação entre os agentes de segurança nos mais diversos assuntos voltados principalmente à área de informação em segurança pública e justiça criminal, por meio da utilização de fóruns, enquetes, salas de discussões e de ferramentas que facilitam a publicação de conteúdos. Um dos principais resultados alcançados pelo Portal foi promover a celeridade e eficácia no andamento dos projetos de integração da área de informação de segurança pública no Brasil. A construção do Portal seguiu as seguintes diretrizes: promover o aumento contínuo da quantidade de conteúdos gerenciados, descentralizar a administração do conteúdo do portal e estruturar um espaço propício à troca de experiências e formação de grupos de discussão em torno de problemas visando obter as soluções com melhor relação custo/benefício. O número mensal de acessos a esse portal passou de 73 mil em dezembro de 2005 para 95 mil em fevereiro de 2006.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

O Portal Corporativo foi desenvolvido ao longo de 2006 e atualmente encontra-se em fase de implantação.

Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (4)

### Integração aos Dados da Receita Federal à Rede INFOSEG

Atualmente a SENASP, por intermédio da Rede INFOSEG, disponibiliza a consulta referente aos dados de pessoa física e jurídica da receita federal via Portal Corporativo da Rede INFOSEG. As rotinas de atualização dos dados da receita federal também foram desenvolvidas e atualmente esta atualização está sendo realizada diariamente. Esta mesma consulta aos dados da Receita Federal está sendo reestruturada, em 2007, para que seja possível a sua disponibilização por outras formas de acesso que não o portal (ex: para acessos a serem realizados por dispositivos móveis) e para que sejam armazenadas e recuperadas as informações de logs de consultas no mesmo padrão das outras informações disponibilizadas no INFOSEG.

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Até o final de 2006, a Rede INFOSEG passou a disponibilizar os dados de pessoa física e jurídica da receita federal.

Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (4)

### Integração dos Países do MERCOSUL à Rede INFOSEG

A Rede INFOSEG iniciou, em 2005, a sua integração com o projeto do MERCOSUL. Atualmente estão sendo trafegados dados de veículos com indicação de roubo e/ou furto entre os seguintes países: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile. A Venezuela é o próximo país que será integrado à Rede INFOSEG. Estão em andamento várias ações relativas à ampliação das informações a serem compartilhadas.

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Até o final de 2006, a Rede INFOSEG passou a promover o compartilhamento de dados sobre veículos entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (4)

### Projeto Fronteiras SINIVEN

O sistema de monitoramento de veículos tem como objetivo, através da capturas de imagens das placas de veículos, a partir de câmeras instaladas nos pontos de fronteira e da conversão dessas imagens para texto, verificar, junto à base nacional de veículos disponibilizada pela Rede INFOSEG, a indicação de roubo e/ou furto de veículos e em casos onde há ocorrências, um alarme é emitido no posto policial de forma que o veículo seja abordado no momento de sua passagem.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

O Projeto do sistema de monitoramento de veículos iniciou no ano de 2005. O sistema traz resultados significativos para a segurança pública, pois já viabilizou a recuperação de 717 veículos roubados e/ou furtados. Atualmente o sistema encontra-se implantado e funcionando nos seguintes pontos: Rosário do Sul (RS), Foz do Iguaçu (PR), Mundo Novo (MT e MS), Eptaciolândia (AC), Vilhena (RO), Via Dutra (Km 217-227), Senador Guiomar (AC), Guaicurus (MS), Uruguiana (RS) e Guairá (PR). O projeto encontra-se em expansão para instalação em demais postos policiais.

Execução PPA: Reaparelhamento / Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (4)

### Gabinete de Gestão Integrada – GGI

O GGI é responsável pela coordenação do SUSP nos Estados e pelo fomento da cultura de integração com foco no controle da violência e da criminalidade. Destacam-se como Estados onde as ações integradas ocorrem de forma mais ampla: CE, DF, PB, MT, SE, RO, RR, TO, AM e PE. O GGI é um fórum que opera por meio do consenso. É composto pelo Secretário de Segurança Pública Estadual, Diretor do Departamento de Polícia Federal, Diretor do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Comandante Geral da Polícia Militar, Comandante Geral do Corpo de Bombeiro Militar, Diretor da Polícia Civil, Perícia, Ministério Público Estadual e Federal e representante do executivo municipal, representante da SENASP, além de membros convidados como OAB, representantes de Comunidades e Religiosos, dentre outros. O principal objetivo dessa ação é integração entre os órgãos que atuam em segurança pública em todas as Unidades da Federação.

Em novembro de 2005, foi realizado na cidade de Recife o I Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada, com o objetivo de demonstrar práticas bem sucedidas de ações de Gestão Integrada do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, por meio dos GGIs. Em 2006, houve o acompanhamento das reuniões realizadas pelos GGIs estaduais pelos técnicos da SENASP.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram implantados Gabinetes de Gestão Integrada em todas as Unidades da Federação. O I Fórum Nacional dos GGIs, com a participação de 400 profissionais de segurança pública, também marcou a ação no ano de 2005.

Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (10)

### Sistema Nacional de Inteligência

Trata-se de uma rede que interliga as esferas de segurança pública federal e estaduais para a coleta e análise de dados de inteligência, visando o combate à criminalidade organizada e às quadrilhas com atuação em mais de um Estado.

O principal objetivo dessa ação é articular as ações de inteligência entre os Núcleos Estaduais de Inteligência. A execução desta ação envolveu a capacitação de policiais para atuarem nos sistemas de inteligência e também a construção de uma matriz curricular direcionada para cursos de especialização de inteligência em segurança pública.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, o Sistema Nacional de Inteligência já atuava plenamente. Cento e quatro policiais foram capacitados para a atuação no sistema em suas organizações de origem. Outros 34 policiais tornaram-se especialistas em inteligência pela Universidade Federal do Mato Grosso e, por meio deste curso piloto, concretizou-se a elaboração da matriz curricular de inteligência para cursos de especialização. Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (5)

### Modernização do Sistema Aeropolicial

A SENASP instituiu o Grupo de Trabalho Especial que elaborou propostas e projetos específicos para a implantação do modelo legal de doutrina e formação de tripulantes, segurança de voo, adequação das aeronaves, estratégia operacional e demais ações pertinentes à aviação de segurança pública e defesa civil no território nacional. Realizou o Curso de Gestão de Unidade Aeropolicial com o objetivo de capacitar os Operadores da Aviação de Segurança Pública e Defesa Civil. O principal objetivo dessa ação foi consolidar um programa de gestão para a segurança de voo em unidades aéreas. O programa incluiu a padronização das rotinas de operações nas missões que envolvem as ações operacionais das unidades aéreas; a criação de rotinas administrativas envolvendo a gestão de recursos humanos; e o gerenciamento dos recursos de manutenção e logística de uma unidade aérea de segurança pública e defesa civil.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, definiu-se o modelo legal de doutrina, formação de tripulantes, segurança de voo, adequação das aeronaves e estratégia operacional para a área de aviação de segurança pública e defesa civil no Brasil. Formaram-se 30 operadores da área em curso de tripulante operacional.

Execução PPA: Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (3)

### Difusão do Uso do Geoprocessamento em Segurança Pública

Buscando criar um instrumento para a implementação de políticas focalizadas que evitem a dispersão de recursos humanos e financeiros e racionalizem a sua distribuição, auxiliando o monitoramento dos resultados obtidos, financiamos o primeiro software gratuito e livre (código aberto) para o desenvolvimento de análises de estatística espacial. O software foi implantado em caráter piloto na cidade de Porto Alegre/RS. A SENASP financiou o início das atividades de elaboração do produto que continua sendo aprimorado, mas já sem a participação de recursos da SENASP. Além da criação do software, promovemos o avanço da análise espacial de informações de segurança pública nos Estados e municípios, assinando convênios para aquisição da infra-estrutura necessária para a implan-

tação desse sistema e realizando capacitações aos técnicos de estatística das organizações estaduais e municipais de segurança pública em relação ao uso do software e uso da análise espacial como ferramenta de gestão em segurança pública.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

O software TerraView está disponível gratuitamente na internet. ([www.est.ufmg.br/leste](http://www.est.ufmg.br/leste)). Assinados vários convênios com Estados e municípios e promovidos cursos envolvendo análise espacial no Espírito Santo, Tocantins e Rio Grande do Sul.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (1)

### Capacitação em Gestão em Segurança Pública

A criação dos cursos de Gestão em Segurança Pública decorreu da necessidade de capacitar os profissionais em relação aos princípios de gestão e também sensibilizar esses profissionais quanto à importância dos processos de coleta, registro, sistematização e disseminação de informação. A sensibilização é fundamental para garantir o sucesso do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, pois trará a legitimidade necessária ao sistema e garantirá que as informações sejam produzidas com o rigor metodológico necessário. O Curso de Gestão em Segurança Pública foi realizado envolvendo três módulos: 1) Gestão de Processos em Segurança Pública; 2) Gestão da Informação em Segurança Pública; e 3) Experiências Exitosas de Gestão em Segurança Pública. Na primeira versão do curso, participaram pelo menos três representantes de cada Unidade da Federação. Eram gestores de cada uma das organizações estaduais de segurança pública - Secretaria Estadual, Polícia Civil e Polícia Militar. As Polícias Federal, Rodoviária Federal e ABIN também enviaram representantes.

Relacionados também a área de gestão, em convênio com o PNUD, foram realizados, em 2006, dois cursos: Gestão por Resultados em Segurança Pública, em Porto Alegre/RS, no período de 23 a 27 de abril de 2006, para 32 alunos; e Curso de Gestão de Políticas em Segurança Cidadã, em São Leopoldo/RS (7 a 11 de agosto de 2006), no Rio de Janeiro/RJ (16 a 20 de outubro de 2006) e em Vitória/ES (23 a 27 de outubro de 2006), para um total de 290 alunos.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, foram capacitados 110 profissionais em Gestão de Processos em Segurança Pública, Gestão da Informação em Segurança Pública e Experiências Exitosas de Gestão em Segurança Pública. Foram capacitados 32 profissionais em Gestão de Resultados em Segurança Pública. Por fim, foram capacitados 290 profissionais em Gestão de Políticas em Segurança Cidadã.

Execução PPA: Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança (8)



## 4.3. Segurança dos Jogos Pan-Americanos

O programa integral de ação para a segurança dos Jogos Pan-Americanos – com foco no conceito de segurança cidadã – visa garantir resultados sustentáveis e contribuir para a prevenção da violência e melhoria da qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro. Por esta razão, considera prioridade o enfrentamento de fatores associados à violência e criminalidade, tais como: a exclusão social, as relações interpessoais e familiares desestruturadas, as condições de vulnerabilidade como pobreza, abandono, vitimização e as adequadas condições ambientais urbanas. Por fim, é importante salientar que a ação busca continuamente promover a articulação entre os governos federal, estadual e municipal na implantação da perspectiva de Segurança Cidadã, favorecendo a identificação de propósitos comuns e o estabelecimento de metas e prazos a serem observados conjuntamente.

A implantação do programa prevê a execução de ações em quatro eixos principais: controle, logística, inteligência e prevenção. Destacamos, neste contexto, o conteúdo das ações de prevenção que buscam estabelecer um novo padrão de relacionamento entre a comunidade e os diversos agentes de segurança pública. Esta ação está estruturada em torno do desenvolvimento de nove ações: Lideranças Comunitárias, Atenção e Proteção às Famílias, Atenção e Proteção às Crianças, Centros Integrados de Cidadania, Polícia Comunitária, Espaços Urbanos Seguros, Olimpíadas Cariocas, Brigadas Socorristas e Guias Cívicos.

### **Guias Cívicos**

Tem como meta a capacitação de 10.500 jovens de 14 a 24 anos - em situação de risco, incluindo cumpridores de medidas sócio-educativas e das alternativas penais, e em condições de risco, participantes de programas de inclusão social e em situação escolar de infreqüência e abandono – no curso de Guia Cívico (cidadania, ética, convivência, regras, noções básicas de turismo e línguas estrangeiras) para atuação nos espaços urbanos, durante a realização dos Jogos Pan-Americanos. O principal objetivo desta capacitação e experiência é contribuir para a inclusão social desses jovens, que passarão a contar com ferramentas de trabalho adicionais para a sua futura atuação profissional.

### **Brigadas Socorristas**

Tem como meta a capacitação de 1.000 brigadistas socorristas voluntários para os Jogos Pan-Americanos. Os brigadistas socorristas capacitados e comprometidos estarão disponíveis para atuar nos eventos teste e preparatórios dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007. Assim como na ação dos Guias Cívicos, o principal objetivo desta capacitação e experiência é contribuir para a inclusão social desses jovens, que passarão a contar com ferramentas de trabalho adicionais para a sua futura atuação profissional.

### **Olimpíadas Cariocas**

Envolve a realização de competições esportivas entre os jovens das diversas comunidades do Rio de Janeiro e capacitação de juizes, árbitros e animadores para orientar os jovens participantes em relação à importância da existência das regras, bem como dos códigos de convivência para as competições. Desta forma, busca-se promover o desenvolvimento de capital social e o espírito comunitário, estimulando competições com regras especiais para que conceitos como responsabilidade, respeito e convivência se reflitam naturalmente durante os jogos. Na realização das Olimpíadas Cariocas, as delegações serão incentivadas, por meio de suas Embaixadas, Consulados e atletas, a manter o clima festivo e alegre do cidadão carioca, propiciando legitimidade nas ações em curso e estimulando a prática esportiva na criança e no adolescente.

### **Espaços Urbanos Seguros**

Tem como meta a capacitação de 500 jovens de 16 a 24 anos em situação de risco – incluindo cumpridores de medidas sócio-educativas e das alternativas penais, e em condições de risco, participantes de programas de inclusão social e em situação escolar de infrequência e abandono – em técnicas de construção civil, para prestarem serviços em obras que construam a estética segurança cidadã nos espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro, com foco na geografia dos Jogos Pan-Americanos. Agentes comunitários também serão capacitados em desenho urbano para que as lideranças atuem e integrem-se efetivamente no projeto. Podemos destacar dois objetivos principais na realização desta ação: contribuir para a inclusão social dos jovens selecionados, que passarão a contar com ferramentas de trabalho adicionais para a sua futura atuação profissional e estimular a realização de obras e revitalização de áreas de uso comum nas comunidades envolvidas que melhorem a qualidade de vida local e auxiliem na prevenção à violência e criminalidade.

### **Polícia Comunitária**

Tem como objetivo fortalecer a Polícia Comunitária no Rio de Janeiro, por meio das seguintes ações: (1) capacitação de 2.000 policiais, fundamentada no conceito de Segurança Cidadã; (2) fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança, por meio da capacitação de aproximadamente 150 lideranças comunitárias, visando conscientizá-las da importância da participação social na gestão das políticas e ações de Segurança Pública; (3) promoção de seminários e oficinas sobre minorias, homofobia, criança e adolescente em conflito com a lei e a proteção dos idosos; e (4) estruturação de uma escola de Polícia Comunitária no Morro do Vidigal.

### **Centros Integrados de Cidadania**

Tem como objetivo promover a articulação institucional entre Estados, municípios, Ministério Público, Judiciário e Defensoria Pública com o objetivo de implan-

tar espaços de mediação em segurança cidadã. Busca-se utilizar a estrutura do juizado e da defensoria para implantar e coordenar 18 núcleos de mediação em segurança cidadã do Rio de Janeiro.

### **Atenção e Proteção às Crianças**

Envolve a criação de um consórcio de projetos sociais, com o objetivo de fortalecer as redes de atendimento à criança em situação de rua. A fomentação da rede formada por entidades que já possuem reconhecida atuação no desenvolvimento de atividades voltadas à atenção e proteção desta população infantil será imprescindível, visto que será através da eleição do projeto de uma destas instituições e apoio às demais que o programa será executado. O principal objetivo desta ação é promover a inclusão social dos meninos e meninas em situação de rua, que vivem nas áreas em torno do Circuito dos Jogos Pan-Americanos e daqueles que migram, mesmo que temporariamente, para estes locais.

### **Atenção e Proteção às Famílias**

Visa otimizar a atuação das instâncias de prevenção de violência já existentes no circuito dos Jogos Pan-Americanos, bem como fomentar a estruturação de novos núcleos. Desta forma, buscar-se-á apoiar os Núcleos de Prevenção da Violência já implementados pelo Ministério da Saúde. Concomitantemente, será finalizada a implementação dos Núcleos de Mediação de Conflito da SENASP, em cooperação com órgãos do sistema de justiça, dentre os quais destacam-se o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública Estadual.

### **Lideranças Comunitárias**

Envolve a constituição de um quadro de líderes comunitários, relacionados às áreas próximas aos jogos e ao seu entorno, por meio do qual se efetivará uma articulação com as lideranças comunitárias visando a efetivação de um acompanhamento dos resultados das ações de segurança e o estabelecimento de estratégias para superação dos empecilhos normais na execução das atividades junto às áreas deficitárias e às lideranças.

A atual equipe de gestão das ações de segurança pública dos Jogos Pan-Americanos está trabalhando sediada no Rio de Janeiro. É necessário termos a clareza de que estes gerentes não podem ser meros tarefeiros, pois suas ações envolvem uma mudança cultural nas políticas e ações de segurança pública no Brasil e, por esta razão, é fundamental sua dedicação como agentes promotores, disseminadores e educadores do novo paradigma de segurança pública. A tabela a seguir apresenta as principais ações executadas até 2006. A maior parte das ações se encontra na etapa de elaboração de licitação. Todo o trabalho vem sendo executado de forma consensual com os órgãos de segurança pública federais, estaduais e municipais. Esta aplicação dos princípios de uma gestão democrá-

tica impõe a necessidade de realização de reuniões contínuas e é importante destacar que a própria realização destas reuniões é sinal de sucesso do projeto. Raramente, as ações e políticas de segurança pública no Brasil envolveram a realização de reuniões onde estes órgãos sentaram em uma mesma mesa e tomaram decisões de forma conjunta.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2006, alcançamos os seguintes resultados:

- Capacitação da primeira turma do curso de Gestores de Segurança Pública.
- Capacitação da primeira turma do curso de Guias Cívicos (1780 jovens) e pagamento das bolsas para os alunos aptos.
- Realizada a licitação para compra dos equipamentos necessários para o curso da Brigada Socorrista.
- Capacitação de seis turmas do curso de mediação pacífica de conflitos (420 alunos).
- Diagnóstico amplo das organizações governamentais e não-governamentais que compõem a rede de atendimento às crianças de rua no Rio de Janeiro e articulação com estas organizações para conhecer o trabalho que vem sendo realizado.
- Realização contínua da investigação social das pessoas candidatas a participarem do evento como prestadores de serviço ou atletas.
- Capacitação de policiais do Rio de Janeiro no curso de cães farejadores.
- Constituição das coordenadorias específicas relativas às áreas de operações especiais e de contra-terrorismo, segurança das delegações e dos dignitários, operações antibombas e operações lacustres e marítimas por representantes das diversas organizações responsáveis pela área de segurança pública no Rio de Janeiro.
- Realizado diagnóstico sobre a situação atual da Polícia Comunitária e dos Conselhos Comunitários de Segurança na cidade do Rio de Janeiro.
- Impressão dos livros a serem utilizados no Curso para Multiplicadores de Polícia Comunitária, que serão entregues a todos os alunos e instrutores.
- Início da capacitação da primeira turma do curso de Polícia Comunitária (84 alunos).

# 5

Recursos  
Financeiros  
Repassados e  
Bens Adquiridos



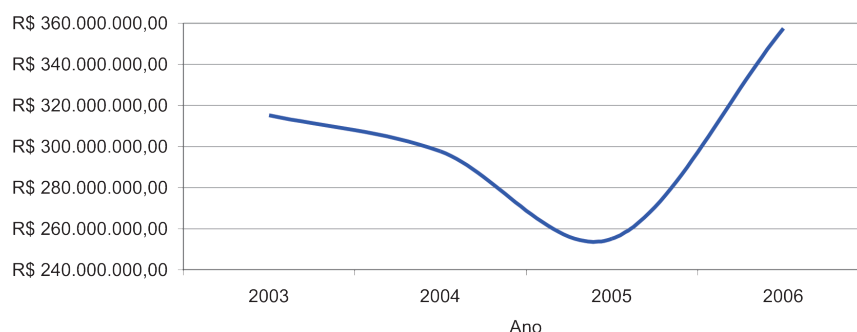
**A**baixo uma síntese dos recursos investidos pela SENASP entre 2003 e 2006. Estes recursos tiveram três origens distintas: recursos do Tesouro, recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e recursos para execução das ações de segurança dos Jogos Pan-Americanos. Os recursos do Tesouro só foram utilizados, em 2003, para o repasse de recursos para Estados e municípios. Os recursos do FNSP foram utilizados nos quatro anos analisados, financiando a aquisição direta pela SENASP, gastos com diárias e passagens e o investimento em Estados e municípios por meio de convênios. Por fim, os recursos para segurança dos Jogos Pan-Americanos foram utilizados apenas em 2006, envolvendo a realização de gastos pela própria SENASP e também o repasse de recursos para outros órgãos governamentais.

Tipos de Gasto e Repasse de Recursos		Valor Repassado (R\$)					
		2003	2004	2005	2006	Total	
						R\$	(%)
FNSP	Repassados para os Municípios	R\$ 10.132.000,00	R\$ 25.385.880,96	R\$ 19.979.058,37	R\$ 13.422.614,25	R\$ 68.919.553,58	5,62
	Repassados para os Estados	R\$ 279.391.825,48	R\$ 174.589.933,71	R\$ 91.942.785,77	R\$ 76.470.971,94	R\$ 622.395.516,90	50,79
	Gastos Via Aquisição Direta (*)	R\$ 18.613.682,13	R\$ 91.833.294,61	R\$ 129.780.787,83	R\$ 115.366.674,33	R\$ 355.594.438,90	29,02
	Gastos com Diárias e Passagens	R\$ 2.505.872,38	R\$ 5.780.112,48	R\$ 13.359.724,13	R\$ 13.266.794,70	R\$ 34.912.503,69	2,85
Tesouro	Repassados para os Municípios	R\$ 177.264,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 177.264,00	0,01
	Repassados para os Estados	R\$ 4.416.911,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.416.911,98	0,36
Recursos PAN	Gastos pela SENASP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124.474.545,11	R\$ 124.474.545,11	10,16
	Repassados para Outros Órgãos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.472.902,99	R\$ 14.472.902,99	1,18
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 315.237.555,97</b>	<b>R\$ 297.589.221,76</b>	<b>R\$ 255.062.356,10</b>	<b>R\$ 357.474.503,32</b>	<b>R\$ 1.225.363.637,15</b>	<b>100</b>

(\*) Este recurso inclui os restos a pagar de cada ano.

(\*\*) Este recurso envolve os gastos no processo de capacitação da Força Nacional.

### ***Evolução dos Recursos Financeiros Investidos pela SENASP (2003 a 2006)***

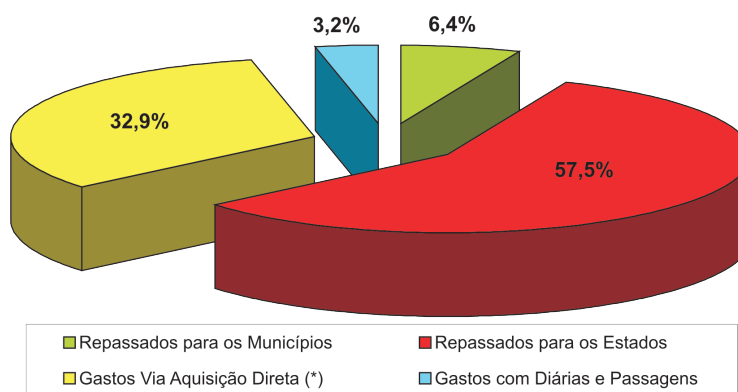


Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

A execução direta é uma forma de repasse de recursos para Estados e municípios na qual a própria SENASP realiza as ações. É a forma mais econômica de execução das ações quando envolvem necessariamente todas as Uni-

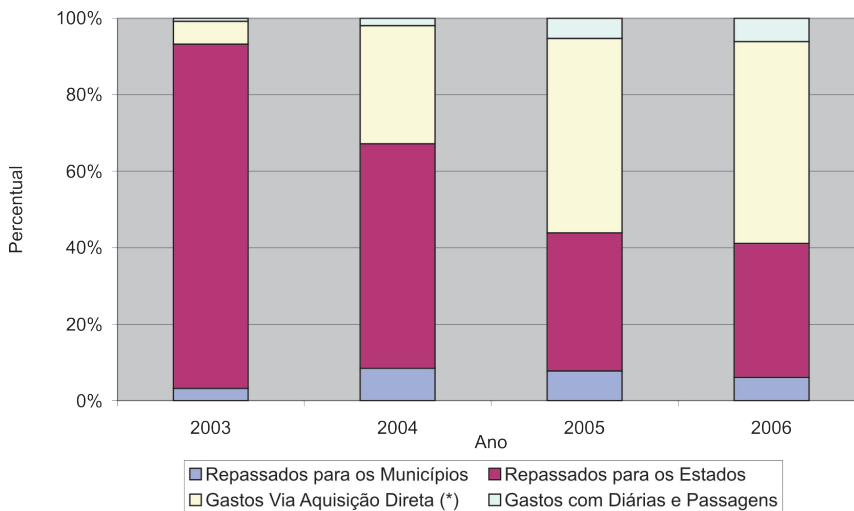
dades da Federação. Um exemplo disso ocorreu na ação de capacitação. No primeiro mês de atividade, a rede de ensino a distância, administrada pela SENASP, aplicou R\$ 401.000,00 para capacitar 2.605 policiais. Assim, o custo por aluno foi de R\$ 153,93, significativamente menor que o existente em vários convênios assinados com os Estados. Importante destacar que a execução direta não pode substituir o repasse de recursos via convênio, pois existem ações que correspondem às necessidades específicas de cada Unidade da Federação.

### ***Distribuição dos Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (2003 a 2006)***



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

### ***Comparação do Uso dos Recursos do FNSP Segundo Tipo de Gasto (2003 a 2006)***



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública



Em relação à economia de recursos, é importante relatarmos o avanço trazido pela SENASP na execução por registros de preço. A realização de um registro de preços leva a situação na qual as Unidades da Federação podem aproveitar uma grande licitação elaborada pelo Governo Federal para economizar tempo e recursos na execução dos seus convênios. Por serem compras envolvendo um volume maior de equipamentos, o valor unitário fica bem abaixo dos valores praticados no mercado individualmente. Assim, por exemplo, no final de 2005, um veículo Blazer 2.8 - Diesel - 4X4, que seria comprado por R\$ 115.000,00 foi adquirido por R\$ 103.000,00; e um Nissan XTerra, que seria comprado por R\$ 125.000,00 foi adquirido por R\$ 114.000,00.

Uma análise dos gastos do FNSP, segundo tipo de gasto efetuado pela SENASP, nestes últimos quatro anos, evidencia a institucionalização da SENASP como órgão executor de políticas e ações. Mais do que simples banco de distribuição de recursos, a SENASP a cada ano vem ocupando um espaço maior como órgão executor da Política Nacional de Segurança Pública. Assim, por exemplo, observamos que o repasse de recursos via convênio reduziu de 93% para 41% dos recursos do FNSP, entre 2003 e 2006. Neste mesmo sentido, em 2006, a ação direta da SENASP como gestora das ações de segurança pública dos Jogos Pan-Americanos trouxe um acréscimo de R\$ 138.947.448,10 para serem investidos pela SENASP.

## 5.1. Recursos para Municípios por Meio de Convênio

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados para os municípios na forma de convênio nos últimos quatro anos (2003 a 2006) somam R\$ 68.919.553,58.

### *Recursos Repassados para Municípios na Forma de Convênios (2003 a 2006)*

Recursos Repassados para Municípios	2003	2004	2005	2006	Total
	10.132.000,00	25.385.880,96	19.979.058,37	13.422.614,25	68.919.553,58

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Tais recursos foram repassados para 149 municípios e privilegiaram a execução de ações de prevenção, construídas a partir do investimento em duas áreas específicas: Prevenção (custeio e capital) e Treinamento (custeio). Os municípios foram escolhidos por meio de um índice estatístico, construído a partir da análise de informações sobre incidência de homicídios e características sociais, urbanas e econômicas dos municípios.

## Municípios Atendidos por Unidade da Federação (2003 a 2006)

Unidades da Federação	Municípios por UF	
	N.Abs.	(%)
Acre	1	0,7
Alagoas	1	0,7
Amazonas	1	0,7
Amapá	1	0,7
Bahia	2	1,3
Ceará	3	2,0
Espírito Santo	5	3,4
Goiás	2	1,3
Maranhão	2	1,3
Minas Gerais	14	9,4
Mato Grosso do Sul	2	1,3
Mato Grosso	1	0,7
Pará	3	2,0

Unidades da Federação	Municípios por UF	
	N.Abs.	(%)
Paraíba	2	1,3
Pernambuco	13	8,7
Paraná	7	4,7
Rio de Janeiro	13	8,7
Rio Grande do Norte	2	1,3
Roraima	1	0,7
Rio Grande do Sul	10	6,7
Santa Catarina	2	1,3
Sergipe	1	0,7
São Paulo	59	39,6
Tocantins	1	0,7
<b>Total Municípios</b>	<b>149</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Cabe destacar que o município de Vitória (ES) assinou, em 2003, um convênio com a SENASP, com recursos financeiros provenientes do Tesouro, na ordem de R\$ 177.264,00 – para treinamento dos servidores do Centro Integrado de Cidadania e avaliação dos serviços prestados.

## Convênios com Municípios – Gestão FNSP (2003 a 2006)

UF	Municípios	2003
RJ	Paracambi	384.000,00
RJ	Resende	400.000,00
SP	Diadema	1.248.000,00
SP	Piracicaba	500.000,00
SP	São Paulo	7.600.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>10.132.000,00</b>

UF	Municípios	2004	2005	2006
AC	Rio Branco	---	349.657,60	---
AL	Maceió	762.102,00	---	---
AM	Manaus	---	467.000,00	---
AP	Macapá	593.763,25	---	---
BA	Itapetinga	---	---	158.041,60
BA	Juazeiro	336.239,10	---	87.765,75
CE	Caucaia	---	---	109.540,34
CE	Fortaleza	---	631.228,77	---
CE	Maracanaú	---	---	66.720,00
ES	Cachoeiro de Itapemirim	306.329,90	---	---
ES	Cariacica	---	63.052,30	---
ES	Serra	---	128.024,62	---
ES	Viana	---	270.173,27	---
ES	Vitória	---	159.780,00	---
GO	Aparecida de Goiânia	---	443.700,00	---

UF	Municípios	2004	2005	2006
GO	Goiânia	762.285,01	---	---
MA	São José do Ribamar	---	---	82.647,94
MA	São Luís	722.547,00	---	---
MG	Belo Horizonte	918.631,64	---	---
MG	Betim	248.257,16	---	---
MG	Conselheiro Lafaiete	153.000,00	---	---
MG	Governador Valadares	---	393.761,02	---
MG	Itabirito	---	159.708,00	---
MG	Montes Claros	---	---	197.055,30
MG	Nova Lima	192.720,00	---	---
MG	Pirapora	---	---	74.200,00
MG	Poços de Caldas	175.296,26	---	---
MG	Sabará	---	254.640,00	---

UF	Municípios	2004	2005	2006
MG	São João Del Rei	---	53.284,40	---
MG	Uberaba	240.000,00	---	681.810,85
MG	Uberlândia	---	---	204.844,00
MG	Varginha	---	---	105.928,00
MS	Corumbá	---	317.132,00	---
MS	Dourados	---	---	106.227,00
MT	Cuiabá	---	300.661,38	---
PA	Altamira	---	---	245.751,19
PA	Belém	735.589,80	---	---
PA	Paragominas	---	230.631,30	---
PB	Bayeux	---	---	128.538,75
PB	João Pessoa	---	---	177.018,00
PE	Cabo de Santo Agostinho	465.392,42	---	---
PE	Camaragibe	---	---	163.735,32
PE	Escada	---	---	159.812,82
PE	Garanhuns	---	---	266.170,14
PE	Igarassu	325.849,50	---	---
PE	Jaboatão dos Guararapes	---	---	391.321,46
PE	Olinda	248.544,00	---	230.226,14
PE	Paudalho	---	206.366,22	---
PE	Paulista	---	---	262.619,64
PE	Pesqueira	---	105.288,48	---
PE	Petrolina	---	269.690,40	---
PE	Recife	783.472,00	---	---
PE	Trindade	---	---	84.119,00
PR	Cascavel	---	---	145.912,00
PR	Curitiba	1.360.819,07	---	1.053.492,04
PR	Fazenda Rio Grande	220.389,60	---	---
PR	Foz do Iguassú	---	409.315,77	---
PR	Mandirituba	186.688,88	---	---
PR	Matinhos	---	218.931,52	---
PR	Paranaguá	---	363.322,00	---
RJ	Barra Mansa	---	400.040,00	---
RJ	Belford Roxo	319.420,00	---	159.530,00
RJ	Duque de Caxias	---	---	349.564,00
RJ	Maricá	---	---	167.382,40
RJ	Mesquita	---	44.000,00	---
RJ	Niterói	700.000,00	---	---
RJ	Quatis	---	38.000,00	---
RJ	Rio Bonito	---	---	151.936,00
RJ	Rio de Janeiro	200.000,00	1.779.100,00	---
RJ	São Pedro da Aldeia	---	337.695,20	---
RJ	Teresopolis	---	---	99.659,13
RN	Ceará Mirim	---	---	132.680,00
RN	Natal	528.240,90	---	---
RR	Boa Vista	537.043,05	---	125.000,00

UF	Municípios	2004	2005	2006
RS	Caxias do Sul	---	646.613,82	---
RS	Esteio	---	---	275.920,00
RS	Gravataí	286.598,02	---	---
RS	Novo Hamburgo	325.217,20	---	---
RS	Pelotas	450.000,00	---	---
RS	Porto Alegre	3.242.132,38	---	451.971,40
RS	Rio Grande	185.166,56	---	---
RS	São Leopoldo	243.214,28	---	710.557,00
RS	Sapucaia do Sul	---	---	338.253,76
RS	Vacaria	---	---	174.792,00
SC	Florianópolis	---	220.181,20	---
SC	São José	---	632.445,20	---
SE	Aracaju	333.000,00	---	---
SP	Americana	---	---	108.400,00
SP	Amparo	---	555.200,00	---
SP	Araraquara	238.663,28	---	---
SP	Araras	---	---	117.293,12
SP	Artur Nogueira	118.760,00	---	---
SP	Bebedouro	144.000,00	---	---
SP	Botucatu	---	---	99.509,60
SP	Cabreúva	---	175.284,00	---
SP	Campinas	567.409,73	---	331.264,00
SP	Campo Limpo Paulista	---	---	102.304,00
SP	Catanduva	114.704,56	---	96.800,00
SP	Diadema	---	---	1.135.900,00
SP	Embu Guaçu	---	250.725,63	---
SP	Ferraz de Vasconcelos	---	---	105.587,20
SP	Franca	221.868,64	---	---
SP	Franco da Rocha	---	240.000,00	---
SP	Guaira	---	---	19.466,64
SP	Guarujá	609.414,52	---	---
SP	Guarulhos	---	477.208,33	---
SP	Hortolândia	---	235.804,37	---
SP	Ibiuna	---	---	125.623,60
SP	Ilha Solteira	---	75.589,50	---
SP	Indaiatuba	---	5.048.378,88	---
SP	Iracemápolis	---	50.325,00	---
SP	Itararé	100.000,00	---	---
SP	Itu	---	253.280,00	---
SP	Itupeva	---	---	112.100,00
SP	Jacaré	415.514,07	---	---
SP	Jundiaí	370.857,30	---	---
SP	Limeira	304.547,68	---	---
SP	Mairinque	---	244.180,47	---
SP	Mauá	586.669,05	---	---
SP	Mogi das Cruzes	---	---	595.887,00

UF	Municípios	2004	2005	2006
SP	Osasco	848.697,20	---	---
SP	Paraguaçu Paulista	---	---	226.359,00
SP	Piracicaba	---	---	159.117,00
SP	Pitangueiras	---	152.070,40	---
SP	Porto Feliz	---	245.450,35	---
SP	Potirendaba	50.000,00	---	---
SP	Ribeirão Preto	446.488,92	---	79.974,72
SP	Rio Claro	249.068,00	---	---
SP	Santana de Parnaíba	359.933,92	---	---
SP	Santo André	---	---	575.816,90
SP	Santo Antônio de Posse	---	---	65.992,50
SP	Santos	492.971,52	---	420.052,00
SP	São Bernardo do Campo	681.384,19	---	352.000,00

UF	Municípios	2004	2005	2006
SP	São Carlos	---	270.316,09	---
SP	São Pedro	122.192,00	---	---
SP	São Roque	---	199.032,40	---
SP	São Sebastião	---	173.640,00	---
SP	São Vicente	655.687,12	---	---
SP	Serrana	276.772,28	---	---
SP	Sertãozinho	---	---	146.544,00
SP	Sorocaba	322.328,00	---	---
SP	Sumaré	---	355.088,80	---
SP	Suzano	---	289.143,20	---
SP	Vargem Grande Paulista	---	---	125.880,00
SP	Várzea Paulista	---	277.606,80	---
TO	Palmas	---	517.309,68	---
<b>TOTAL</b>		<b>25.385.880,96</b>	<b>19.979.058,37</b>	<b>13.422.614,25</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## 5.2. Recursos para Estados por Meio de Convênio

UF	2003	2004	2005	2006	Total	%
Acre	3.955.649,81	3.613.916,43	3.251.759,40	0,00	10.821.325,64	1,7
Alagoas	3.869.954,00	2.796.569,31	1.358.769,39	1.092.246,72	9.117.539,42	1,5
Amapá	8.345.477,00	5.402.257,89	1.913.690,69	1.046.587,18	16.708.012,76	2,7
Amazonas	7.176.000,00	3.598.284,00	1.937.745,67	1.703.575,24	14.415.604,91	2,3
Bahia	10.523.286,08	7.493.929,41	3.505.482,45	3.217.151,61	24.739.849,55	4,0
Ceará	9.216.681,80	4.543.814,51	2.071.642,03	526.500,00	16.358.638,34	2,6
Distrito Federal	5.692.664,94	4.115.037,97	1.206.617,68	1.903.575,25	12.917.895,84	2,1
Espírito Santo	8.000.000,00	2.647.955,00	2.510.137,16	2.649.391,41	15.807.483,57	2,5
Goiás	8.314.783,10	8.790.210,40	2.694.648,09	1.280.537,44	21.080.179,03	3,4
Maranhão	5.051.500,00	3.537.309,60	828.732,36	2.100.258,30	11.517.800,26	1,9
Mato Grosso	8.338.192,49	3.889.999,64	1.446.103,93	1.298.459,10	14.972.755,16	2,4
Mato Grosso do Sul	9.000.000,00	3.114.849,33	1.467.660,95	1.957.310,18	15.539.820,46	2,5
Minas Gerais	30.023.529,76	11.668.890,26	4.041.823,07	2.926.472,00	48.660.715,09	7,8
Pará	11.474.200,00	5.969.193,03	3.376.667,50	2.460.050,00	23.280.110,53	3,7
Paraíba	5.500.000,00	2.525.825,05	1.502.487,17	1.539.544,00	11.067.856,22	1,8
Paraná	6.844.686,00	4.356.425,05	2.166.261,00	3.587.036,20	16.954.408,25	2,7
Pernambuco	15.114.646,25	6.946.872,08	3.014.355,53	3.253.025,14	28.328.899,00	4,6
Piauí	5.726.676,00	2.777.006,38	968.136,99	5.706.670,60	15.178.489,97	2,4
Rio de Janeiro	37.953.018,92	14.149.773,67	12.316.747,90	0,00	64.419.540,49	10,4
Rio Grande do Norte	8.000.000,00	11.659.877,82	8.000.000,00	0,00	27.659.877,82	4,4
Rio Grande do Sul	19.980.875,08	10.462.483,83	4.077.465,85	5.155.080,83	39.675.905,59	6,4
Rondônia	4.165.738,75	4.220.000,00	1.813.939,74	1.381.495,07	11.581.173,56	1,9
Roraima	3.670.499,50	5.632.640,89	2.435.409,74	1.069.465,86	12.808.015,99	2,1
Santa Catarina	7.251.672,00	3.028.535,05	1.646.605,60	1.877.805,40	13.804.618,05	2,2
São Paulo	30.000.000,00	32.824.750,50	19.340.000,00	26.367.242,96	108.531.993,46	17,4
Sergipe	3.840.485,00	1.659.372,54	1.362.565,45	1.097.385,30	7.959.808,29	1,3
Tocantins	2.361.609,00	3.164.154,07	1.687.330,43	1.274.106,15	8.487.199,65	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>279.391.825,48</b>	<b>174.589.933,71</b>	<b>91.942.785,77</b>	<b>76.470.971,94</b>	<b>622.395.516,90</b>	<b>100,0</b>

Os recursos repassados para os Estados, por meio de convênio, entre 2003 e 2006 foram os constantes na tabela abaixo, somando R\$ 622.395.516,90. Os valores expostos constituem valores referentes aos convênios já assinados e em execução e incluem os restos a pagar nos anos seguintes. Do total de recursos repassados por meio de convênios, São Paulo recebeu 17,4%, Rio de Janeiro recebeu 10,4% e Minas Gerais recebeu 7,8%.

Cabe salientar que alguns convênios necessitam de recursos de mais uma área de investimento ao mesmo tempo. Por esta razão, o número de convênios agrega o número de ações requisitadas e, por exemplo, quando temos um convênio envolvendo duas áreas de investimento temos a contabilização de dois convênios nesta tabela.

### ***Distribuição dos Convênios com os Estados por Área de Investimento(2003 a 2006)***

Áreas de Investimento	(2003 a 2006)
	N. Abs.
Reaparelhamento e Modernização	186
Intensificação do Policiamento	32
Prevenção / Polícia Comunitária	78
Capacitação dos Policiais	86
Sistema de Acompanhamento	2
Emendas Parlamentares	3
Gestão do Conhecimento	60
Unidades Funcionais	70
Repressão Qualificada	1
<b>Total de Convênios Assinados</b>	<b>518</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## **5.3. Recursos Repassados Via Aquisição Direta**

Dispomos, na tabela a seguir, os recursos repassados aos Estados e municípios via aquisição direta entre os anos de 2003 e 2006, segundo as Unidades da Federação. Algumas ações executadas via aquisição direta não estão incluídas nesta tabela, pois não podem ser divididas entre os Estados. Isso ocorre quando ações envolvem a aquisição de um mesmo produto que é compartilhado por todas as Unidades da Federação. O total de recursos repassados via aquisição direta nestes últimos quatro anos (2003 a 2006) foi de R\$ 355.594.438,90. Os quatro Estados que se destacaram por receberem o maior volume de recursos via aquisição direta foram Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais. A aquisição de viaturas absorveu 42% dos recursos repassados via aquisição direta.

## Recursos Repassados Via Aquisição Direta por UF (2003 a 2006)

UF	2003	2004	2005	2006	Total	%
Acre		2.436.855,00	2.789.041,88	1.157.787,55	6.383.684,43	3,2
Alagoas		1.334.860,00	2.453.298,00	1.119.046,48	4.907.204,48	2,5
Amapá		1.354.880,00	2.727.765,00	1.060.672,64	5.143.317,64	2,6
Amazonas		2.508.378,05	2.746.468,00	1.373.166,35	6.628.012,40	3,3
Bahia		3.366.681,05	4.219.149,00	2.753.216,07	10.339.046,12	5,2
Ceará		1.210.360,00	2.717.388,00	1.719.834,78	5.647.582,78	2,8
Distrito Federal		1.401.880,00	2.699.070,00	1.763.452,43	5.864.402,43	2,9
Espírito Santo	12.107.809,75	1.458.594,35	2.557.710,00	1.264.400,39	17.388.514,49	8,7
Goias		1.765.360,00	3.346.105,00	2.262.002,63	7.373.467,63	3,7
Maranhão		1.208.780,00	2.855.741,32	1.379.151,48	5.443.672,80	2,7
Mato Grosso		1.646.330,00	2.722.340,00	1.331.314,58	5.699.984,58	2,9
Mato Grosso do Sul		967.678,00	2.462.755,48	1.691.281,92	5.121.715,40	2,6
Minas Gerais		5.499.546,00	4.478.339,00	2.927.099,54	12.904.984,54	6,5
Pará		1.661.960,00	3.298.656,36	1.285.752,57	6.246.368,93	3,1
Paraíba		1.897.136,35	2.380.629,00	1.415.718,82	5.693.484,17	2,8
Paraná		1.921.110,00	3.101.670,00	2.208.026,59	7.230.806,59	3,6
Pernambuco		2.027.640,00	3.771.765,00	2.670.796,48	8.470.201,48	4,2
Piauí		1.093.385,00	2.363.622,64	1.201.246,48	4.658.254,12	2,3
Rio de Janeiro		5.319.184,52	8.007.000,00	5.714.501,70	19.040.686,22	9,5
Rio Grande do Norte		71.360,00	2.486.094,00	575.406,48	3.132.860,48	1,6
Rio Grande do Sul		4.093.271,05	5.637.618,96	3.299.393,50	13.030.283,51	6,5
Rondônia		1.315.235,00	2.445.592,00	750.046,48	4.510.873,48	2,3
Roraima		2.054.470,00	3.426.493,80	1.024.182,51	6.505.146,31	3,3
Santa Catarina		1.309.360,00	2.662.820,00	1.261.384,90	5.233.564,90	2,6
São Paulo		71.360,00	1.300.810,00	6.688.416,98	8.060.586,98	4,0
Sergipe		1.511.408,00	2.251.382,00	939.576,48	4.702.366,48	2,4
Tocantins		1.132.603,00	2.527.696,32	935.338,55	4.595.637,87	2,3
<b>TOTAL</b>	<b>12.107.809,75</b>	<b>51.639.665,37</b>	<b>84.437.020,76</b>	<b>51.772.215,36</b>	<b>199.956.711,24</b>	<b>100,0</b>

## Total de Recursos Repassados Via Aquisição Direta (2003 a 2006)

Ações de Execução Direta	Recursos Investidos Via Aplicação Direta					
	2003	2004	2005	2006	Total (2003 / 2006)	
					Valor (R\$)	(%)
Gastos com Hospedagens, Passagens e Diárias	R\$ 2.505.872,38	R\$ 5.780.112,48	R\$ 13.359.724,13	R\$ 13.266.794,70	R\$ 34.912.503,69	9,82
Transferência para Organismos Internacionais	R\$ 4.000.000,00	R\$ 3.897.000,00	R\$ 10.150.000,00	R\$ 30.740.000,00	R\$ 48.787.000,00	13,72
Concurso de Pesquisas Aplicadas		R\$ 4.008.754,58			R\$ 4.008.754,58	1,13
Horas-Aula				R\$ 2.194.872,31	R\$ 2.194.872,31	0,62
Força Nacional		R\$ 10.279.257,80	R\$ 11.923.040,75	R\$ 10.668.344,00	R\$ 32.870.642,55	9,24
Aquisição de Viaturas	R\$ 12.107.809,75	R\$ 47.979.974,00	R\$ 52.648.253,26	R\$ 36.255.610,00	R\$ 148.991.647,01	41,90
Laboratórios Regionais de DNA		R\$ 7.161.480,07	R\$ 2.470.442,98	R\$ 4.143.419,31	R\$ 13.775.342,36	3,87
Rede de Educação à Distância		R\$ 12.726.715,68	R\$ 2.480.579,71	R\$ 1.541.490,57	R\$ 16.748.785,96	4,71
Modernização dos Bombeiros			R\$ 33.448.747,00	R\$ 11.558.442,00	R\$ 45.007.189,00	12,66
Rede INFOSEG			R\$ 3.300.000,00	R\$ 2.779.336,00	R\$ 6.079.336,00	1,71
Modernização das DEAMs				R\$ 18.198,50	R\$ 18.198,50	0,01
Aquisição de Coletes				R\$ 474.000,00	R\$ 474.000,00	0,13
Gabinetes de Gestão Integrada				R\$ 55.539,00	R\$ 55.539,00	0,02
Serviços Diversos				R\$ 127.077,51	R\$ 127.077,51	0,04
Rede Nacional de Especialização				R\$ 1.539.026,43	R\$ 1.539.026,43	0,43
Material de Consumo				R\$ 4.524,00	R\$ 4.524,00	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>R\$ 18.613.682,13</b>	<b>R\$ 91.833.294,61</b>	<b>R\$ 129.780.787,83</b>	<b>R\$ 115.366.674,33</b>	<b>R\$ 355.594.438,90</b>	<b>100,00</b>

## 5.4. Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Na tabela abaixo, são apresentados os bens adquiridos ou em plano de trabalho para aquisição nos convênios assinados entre 2003 e 2006 com Estados e municípios. Entre os equipamentos adquiridos ou em plano de trabalho para aquisição destacam-se como mais freqüentemente adquiridos:

- Equipamentos de Transporte: viaturas pequenas e médias, motocicletas e furgões / caminhonetes;
- Equipamentos de Proteção: coletes a prova de balas e algemas;
- Armamento Não Letal: granada de efeito moral e munição não letal (bala de borracha etc);
- Armamento Letal: pistolas, revólveres, carabinas e espingardas;
- Equipamentos de Comunicação: rádios portáteis e repetidoras / estação fixa;
- Equipamentos de Informática: computadores e impressoras;
- Equipamentos Eletrônicos: máquinas fotográficas, ar condicionado e televisores.

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	1719	373	85	176	2353
Furgões / Caminhonetes	8	32	9	55	104
Viaturas de Transporte de Presos	29	52	0	0	81
Motocicletas	31	85	87	137	340
Outros Equipamentos	8273	68	721	104	9166
<b>Total</b>	<b>10060</b>	<b>610</b>	<b>902</b>	<b>472</b>	<b>12044</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	45	17	148	255	465
Pistola e revólver	4010	12503	2709	1701	20923
Metralhadora	102	60	90	91	343
Fuzil	62	38	72	0	172
Outros Equipamentos	970	103191	2597	79090	185848
<b>Total</b>	<b>5189</b>	<b>115809</b>	<b>5616</b>	<b>81137</b>	<b>207751</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	24	18	3253	251	3546
Colete a Prova de Balas	1155	1788	3468	3913	10324
Outros Equipamentos	15892	11160	7516	2234	36802
<b>Total</b>	<b>17071</b>	<b>12966</b>	<b>14237</b>	<b>6398</b>	<b>50672</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	3	3	33	14	53
Armamento Não Letal	6988	2395	6771	11682	27836
Equipamentos de Comunicação	4805	6791	2526	2495	16617
Equipamentos de Informática	5125	13492	5935	7206	31758
Equipamentos Eletrônicos	5323	3974	5399	1751	16447
Mobiliário	8732	14548	8416	1894	33590

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Nestes últimos quatro anos (2003 a 2006), os convênios com Estados e municípios envolveram a compra de 2.353 viaturas pequenas, 20.923 pistolas e revólveres, 10.324 coletes a prova de balas, 27.836 equipamentos e armas não letais, 16.167 equipamentos de comunicação, 31.758 equipamentos de informática, 16.447 equipamentos eletrônicos e 33.590 móveis e a realização de 53 obras, envolvendo construções e reformas.

Ao avaliarmos o perfil dos investimentos realizados pela SENASP, desde a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, de 2000 a 2006, verificamos que nestes últimos 4 anos a SENASP realizou uma mudança de foco de investimento. Na tabela abaixo, estão os valores gastos na aquisição de bens e serviços, incluindo o repasse da SENASP e a contrapartida do conveniente, por tipo de gasto. Observamos uma redução significativa do percentual de recursos investidos na aquisição de viaturas, armamento letal, construções e equipamentos de informática. Por outro lado, observamos o aumento do percentual de recursos investidos em armamentos não letais, atividades de capacitação, equipamentos eletrônicos e equipamentos de comunicação.

### **Total de Recursos Por Categoria de Investimento (2000 a 2006)**

Categorias	2000 a 2002		2003 a 2006		Evolução (%)
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	
Equipamentos de Transporte	R\$ 372.960.486,00	34,5	R\$ 302.693.970,01	31,6	-8,5
Equipamentos de Informática	R\$ 122.553.852,00	11,3	R\$ 71.673.406,00	7,5	-34,1
Equipamentos de Comunicação	R\$ 89.036.361,00	8,2	R\$ 116.060.359,00	12,1	46,9
Armamento Letal	R\$ 75.874.725,00	7,0	R\$ 50.194.090,00	5,2	-25,4
Equipamentos de Proteção	R\$ 49.610.606,00	4,6	R\$ 51.508.110,55	5,4	17,0
Construções e Reformas	R\$ 46.902.196,00	4,3	R\$ 13.695.262,00	1,4	-67,1
Serviços Gerais	R\$ 43.978.299,00	4,1	R\$ 111.398.929,78	11,6	185,5
Atividades de Capacitação	R\$ 38.563.316,00	3,6	R\$ 103.581.198,70	10,8	202,8
Equipamentos de Perícia	R\$ 23.664.086,00	2,2	R\$ 23.012.184,36	2,4	9,6
Equipamentos Eletrônicos	R\$ 15.692.641,00	1,5	R\$ 25.920.275,00	2,7	86,2
Armamento Não Letal	R\$ 2.474.193,00	0,2	R\$ 19.463.668,20	2,0	786,8
Outras Ações e Equipamentos	R\$ 199.415.586,00	18,5	R\$ 69.505.744,30	7,2	-60,7
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.080.726.347,00</b>	<b>100,0</b>	<b>R\$ 958.707.197,90</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## **5.5. Síntese dos Recursos Distribuídos por Estado**

A síntese dos recursos distribuídos por Estado leva em consideração os recursos do FNSP repassados por meio de convênios com os Estados, convênios com os municípios e repassados via aquisição direta.

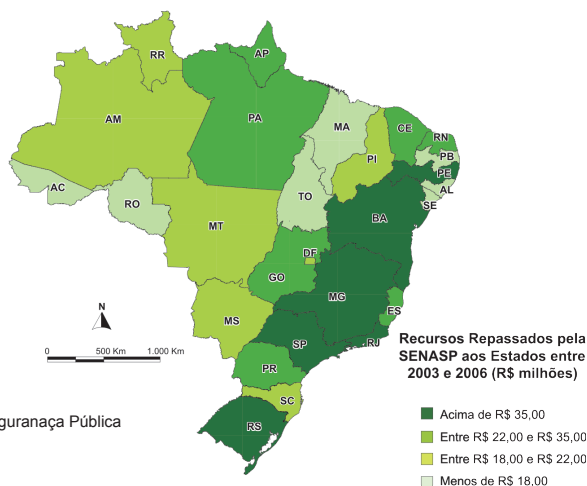


## Recursos Repassados por Unidade da Federação (2003 a 2006)

Unidades da Federação	2003	2004	2005	2006	TOTAL (2003/2006)	
					R\$	(%)
Acre	3.955.649,81	6.050.771,43	6.390.458,88	1.157.787,55	17.554.667,67	1,97
Alagoas	3.869.954,00	4.893.531,31	3.812.067,39	2.211.293,20	14.786.845,90	1,66
Amapá	8.345.477,00	7.350.901,14	4.641.455,69	2.107.259,82	22.445.093,65	2,52
Amazonas	7.176.000,00	6.106.662,05	5.151.213,67	3.076.741,59	21.510.617,31	2,41
Bahia	10.523.286,08	11.196.849,56	7.724.631,45	6.216.175,03	35.660.942,12	4,00
Ceará	9.216.681,80	5.754.174,51	5.420.258,80	2.422.595,12	22.813.710,23	2,56
Distrito Federal	5.692.664,94	5.516.917,97	3.905.687,68	3.667.027,68	18.782.298,27	2,11
Espírito Santo	20.107.809,75	4.412.879,25	5.688.877,35	3.913.791,80	34.123.358,15	3,83
Goiás	8.314.783,10	11.317.855,41	6.484.453,09	3.542.540,07	29.659.631,67	3,33
Maranhão	5.051.500,00	5.468.636,60	3.684.473,68	3.562.057,72	17.766.668,00	1,99
Mato Grosso	8.338.192,49	5.536.329,64	4.469.105,31	2.629.773,68	20.973.401,12	2,35
Mato Grosso do Sul	9.000.000,00	4.082.527,33	4.247.548,43	3.754.819,10	21.084.894,86	2,37
Minas Gerais	30.023.529,76	19.096.341,32	9.381.555,49	7.117.409,69	65.618.836,26	7,36
Pará	11.474.200,00	8.366.742,83	6.905.955,16	3.991.553,76	30.738.451,75	3,45
Paraíba	5.500.000,00	4.422.961,40	3.883.116,17	3.260.819,57	17.066.897,14	1,91
Paraná	6.844.686,00	8.045.432,60	6.259.500,29	6.994.466,83	28.144.085,72	3,16
Pernambuco	15.114.646,25	10.797.770,00	7.367.465,63	7.481.826,14	40.761.708,02	4,57
Piauí	5.726.676,00	3.870.391,38	3.331.759,63	6.907.917,08	19.836.744,09	2,23
Rio de Janeiro	38.737.018,92	20.688.378,19	22.922.583,10	6.642.573,23	88.990.553,44	9,98
Rio Grande do Norte	8.000.000,00	12.259.478,72	10.486.094,00	708.086,48	31.453.659,20	3,53
Rio Grande do Sul	19.980.875,08	19.288.083,32	10.361.698,63	10.405.968,49	60.036.625,52	6,74
Rondônia	4.165.738,75	5.535.235,00	4.259.531,74	2.131.541,55	16.092.047,04	1,81
Roraima	3.670.499,50	8.224.153,94	5.861.903,54	2.218.648,37	19.975.205,35	2,24
Santa Catarina	7.251.672,00	4.337.895,05	5.162.052,00	3.139.190,30	19.890.809,35	2,23
São Paulo	39.348.000,00	41.194.042,48	30.209.134,22	38.157.531,22	148.908.707,92	16,71
Sergipe	3.840.485,00	3.503.780,54	3.613.947,45	2.036.961,78	12.995.174,77	1,46
Tocantins	2.361.609,00	4.296.757,07	4.732.336,43	2.209.444,70	13.600.147,20	1,53
<b>TOTAL</b>	<b>301.631.635,23</b>	<b>251.615.480,04</b>	<b>196.358.864,90</b>	<b>141.665.801,55</b>	<b>891.271.781,72</b>	<b>100,00</b>

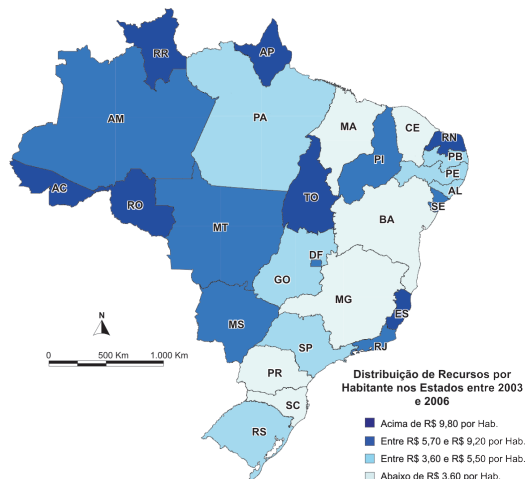
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## Total de Recursos Repassados por Unidade da Federação (2003 a 2006)



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## Distribuição de Recursos Repassados por Unidade da Federação segundo Tamanho da População – Investimento Por Habitante (2003 a 2006)



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## 5.6. Recursos Investidos nas Ações de Segurança dos Jogos Pan-Americanos

A seguir, uma síntese dos recursos investidos nas ações de segurança dos Jogos Pan-Americanos, em 2006. Estes investimentos envolveram, tanto o gasto de recursos pela própria SENASP, por meio da aquisição direta, quanto o repasse de recursos para outros órgãos governamentais (ABIN e Ministério da Defesa).

Investimentos na Segurança dos Jogos Pan-Americanos		Total (2006)	
		Valor (R\$)	(%)
Aquisição Direta	Aquisição de Viaturas	R\$ 66.775.600,00	48,1
	Aquisição de Helicópteros	R\$ 50.520.000,00	36,4
	Aquisição de Armamentos e Acessórios	R\$ 331.980,11	0,2
	Aquisição de Computadores	R\$ 146.965,00	0,1
Repasse para Órgãos	ABIN	R\$ 9.826.208,75	7,1
	Ministério da Defesa	R\$ 4.646.694,24	3,3
	PNUD	R\$ 6.700.000,00	4,8
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 138.947.448,10</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

# 6

## Avaliação dos Resultados Alcançados na Implantação do SUSP



A partir desta seção do relatório, faremos a exposição de três avaliações dos resultados alcançados na implementação do SUSP. A primeira detalha a implantação do SUSP nas Unidades da Federação em termos da execução pelos Estados de algumas ações fundamentais propostas pelo Programa de Segurança Pública para o Brasil. A segunda detalha a implantação do SUSP em termos das ações executadas pelos gestores da SENASP. A terceira considera a execução do Plano Plurianual da SENASP, documentando a realização das ações mais importantes dispostas no PPA.

## 6.1. Avaliação da Implantação do SUSP pelos Estados

Esta avaliação de resultados foi elaborada a partir de informações coletadas e sistematizadas pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP, criado em dezembro de 2004. A execução da avaliação envolve a coleta de informações qualitativas sobre a execução de um conjunto de ações que devem ser executadas pelas organizações estaduais de segurança pública para a efetiva implantação do SUSP em seis eixos estratégicos estruturantes: Gestão do Conhecimento, Reorganização Institucional, Formação e Valorização Profissional, Prevenção, Estruturação da Perícia e Controle Externo e Participação Social. Apenas o eixo denominado Redução da Violência não foi avaliado. Isso porque ele é responsável por ações que envolvem mais o reaparelhamento das organizações policiais do que a implantação do SUSP.

### 6.1.1. Gestão do Conhecimento

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

1. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Civil);
2. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública;
3. Situação da integração à rede INFOSEG - atualização de informações em “tempo real”;
4. Situação da integração à rede INFOSEG - consulta as informações detalhadas em “tempo real”;
5. Situação da equipe disponível para atendimento das funções de Tecnologia da Informação no âmbito da segurança pública;
6. Situação de implantação de programa visando integrar o sistema de informações das Polícias Cíveis e Polícias Militares (integração dos processos de coleta e registro de informações em apenas uma base de dados);

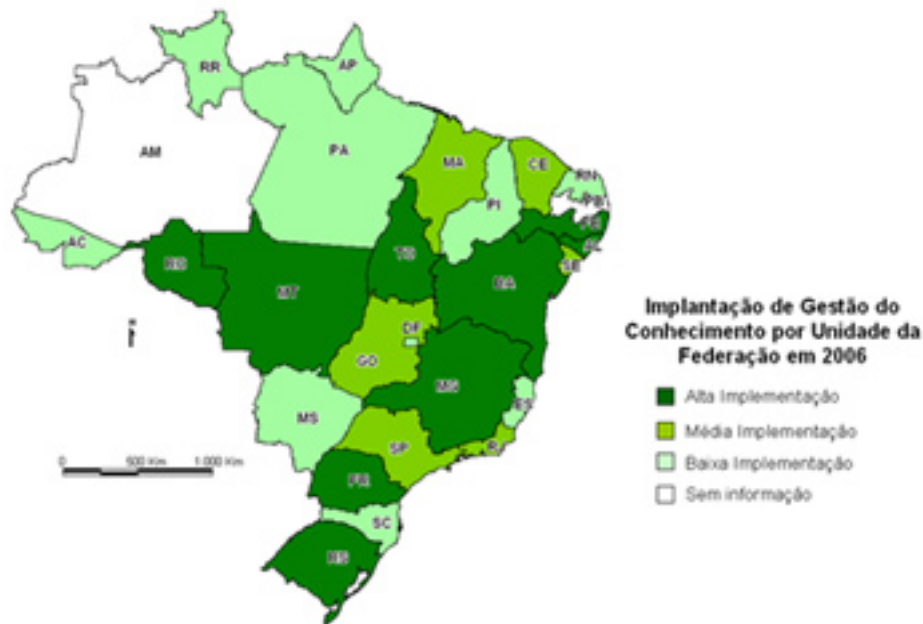
7. Situação dos investimentos do Estado em ações de modernização da área de gestão do conhecimento (ações que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação).

A análise das informações relativas às ações da área de Gestão do Conhecimento aponta que os principais êxitos são a alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal e a alimentação em “tempo real” da Rede INFOSEG. A principal falha é a atual inexistência de equipe disponível para atendimento das funções de Tecnologia da Informação no âmbito da segurança pública. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de gestão do conhecimento mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia.

### ***Implementação das Ações de Gestão do Conhecimento entre os Estados (Brasil – 2006)***

Unidades da Federação	Gestão do Conhecimento							Nota 0 a 7
	1	2	3	4	5	6	7	
Acre	sim	não	não	não	não	sim	sim	3
Alagoas	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	6
Amapá	sim	sim	não	sim	não	não	não	3
Bahia	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim	6
Ceará	sim	não	não	sim	não	sim	sim	4
Distrito Federal	sim	sim	sim	não	não	não	não	3
Espírito Santo	sim	não	não	não	não	sim	sim	3
Goiás	sim	não	não	sim	não	sim	sim	4
Maranhão	sim	não	não	sim	não	sim	sim	4
Minas Gerais	sim	não	sim	sim	não	sim	sim	5
Mato Grosso do Sul	sim	sim	não	não	não	sim	não	3
Mato Grosso	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	6
Pará	sim	não	não	não	não	não	não	1
Pernambuco	sim	sim	sim	não	não	sim	sim	5
Piauí	sim	não	sim	sim	não	não	não	3
Paraná	sim	não	sim	sim	não	sim	sim	5
Rio de Janeiro	sim	sim	sim	sim	não	não	não	4
Rio Grande do Norte	sim	não	sim	não	sim	não	não	3
Rondônia	sim	sim	sim	sim	sim	sim	não	6
Roraima	sim	não	sim	sim	não	não	não	3
Rio Grande do Sul	sim	não	sim	sim	sim	sim	não	5
Santa Catarina	sim	não	não	sim	não	não	não	2
Sergipe	sim	sim	sim	não	não	não	sim	4
São Paulo	sim	não	sim	sim	não	não	sim	4
Tocantins	sim	sim	sim	sim	não	sim	não	5
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

## Comparação da Implementação das Ações de Gestão do Conhecimento entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/ Sistema de Monitoramento da Implantação SUSP

### 6.1.2. Reorganização Institucional

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

8. Situação do processo de integração das organizações policiais estaduais no planejamento tático e estratégico das ações de segurança pública empreendidas por estas organizações;
9. Situação da execução dos recursos repassados pela SENASP para as organizações de segurança pública da UF;
10. Situação do processo de implantação do Gabinete de Gestão Integrada ou órgão correspondente na UF;
11. Situação do processo de implantação do projeto de integração das corregedorias de polícia na UF;
12. Situação dos gastos estaduais em segurança pública relacionados a investimento e custeio nos últimos 3 anos (2001 a 2003) na UF;
13. Situação da conclusão de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil na UF;
14. Situação da conclusão de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros Militar na UF.

## **Implementação das Ações de Reorganização Institucional entre os Estados (Brasil – 2006)**

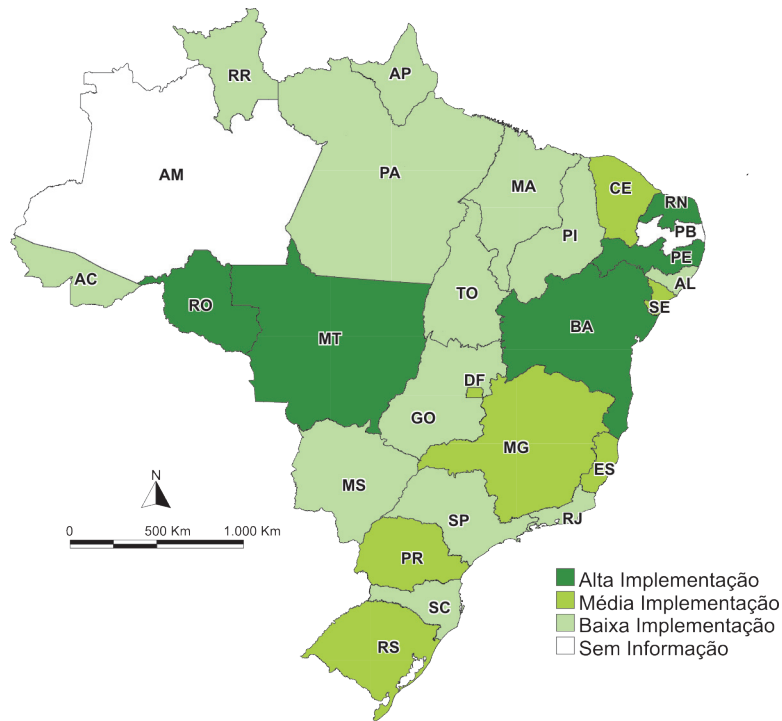
Unidades da Federação	Reorganização Institucional							Nota 0 a 7
	8	9	10	11	12	13	14	
Acre	não	não	sim	não	x	sim	sim	3
Alagoas	não	não	sim	não	x	sim	sim	3
Amapá	não	sim	sim	não	x	sim	não	3
Bahia	sim	sim	sim	sim	x	sim	não	5
Ceará	sim	não	sim	sim	x	sim	não	4
Distrito Federal	não	sim	sim	não	x	sim	sim	4
Espirito Santo	não	sim	sim	não	x	sim	sim	4
Goiás	não	não	sim	sim	x	não	não	2
Maranhão	não	sim	não	sim	x	não	não	2
Minas Gerais	sim	sim	sim	sim	x	não	não	4
Mato Grosso do Sul	sim	sim	sim	não	x	não	não	3
Mato Grosso	sim	sim	sim	sim	x	sim	não	5
Pará	não	não	sim	não	x	não	não	1
Pernambuco	sim	sim	sim	sim	x	sim	não	5
Piauí	não	não	sim	não	x	não	não	1
Paraná	sim	sim	sim	não	x	sim	não	4
Rio de Janeiro	não	sim	sim	não	x	não	não	2
Rio Grande do Norte	não	sim	sim	sim	x	sim	sim	5
Rondônia	sim	sim	sim	não	x	sim	sim	5
Roraima	não	não	sim	não	x	não	não	1
Rio Grande do Sul	sim	sim	sim	não	x	sim	não	4
Santa Catarina	não	não	sim	não	x	sim	sim	3
Sergipe	sim	sim	sim	não	x	sim	não	4
São Paulo	não	sim	não	não	x	não	não	1
Tocantins	não	sim	sim	não	x	sim	não	3
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>81</b>

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP

A análise das informações relativas às ações da área de Reorganização Institucional evidencia que o principal êxito desta área é a consolidação dos Gabinetes de Gestão Integrada. O alto nível de execução pelas organizações estaduais de segurança pública dos recursos repassados pela SENASP e o nível de conclusão de inquéritos policiais instaurados pelas Polícias Cíveis, acima de 30%, também foram sinais positivos em relação à implantação do SUSP. As principais falhas estão relacionadas à baixa integração das corregedorias de polícia e ao baixo nível de conclusão de laudos instaurados pelos Corpos de Bombeiros Militares. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de reorganização institucional mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rondônia. Os dados referentes ao indicador 12 não foram coletados.



## Comparação da Implementação das Ações de Reorganização Institucional entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/ Sistema de Monitoramento da Implantação SUSP

### 6.1.3. Formação e Valorização Profissional

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

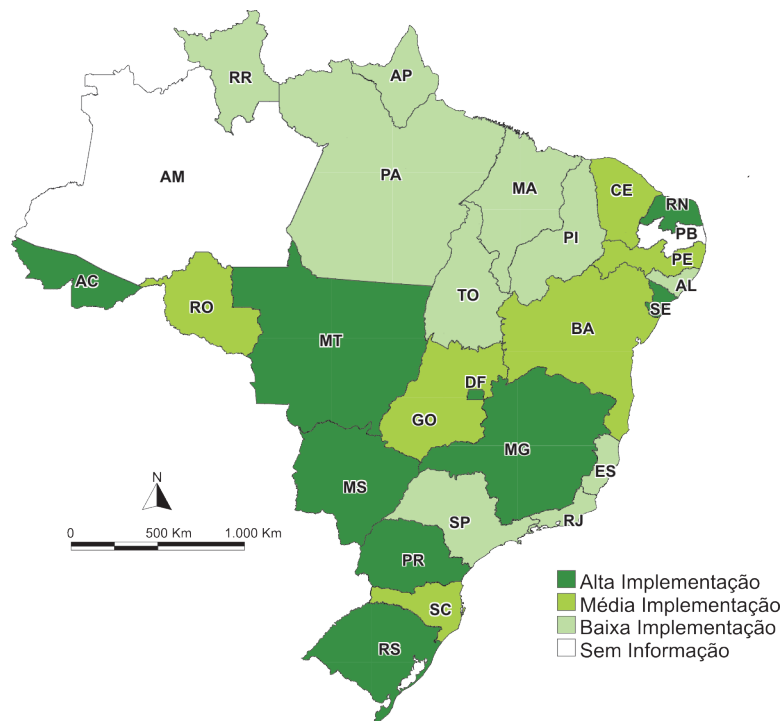
15. Situação do processo de implantação da Matriz Curricular Nacional nas Academias de Polícia e centros de formação;
16. Situação do processo de integração das instituições de ensino policial;
17. Situação de implantação de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psicossocial) com abrangência institucional, ou seja, disponibilizado para toda a corporação;
18. Situação da educação para Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações estaduais de segurança pública;
19. Foram adotadas ações (normas, procedimentos) para garantir e promover o acesso dos profissionais de segurança pública à Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública?

## **Implementação das Ações de Formação e Valorização Profissional entre os Estados (Brasil – 2006)**

Unidades da Federação	Valorização Profissional					Nota 0 a 5
	15	16	17	18	19	
Acre	sim	sim	sim	sim	sim	5
Alagoas	sim	não	sim	não	sim	3
Amapá	sim	não	não	não	sim	2
Bahia	sim	não	sim	sim	sim	4
Ceará	sim	sim	não	sim	sim	4
Distrito Federal	sim	sim	sim	sim	sim	5
Espírito Santo	sim	não	não	não	sim	2
Goiás	sim	não	sim	sim	sim	4
Maranhão	sim	não	não	não	sim	2
Minas Gerais	sim	sim	sim	sim	sim	5
Mato Grosso do Sul	sim	sim	sim	sim	sim	5
Mato Grosso	sim	sim	sim	sim	sim	5
Pará	sim	não	não	não	sim	2
Pernambuco	sim	sim	sim	não	sim	4
Piauí	sim	não	não	não	sim	2
Paraná	sim	sim	sim	sim	sim	5
Rio de Janeiro	sim	não	não	sim	não	2
Rio Grande do Norte	sim	sim	sim	sim	sim	5
Rondônia	sim	sim	não	sim	sim	4
Roraima	sim	não	não	não	sim	2
Rio Grande do Sul	sim	sim	sim	sim	sim	5
Santa Catarina	sim	sim	não	sim	sim	4
Sergipe	sim	sim	sim	sim	sim	5
São Paulo	sim	sim	não	sim	não	3
Tocantins	não	não	sim	sim	não	2
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>91</b>
Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP						

A análise das informações relativas às ações da área de Formação e Valorização Profissional mostra que o principal êxito desta área é a implantação da Matriz Curricular Nacional nas Academias de Polícia e Centros de Formação e a adoção pelos Estados de ações para garantir e promover o acesso dos profissionais de segurança pública à Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública. As principais falhas são a baixa integração das instituições de ensino policial nos Estados e a quase inexistência de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psicossocial) com abrangência institucional. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de formação e valorização profissional mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Acre, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe.

## Comparação da Implementação das Ações de Formação e Valorização Profissional entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/ Sistema de Monitoramento da Implantação SUSP

### 6.1.4. Programas de Prevenção

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

20. Situação de implantação de programas estaduais de prevenção à violência com abrangência estadual;
21. Situação de implantação da política pública de Polícia Comunitária com abrangência sistêmica;
22. Situação da rede multisetorial de programas de prevenção primária e secundária nas instituições públicas;
23. Situação de implantação de programa visando modernização das DEAMs;
24. Situação de apoio à implantação do Estatuto do Desarmamento;
25. Situação da política de implantação das Delegacias de Proteção à Criança e o Adolescente e Delegacias de Investigação de Ato Infracional;
26. Situação de implantação de programa visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública;
27. Situação de implantação das Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas organizacionais da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

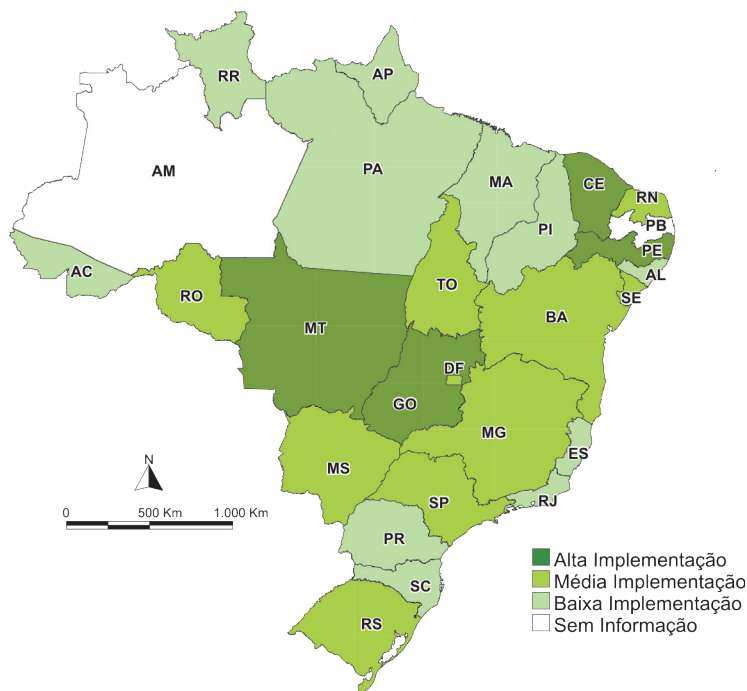
## Implementação das Ações de Prevenção entre os Estados (Brasil – 2006)

Unidades da Federação	Prevenção								Nota 0 a 8
	20	21	22	23	24	25	26	27	
Acre	não	sim	não	não	não	não	sim	não	2
Alagoas	não	não	não	não	sim	não	não	sim	2
Amapá	sim	não	não	não	não	não	não	não	1
Bahia	sim	sim	sim	não	sim	sim	não	não	5
Ceará	sim	sim	sim	sim	sim	não	não	sim	6
Distrito Federal	sim	sim	não	não	sim	sim	não	não	4
Espirito Santo	não	não	não	não	sim	não	não	não	1
Goias	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	8
Maranhão	sim	não	não	não	não	não	não	não	1
Minas Gerais	sim	sim	não	não	não	sim	não	não	3
Mato Grosso do Sul	sim	sim	não	não	sim	não	sim	não	4
Mato Grosso	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	não	6
Pará	não	não	não	não	não	não	não	não	0
Pernambuco	sim	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim	7
Piauí	não	não	não	não	não	não	não	não	0
Paraná	não	sim	não	não	não	sim	não	não	2
Rio de Janeiro	não	não	não	não	não	não	não	não	0
Rio Grande do Norte	sim	não	sim	sim	sim	sim	não	não	5
Rondônia	não	não	sim	não	não	sim	sim	não	3
Roraima	não	não	não	não	não	não	não	não	0
Rio Grande do Sul	sim	sim	sim	sim	sim	não	não	não	5
Santa Catarina	não	não	não	não	não	não	não	não	0
Sergipe	sim	sim	não	não	não	sim	sim	não	4
São Paulo	não	sim	não	não	sim	sim	não	sim	4
Tocantins	sim	sim	sim	não	sim	não	não	não	4
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>77</b>

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP

A análise das informações relativas às ações da área de Prevenção identifica que os principais êxitos dessa área foram a implantação de programas estaduais de prevenção à violência com abrangência estadual, o apoio dos Estados à implantação do Estatuto do Desarmamento e a implantação da política pública de Polícia Comunitária com abrangência sistêmica. Entre as seis áreas analisadas, a área de prevenção é a que possui maior número de ações cuja implantação não alcançou êxito satisfatório. As principais falhas foram a quase inexistência de programas visando modernização das DEAMs e a implantação das Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas organizacionais da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de prevenção mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Ceará, Goiás, Mato Grosso e Pernambuco.

## Comparação da Implementação das Ações de Prevenção entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/ Sistema de Monitoramento da Implantação SUSP

### 6.1.5. Estruturação da Perícia

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

28. Situação da adesão ao acordo de cooperação para implantação dos Laboratórios de DNA Forense e Fonética Forense;
29. Situação do processo de descentralização (interiorização) das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs;
30. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de perícia (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação).

A análise das informações relativas às ações da área de Estruturação da Perícia evidencia que os principais êxitos desta área foram a adesão dos Estados ao acordo de cooperação para implantação dos Laboratórios de DNA Forense e a execução dos processos de descentralização das estruturas de IMLs, IIs e ICs. A única ação que apresentou maior problema para execução foi a execução de investimentos dos próprios Estados, visando a modernização da área de perícia. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de estruturação da perícia mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Amapá, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

## **Implementação das Ações de Estruturação da Perícia entre os Estados (Brasil – 2006)**

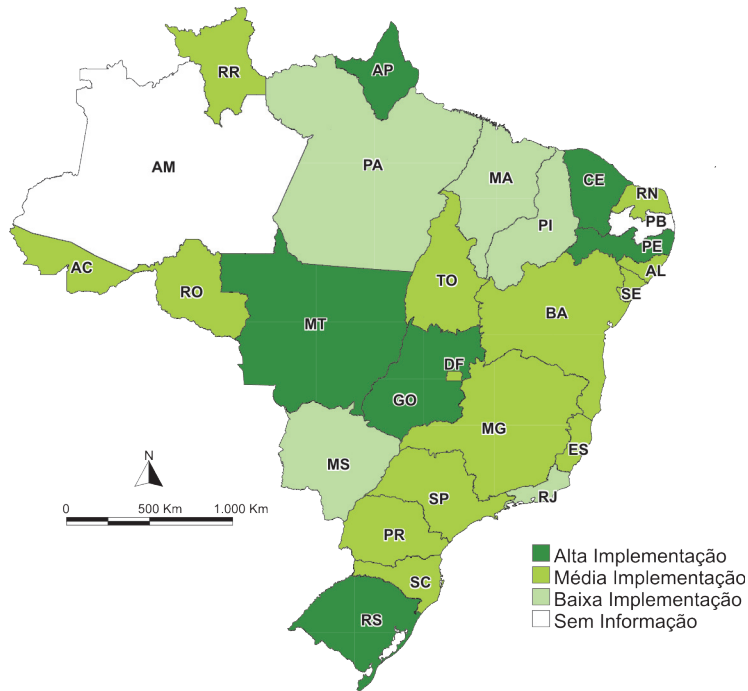
Unidades da Federação	Perícia			Nota 0 a 3
	28	29	30	
Acre	sim	sim	não	2
Alagoas	sim	sim	não	2
Amapá	sim	sim	sim	3
Bahia	não	sim	não	1
Ceará	sim	sim	sim	3
Distrito Federal	sim	não	não	1
Espírito Santo	sim	não	não	1
Goiás	sim	sim	sim	3
Maranhão	não	não	não	0
Minas Gerais	não	sim	não	1
Mato Grosso do Sul	não	não	não	0
Mato Grosso	sim	sim	sim	3
Pará	não	não	não	0
Pernambuco	sim	sim	sim	3
Piauí	não	não	não	0
Paraná	não	sim	não	1
Rio de Janeiro	não	não	não	0
Rio Grande do Norte	não	sim	não	1
Rondônia	sim	não	não	1
Roraima	sim	não	não	1
Rio Grande do Sul	sim	sim	sim	3
Santa Catarina	sim	não	não	1
Sergipe	sim	não	não	1
São Paulo	não	sim	sim	2
Tocantins	sim	não	não	1
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>35</b>
Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP				

### 6.1.6. Controle Externo e Participação Social

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

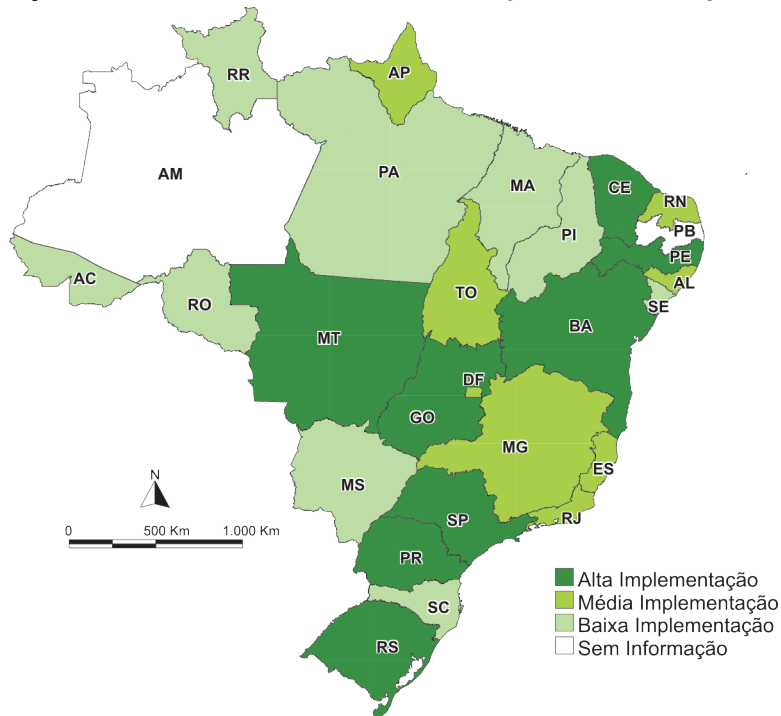
31. Situação do processo de implantação das Ouvidorias de Polícia;
32. Situação de apuração e encaminhamento administrativo e legal das denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública;
33. Situação da participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública.

## Comparação da Implementação das Ações de Estruturação da Perícia entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/ Sistema de Monitoramento da Implantação SUSP

## Comparação da Implementação das Ações de Controle Externo e Participação Social entre os Estados (Brasil – 2006)



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/ Sistema de Monitoramento da Implantação SUSP

## Implementação das Ações de Controle Externo (Brasil – 2006)

Unidades da Federação	Controle Externo			Nota 0 a 3
	31	32	33	
Acre	não	não	não	0
Alagoas	não	sim	não	1
Amapá	sim	não	não	1
Bahia	sim	sim	sim	3
Ceará	sim	sim	sim	3
Distrito Federal	não	sim	sim	2
Espirito Santo	sim	não	não	1
Goiás	sim	sim	sim	3
Maranhão	não	não	não	0
Minas Gerais	sim	sim	não	2
Mato Grosso do Sul	não	não	não	0
Mato Grosso	sim	sim	sim	3
Pará	não	não	não	0
Pernambuco	sim	sim	sim	3
Piauí	não	não	não	0
Paraná	sim	sim	sim	3
Rio de Janeiro	sim	não	não	1
Rio Grande do Norte	sim	não	não	1
Rondônia	não	não	não	0
Roraima	não	não	não	0
Rio Grande do Sul	sim	sim	sim	3
Santa Catarina	não	não	não	0
Sergipe	não	não	não	0
São Paulo	sim	sim	sim	3
Tocantins	não	não	sim	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>34</b>

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP

A análise das informações relativas às ações da área de Controle Externo e Participação Social evidencia o êxito desta ação em relação à implantação de Ouvidorias de Polícia. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de controle externo e participação social mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

### 6.1.7. Conclusão - Eficiência de Implantação do SUSP

A partir desta parte do relatório, abordaremos a eficiência de implantação do SUSP por área de atuação e a eficiência geral. O cálculo foi realizado a partir do número de ações que receberam a resposta: SIM dentro de um universo de ações previstas. Calculamos o índice levando em consideração duas situações: todos os 27 Estados e apenas os 22 Estados que nos enviaram as informações sobre a implantação do SUSP, em 2006. A análise nos mostra os seguintes resultados em relação à implantação do SUSP no ano de 2005:



## **Índice de Eficiência da Implantação do SUSP por Área segundo as 25 UF que Enviaram Informações e as 27 UF Brasileiras (Brasil – 2005)**

Índice de Eficiência de Implantação do SUSP por Área	Índice 25 Ufs (%)	Índice 27 Ufs (%)
GESTÃO DO CONHECIMENTO	57,1	52,9
REORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	46,3	42,9
FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	72,8	67,4
PREVENÇÃO	38,5	35,6
PERÍCIA	46,7	43,2
CONTROLE EXTERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	45,3	41,9
TODAS AS ÁREAS REUNIDAS	50,1	46,9

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/ Sistema de Monitoramento da Implantação SUSP.

### **Monitoramento da Implantação do SUSP (2005)**

Unidades da Federação	Gestão do Conhecimento	Reorganização Institucional	Valorização Profissional	Prevenção	Perícia	Controle Externo	Índice Final
Acre	3	3	5	2	2	0	15
Alagoas	6	3	3	2	2	1	17
Amapá	3	3	2	1	3	1	13
Bahia	6	5	4	5	1	3	24
Ceará	4	4	4	6	3	3	24
Distrito Federal	3	4	5	4	1	2	19
Espirito Santo	3	4	2	1	1	1	12
Goiás	4	2	4	8	3	3	24
Maranhão	4	2	2	1	0	0	9
Minas Gerais	5	4	5	3	1	2	20
Mato Grosso do Sul	3	3	5	4	0	0	15
Mato Grosso	6	5	5	6	3	3	28
Pará	1	1	2	0	0	0	4
Pernambuco	5	5	4	7	3	3	27
Piauí	3	1	2	0	0	0	6
Paraná	5	4	5	2	1	3	20
Rio de Janeiro	4	2	2	0	0	1	9
Rio Grande do Norte	3	5	5	5	1	1	20
Rondônia	6	5	4	3	1	0	19
Roraima	3	1	2	0	1	0	7
Rio Grande do Sul	5	4	5	5	3	3	25
Santa Catarina	2	3	4	0	1	0	10
Sergipe	4	4	5	4	1	0	18
São Paulo	4	1	3	4	2	3	17
Tocantins	5	3	2	4	1	1	16
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>81</b>	<b>91</b>	<b>77</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>418</b>

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP

Entre os 25 Estados avaliados, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Pernambuco foram aqueles que se destacaram por realizar o maior número de ações em consonância com o Sistema Único de Segurança Pú-

blica. Por outro lado, os Estados que mais se destacaram em sentido contrário, ou seja, por não se pautarem no Programa de Segurança Pública do Brasil, foram Maranhão, Rio de Janeiro, Roraima, Pará, Piauí e Santa Catarina.

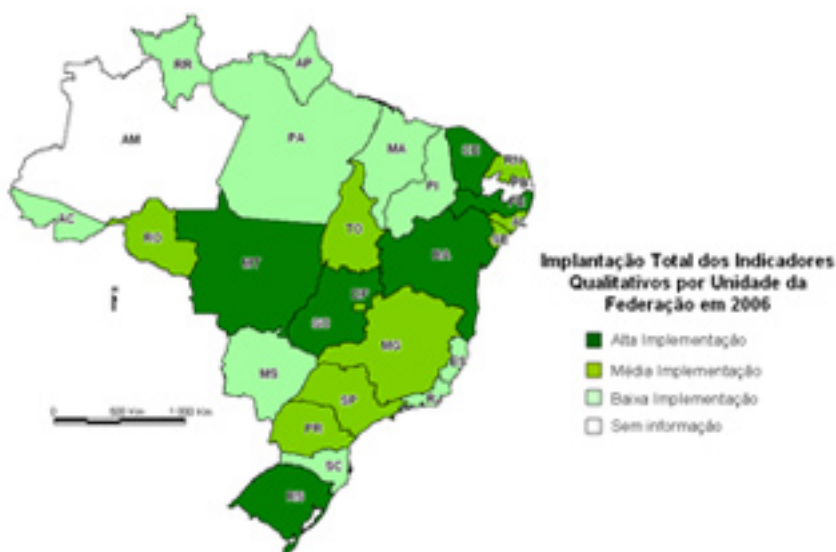
Destacamos que as análises desenvolvidas no monitoramento da implantação do SUSP levaram em conta a segunda consolidação dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP (2006). Por essa razão, é preciso levantar algumas considerações:

- Na maior parte dos Estados faltava uma clareza quanto à forma de documentar as respostas. Inúmeras vezes tentou-se comprovar a execução das ações pelo envio dos seus projetos. Outras vezes, buscaram comprovar que uma ação existia simplesmente documentando a existência de um local para esta ação ser executada.

- Foi verificada uma ausência da compreensão detalhada dos itens avaliados na maior parte dos Estados. Várias ações propostas como executadas em sua plenitude não atendiam, de forma concreta, a todos os critérios estipulados. Por exemplo, foi estipulado valorizar ações de modernização da área de gestão do conhecimento que visassem, ao mesmo tempo, modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação. Os documentos enviados pelos Estados comprovaram que apenas parte destes critérios era atendida.

- A avaliação das informações coletadas envolveu duas etapas. Primeiro, avaliamos os documentos comprobatórios encaminhados pelos Estados. Segundo realizamos viagens para alguns Estados para realizar avaliações presenciais da existência das ações.

### ***Comparação da Implantação do SUSP entre os Estados (Brasil – 2005)***



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

## 6.2. Avaliação da Implantação do SUSP pela SENASP

O Programa de Segurança Pública para o Brasil estabeleceu como meta principal estruturar, implantar e institucionalizar o SUSP. Este processo envolveu um conjunto de ações distribuídas em seis eixos estratégicos. Além de propor a execução de reformas estruturais, o Programa estabeleceu a importância de se executar ações relativas à redução imediata da violência e criminalidade. Concentrando-nos nas ações tidas como estruturais, faremos a seguir uma síntese das ações propostas relacionadas a implantação do SUSP e as ações executadas pela SENASP, entre 2003 e 2006.

### 6.2.1. Gestão do Conhecimento

Buscando transformar a informação em principal ferramenta de ação das organizações de segurança pública e valorizar a coleta, sistematização e análise de dados, bem como a utilização de ferramentas de apoio analítico e gerencial, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2006)
Criação de ferramentas de apoio para análise de informações criminais	Ferramentas desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"><li>• TerraView (Sistema de Monitoramento da Criminalidade em Ambiente Urbano);</li><li>• Biblioteca Digital de Documentos Falsos;</li><li>• Sistema de Gestão das Ouvidorias de Polícia;</li><li>• Sistema de Gerência dos Institutos de Criminalística.</li></ul>
Criação de sistemas digitais nacionais de informações de segurança pública.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolvimento do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (registros de ocorrências e recursos físicos e humanos das organizações policiais);</li><li>• Modernização e ampliação do INFOSEG (integração operacional via satélite das organizações policiais com informações sobre indiciados, veículos e armas).</li></ul>
Fomentar a modernização, informatização e integração dos sistemas de informações das organizações de segurança.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Repasse de recursos financeiros via convênios com Estados e municípios;</li><li>• Disponibilização de instrumentos técnicos para auxiliar a informatização e modernização dos sistemas estaduais e municipais;</li><li>• Integração dos sistemas estaduais e municipais ao Sistema Nacional e Estatística on line e acesso ao Cadastro do Infoseg.</li></ul>
Promover estudos e pesquisas para qualificar a implantação do Susp e o planejamento das políticas e ações de segurança pública.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institucionalização da produção contínua de estudos e pesquisas de segurança pública;</li><li>• Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;</li><li>• Projeto Arquitetura Institucional do SUSP.</li></ul>

### 6.2.2. Reorganização Institucional

A perspectiva de reorganização institucional envolve o conjunto mais amplo de ações, abordando aspectos relativos à gestão das organizações e a constituição do SUSP. Outra característica marcante deste eixo estratégico é o compartilhamento com ações de outros eixos. O conjunto de ações propostas visa reverter o quadro de impunidade, carência e descrédito que caracteriza atualmente a área de segurança pública. Temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2006)
Promoção de um novo modelo gerencial para as instituições policiais, fundado na diagnose-planejamento-monitoramento e na prestação de contas regular e transparente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP, que avalia continuamente seus resultados;</li> <li>• Novos critérios para distribuição de recursos do FNSP baseados em estatísticas e informações qualitativas;</li> <li>• Base digital de informações sobre os convênios assinados pela SENASP e processo de fiscalização de suas prestações de conta;</li> <li>• Programa de Modernização da Polícia Civil;</li> <li>• Processo de capacitação na gestão da segurança pública com gestores de todo o país.</li> </ul>
Subordinação das polícias ao Secretário, integração entre elas e criação de interfaces com a Polícia Federal e com as Guardas Municipais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do Gabinete de Gestão Integrada, tendo como gestor o Secretário Estadual de Segurança Pública, em todos os Estados da Federação.</li> </ul>
Criação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), para integrar as polícias entre si, com as comunidades e com outros órgãos prestadores de serviço e para transferir autonomia aos agentes de ponta.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento em ações para integração das áreas de segurança pública nos Estados;</li> <li>• Debate sobre um modelo padrão de implantação das AISPs.</li> </ul>
Qualificação do policiamento preventivo e ostensivo da Polícia Militar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de uma política nacional de polícia comunitária e desenvolvimento de uma matriz curricular sobre o tema.</li> <li>• O Programa de Modernização das Polícias Cíveis aborda temas como a reformulação da estrutura hierárquica das polícias e redução do efetivo em funções administrativas.</li> <li>• Convenio com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha sobre Técnicas Policiais com respeito à dignidade humana.</li> </ul>
Qualificação da atividade de investigação das Polícias Cíveis e criação de delegacias mais disponíveis ao cidadão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Modernização das Polícias Cíveis;</li> <li>• Duas ações propostas foram consideradas de difícil efetivação prática: possibilidade de nomeação de delegados fora da faixa superior para chefias e instituição de programas de assistência social dentro das delegacias.</li> </ul>
Corpos de Bombeiros: fomento à produção nacional de equipamentos de combate de sinistros, implementação de programas de treinamento específicos para a defesa civil, com a participação das comunidades locais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão dos Corpos de Bombeiros Militares dentre o público atendido SENASP;</li> <li>• Implementação de produção nacional de equipamentos dos Corpos de Bombeiros;</li> <li>• Programa de padronização dos procedimentos e modernização de equipamentos em parceria com organizações da defesa civil.</li> </ul>
Otimizar a relação entre polícia e Ministério Público.	Nenhuma das ações propostas neste item foi executada.
Implantação efetiva da defensoria pública federal.	Nenhuma das ações propostas neste item foi executada.
Integração da segurança privada ao SUSP.	Nenhuma das ações propostas neste item foi executada.
Fortalecimento dos programas de proteção às testemunhas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Coordenação Geral do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas é de responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. A SENASP participa do Conselho Deliberativo Federal e do Grupo de Trabalho responsável por criar o Sistema Nacional de Proteção;</li> <li>• Capacitação de profissionais de segurança para proteção de defensores de direitos humanos.</li> </ul>
Criação de Órgão Integrado de Informação e Inteligência Policial nos Estados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do Sistema Nacional de Inteligência, promovendo uma articulação entre os sistemas estaduais de inteligência.</li> </ul>
Promoção da aplicação do ECA e manutenção da idade de imputabilidade penal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa sobre o Perfil Organizacional das Especializadas de Atendimento à Criança e Adolescente, para equipar e modernizar estas instituições;</li> <li>• Proposta de aquisição de equipamentos para fortalecer estas Delegacias (investimento de R\$ 1,13 milhão, para aquisição direta);</li> <li>• Está em fase de elaboração documento de normatização destas Delegacias.</li> </ul>

### 6.2.3. Formação e Valorização Profissional

Buscando promover a unificação progressiva das academias e escolas de formação policial, a melhora das condições de saúde e integridade física dos profissionais e atribuir especial ênfase ao respeito aos preceitos da legalidade democrática e dos direitos fundamentais da pessoa humana, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

Além das ações expostas acima, a SENASP implantou, em 2005, a primeira rede de educação à distância em segurança pública, bem como vem cobrando a efetivação da integração na formação dos policiais nos Estados e apoiou, por meio de convênios e execução direta, a capacitação de mais de 80.000 profissionais da segurança pública.

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2006)
Criar um Núcleo de Formação em Segurança Pública e Proteção Social	Desenvolvidas: • Matriz Curricular Nacional para Ensino Policial; • Matriz Curricular para Formação das Guardas Municipais.
Qualificar a formação dos profissionais. Enfoque científico, humanístico e multidisciplinar, e voltado a técnicas atualizadas de prevenção, investigação, controle e proteção.	Desenvolvidos: • Matrizes Curriculares; • Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública; • Rede Nacional de Ensino à Distância, que inclui um Canal Corporativo de segurança pública; • Jornadas Nacionais de Educação em Direitos Humanos para profissionais de segurança em parceria com a Cruz Vermelha; • Portal de Segurança Cidadã, que disponibiliza conteúdos para formação policial; • Escola de Protagonismo Policial, que busca fazer dos policiais protagonistas da cidadania.
Fazer parcerias com universidades e centros de pesquisa para formação profissional e elaboração de estudos sobre segurança pública e proteção social;	• Criação da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (parceria com 22 instituições de ensino superior, públicas e privadas); • Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal.
Criar a Escola Superior de Segurança e Proteção Social, com cursos de pós-graduação.	• Promoção da distribuição de livros para todas as academias e centros de formação policial do país para atualizar os conteúdos das atividades de formação.
Implantar um Programa Integrado de Saúde Mental	• Repasse de recursos financeiros via convênios para implantação de Núcleos de Atenção à Saúde dos Profissionais de Segurança Pública; • Elaboração de ementário e conteúdo de disciplinas para academias e centros de formação, também utilizadas na realização de curso da Rede de Educação à Distância.
Fornecer colete leve à prova de balas para policiais em atividade de rua	Aquisição e distribuição de 25.000 coletes à prova de balas, 5.554 viaturas e 12.462 armas via convênios com Estados e execução direta.
Fomentar a integração das polícias na intermediação e resolução de conflitos urbanos e rurais, valorizando a mediação de conflitos.	• Promoção de cursos de mediação de conflitos, presenciais e à distância. • Capacitação de policiais para proteção a defensores de direitos humanos.

## 6.2.4. Programas de Prevenção

Buscando valorizar as práticas de prevenção como forma mais eficiente de se alterar as condições que sustentam as práticas que se deseja eliminar, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2006)
Criar condições para atribuir poder de polícia para as Guardas Municipais, com foco nas ações de prevenção.	• Realização de Pesquisa Nacional sobre o Perfil Organizacional das Guardas Municipais; • Matriz Curricular para Formação das Guardas Municipais; • Desenvolvimento de normas para repasse de recursos para os municípios que privilegiavam a atuação das Guardas na prevenção da violência e criminalidade; • Aumento e sistematicidade no repasse de recursos financeiros para os municípios; • Apoio na realização de cursos técnicos e fóruns de discussão sobre segurança o papel dos municípios para profissionais das Guardas.
Valorização da execução de ações preventivas e da qualificação dos operadores de segurança pública neste sentido	• Observatório Democrático de Práticas de Prevenção; • Incentivo aos Consórcios Intermunicipais de Prevenção à Violência e Criminalidade; • Elaboração e divulgação o Guia de Prevenção à Violência e Criminalidade; • Elaboração do Plano Integrado de Segurança Pública (utilizado como modelo pelos estados e municípios na assinatura de convênios e realização de ações); • Inclusão no PPA 2004-2007, Programa SUSP, de uma linha de financiamento específica para projetos voltados à prevenção da violência e criminalidade; • Inclusão, nos critérios qualitativos para distribuição de recursos do FNSP, de quesitos pertinentes à implementação de projetos voltados à prevenção da violência e criminalidade, que tenham por princípio a atuação multisetorial.

## 6.2.5. Estruturação da Perícia

Tendo como principal proposta a autonomia dos Institutos de Criminalística e Institutos Médico Legal, chegamos ao seguinte quadro de ações propostas e executadas:

A equipe técnica responsável pela estruturação da perícia auxilia os profissionais dos Estados no planejamento e execução de seus projetos para assi-

natura de convênios com a SENASP. Também estruturou a criação de grupos de trabalho acerca de temas específicos (Balística Forense, Entomologia Forense, Genética Forense e Toxicologia Forense), para contribuir pró - ativamente no desenho de uma política moderna, factível e de baixo custo para a perícia no país.

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2006)
Descentralização/regionalização dos órgãos periciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fator condicionante da distribuição dos recursos do FNSP para os Estados;</li> <li>• Investimentos na implantação e modernização das unidades e laboratórios;</li> <li>• Implantação de postos de polícia técnica nos municípios no Estado do Rio de Janeiro;</li> <li>• Discussão sobre um modelo padrão difundido pela SENASP para execução desta ação em nível nacional.</li> </ul>
Valorização do pessoal técnico dos órgãos periciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requalificação profissional por meio de cursos (genética, entomologia, toxicologia e balística forenses);</li> <li>• Reuniões para discutir, dentre outros temas, plano de cargos e salários e recrutamento?.</li> </ul>
Valorização da preservação do local do crime e constituição de equipes especializadas na coleta de vestígios.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso sobre preservação do local do crime na Rede de Educação a Distância disponível para todos os operadores de segurança pública do país;</li> <li>• Ainda não há um modelo padrão de equipe especializada na coleta de vestígios, porém foram investidos recursos para sua criação em algumas unidades da federação.</li> </ul>
Aproximação entre órgãos periciais e universidades, centros de pesquisas e Poder Judiciário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes de universidades e centros de pesquisa no grupo de trabalho que planeja as ações sobre estruturação da perícia;</li> <li>• Mapeamento de iniciativas que trazem esses profissionais para ministrar cursos aos peritos, que possibilitam a realização das atividades de perícia nos espaços das universidades e que propiciam trabalho conjunto entre os órgãos de perícia e representantes do poder judiciário.</li> </ul>
Informatização dos órgãos de polícia técnica.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento e criação do Sistema de Gerência dos Núcleos de Criminalística e da Biblioteca Digital Nacional de Documentos Falsos;</li> <li>• Investimento na informatização executada pelos próprios Estados.</li> </ul>
Identificação e digitalização de DNA e integração dos IMLs e Sistema de Identificação Automatizado.	Investiu-se na modernização e criação de laboratórios de DNA em 10 Unidades da Federação, criando a estrutura para integração de uma rede de DNA no Brasil em futuro próximo.
Criação de cadastros criminais estaduais informatizados	NÃO EXECUTADO

## 6.2.6. Controle Externo e Participação Social

Buscando valorizar a institucionalização de mecanismos de controle da ação policial e atribuir à sociedade protagonismo na efetivação deste controle, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

Além das ações expostas acima, a SENASP investiu no incremento da participação popular por meio da criação de uma política nacional de polícia comunitária, envolvendo a criação de uma matriz curricular sobre o tema.

PROPOSTAS PNSP	SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2006)
Reunir representantes das polícias e da sociedade civil em Comissões Cívicas Comunitárias de Segurança	Convênios com Municípios e Estados incentivando a criação ou ampliação da participação de conselhos comunitários na gestão das políticas e ações dos órgãos de segurança pública.
Criar Conselhos Consultivos de Segurança Pública, compostos pela sociedade civil e pelos chefes das polícias, para acompanhar a política unificada de segurança pública.	Criação dos Gabinetes de Gestão Integrada em todas as Unidades da Federação, reunindo os chefes de comandantes das polícias para o planejamento e execução de ações conjuntas.
Fomentar a vinculação da corregedoria única ao Gabinete do Secretário de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizados encontros com os Corregedores de Polícia do país, para estabelecer estratégias para o fortalecimento das Corregedorias de Polícia;</li> <li>• Repasse de recursos para os Estados para o fortalecimento das Corregedorias.</li> </ul>
Criar moldes de formação específica para o órgão corregedor e incentivo à carreira no setor de correição	• Projeto em estudo, após a realização do grupo de discussão com os Corregedores de Polícia de todo o país.
Proibir policiais que colaboraram com ou participaram de tortura de ocupar cargos de confiança ou de direção nas suas organizações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobranças institucionais periódicas sobre o andamento administrativo de denúncias;</li> <li>• Critério qualitativo para a distribuição de recursos do FNSP.</li> </ul>
Apoiar e incentivar a existência e criação de ouvidorias autônomas, com atribuição de fiscalização e investigação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo aos Estados para criação de ouvidorias autônomas e independentes;</li> <li>• Fortalecimentos das Ouvidorias já existentes com aquisição de equipamentos para sua modernização</li> </ul>

## 6.2.7. Conclusão

De forma inteligente, o governo federal priorizou, nestes últimos 4 anos, a execução de ações abordando principalmente a questão de lavagem de dinheiro, a corrupção dos funcionários públicos, a necessidade de vigiar continuamente a fronteira brasileira para conter o tráfico de drogas e armas e a atuação sobre o crime organizado. Estas ações, não só apresentavam um volume menor de incertezas em relação à produção de resultados imediatos sobre a situação da segurança pública no Brasil, como eram independentes de mudanças estruturais que acompanhavam necessariamente a implantação do Sistema Único de Segurança Pública. A institucionalização do SUSP constituía uma pré-condição para garantir que ações promovidas em contexto nacional pudessem ser concebidas podendo contar com o esforço, compreensão e dedicação de todas as organizações de segurança pública do país. Atualmente, temos um novo contexto institucional para o sistema de segurança pública no Brasil. O SUSP vem sendo institucionalizado continuamente, tornando-se um referencial para o planejamento e execução de ações de segurança pública no Brasil. Criou-se, desta forma, uma nova demanda para o Governo Federal: inserir as ações executadas pelas polícias federais no contexto do SUSP, promovendo uma articulação sistêmica de todas as organizações de segurança pública. Sem dúvida alguma, isso ampliará profundamente os resultados atualmente possíveis de serem alcançados.

Cabe destacar, por outro lado, que as ações tomadas atualmente como prioritárias na segurança pública ainda deixam intocado o principal problema a ser trabalhado: milhares de pessoas no Brasil, principalmente homens de 15 a 25 anos de idade, fizeram da ação criminosa sua profissão e ao mesmo tempo são os principais vitimados pela violência e criminalidade. Este problema nos obriga a promover uma ampliação do leque de instituições a fazerem parte do SUSP, pois as polícias não podem ser vistas como as únicas organizações responsáveis pelos problemas de segurança pública. É preciso promover uma ampliação dos responsáveis por esta área incluindo outras organizações governamentais (lazer, trabalho, saúde, educação, infra-estrutura urbana, etc) e também não governamentais. Neste contexto, a SENASP tem uma importância fundamental para a melhora da situação da segurança pública no Brasil, promovendo o reforço do papel dos policiais, bombeiros e guardas como protagonistas de uma cultura democrática, inclusiva e de promoção de direitos.

Todos os resultados alcançados nos levam a concluir que inauguramos nestes últimos anos uma nova fase na história da segurança pública no Brasil. Mais do que simplesmente responsáveis pelo repasse de recursos para compra de bens, principalmente armas e viaturas, os órgãos governamentais federais se institucionalizaram como gestores da política nacional de segurança pública. Em um trabalho difícil, silencioso, inteligente e consensual, a SENASP conquistou o papel de responsável por estabelecer os critérios técnicos e políticos a serem tomados por todos os órgãos de segurança pública em um contexto nacional. Mais

que atuar em contexto estritamente operacional, buscou-se pela primeira vez trabalhar de forma prática, consensual e democrática no estabelecimento de uma padronização cultural, ética e profissional, promovendo o contexto necessário para a efetiva integração dos órgãos de segurança pública. Desta forma, plantou-se a semente para uma efetiva melhora nas condições de segurança pública e justiça criminal no país.

No que tange ao processo de auto-aprendizagem e auto-correção propiciado pela realização deste monitoramento de resultados e prestação de contas, cabe salientar que é imperioso o estabelecimento de consenso no Governo Federal sobre a prioridade a ser atribuída ao processo de consolidação do SUSP. Processo que envolve, por um lado, o fim do descompromisso com programas de gestão e a melhora sensível dos recursos financeiros destinados para a área e, por outro lado, a abertura da gestão da segurança pública para a participação democrática em um contexto de articulação sistêmica das instituições. Assim, cumpre reconhecer os resultados alcançados nestes últimos quatro anos, principalmente quando se verifica que o trabalho envolveu muito mais do que a execução de atividades técnicas. Primeiro, foi preciso transformar os conceitos e visões de segurança pública, que durante décadas contribuíram para alcançarmos o caos que atualmente vivemos na área e, segundo, foi preciso atuar em um ambiente marcado pelo domínio de interesses políticos imediatistas e inertes em relação às reais necessidades da sociedade brasileira.

## 6.3. Avaliação da Execução do PPA (Plano Plurianual)

A avaliação foi feita por meio do cálculo do Índice Sintético de Desempenho desenvolvido para o monitoramento da execução do PPA. O índice é calculado por meio de informações coletadas anualmente pela SENASP nas agências estaduais e municipais de segurança pública. Realiza-se um monitoramento da implantação nacional de seis fatores que são considerados pontos principais da implantação do SUSP, constituindo uma síntese dos fatores analisados pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP.

Por fim, cabe esclarecer que o índice foi elaborado para explicitar o percentual de implantação do SUSP, no qual propomos as seguintes metas de implantação:

	Ano1(2004)	Ano2(2005)	Ano3(2006)	Ano4(2007)
Acréscimo	25%	25%	25%	25%
Total Acumulado	25%	50%	75%	100%



O índice é calculado com a agregação de seis indicadores elaborados a partir das linhas estratégicas estabelecidas pelo Programa de Segurança Pública para o Brasil relacionadas à reforma das Instituições de Segurança Pública. Utiliza-se de um esquema de correção da meta em função do contingenciamento de recursos. Os fatores analisados são os seguintes:

1. Valorização e Formação Profissional
2. Gestão do Conhecimento
3. Reorganização Institucional
4. Estruturação e Modernização da Perícia
5. Prevenção
6. Controle Externo e Participação Social

### Composição dos Indicadores de Conclusão de Metas

Fator 1 - Valorização e Formação Profissional: Implantação nacional da Matriz Curricular nas 27 Unidades da Federação.

Fator 2 - Gestão do Conhecimento: Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal nas 27 Unidades da Federação.

Fator 3 - Reorganização Institucional:

3.1 Integração das organizações policiais civis e militares no nível de formação nas 27 Unidades da Federação.

3.2 Integração das organizações policiais civis e militares no nível estratégico nas 27 Unidades da Federação

Fator 4 - Estruturação e Modernização da Perícia:

4.1. Implantação nacional do Sistema Nacional de Identificação Criminal (AFIS) nas 27 Unidades da Federação.

4.2. Adesão dos Estados à Rede Nacional de Laboratórios de DNA

Fator 5 – Prevenção a Violência e Criminalidade:

5.1. Implantação de quatro Consórcios Metropolitanos de Prevenção da Criminalidade

5.2. Assinatura de 200 convênios com municípios na área de prevenção.

Fator 6 - Controle Externo e Participação Social: Implantação de Ouvidorias de Polícia nas 27 Unidades da Federação.

### Fórmula de cálculo:

ISD = média (indicadores conclusão de metas)

Meta = meta prevista X fator de correção

O cálculo de correção é efetuado com o objetivo de reduzir a meta de implantação do programa de reforma das instituições de segurança pública em função das limitações orçamentárias. Assim, a meta é reduzida em função direta da razão entre recurso disponibilizado para a SENASP e recurso esperado. Se

o recurso disponibilizado for 50% do valor esperado, a meta reduz também em 50%. Espera-se um acréscimo de 25% no ISD a cada ano. Se a razão entre valor disponibilizado e esperado for menor que um em determinado ano, o acréscimo da meta do ISD reduz, podendo afetar o índice alcançado após os quatro anos. Como resultado desta correção, chegamos as seguintes previsões de realização: Ano (2004): passamos de 25% para 21%; Ano (2005): passamos de 50% para 38%; e Ano (2006): passamos de 75% para 53%.

Em relação ao Índice Sintético de Desempenho, verificamos que no ano de 2004 conseguimos um resultado bem acima do esperado. Nossa expectativa era alcançar 21% do sistema implantado e chegamos a 37,4% do SUSP implantado. Essa avaliação trouxe um resultado muito bom, pois no ano inicial de implantação do SUSP algumas Unidades da Federação já vinham realizando espontaneamente ações nesse sentido. No ano de 2005, nossa expectativa era alcançar 38% do sistema implantado e chegamos a 48,5% do SUSP implantado. Neste segundo ano de análise, saímos da situação confortável do início e entramos na implantação real do SUSP empreendida pela equipe da SENASP. No ano de 2006, nossa expectativa era alcançar 52% do sistema implantado e chegamos a 63% do SUSP implantado.

Fatores Avaliação	Avaliação (2004)			Avaliação (2005)			Avaliação (2006)		
	Previsto	Executado		Previsto	Executado		Previsto	Executado	
		N. Ufs	(%)		N. Ufs	(%)		N. Ufs	(%)
Fator 1 - Valorização e Formação Profissional: Implantação nacional da Matriz Curricular nas 27 Unidades da Federação	21%	15	56%	38%	15	56%	53%	26	96%
Fator 2 - Gestão do Conhecimento: Implantação nacional do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal nas 27 Ufs	21%	26	96%	38%	27	100%	53%	27	100%
Fator 3.1 - Reorganização Institucional: Integração das organizações policiais civis e militares no nível de formação nas 27 Unidades da Federação	21%	12	44%	38%	19	70%	53%	14	51%
Fator 3.2 - Reorganização Institucional: Integração das organizações policiais civis e militares no nível estratégico nas 27 Unidades da Federação	21%	0	0%	38%	10	37%	53%	10	37%
Fator 4.1. - Estruturação e Modernização da Perícia: Implantação nacional do Sistema Nacional de Identificação Criminal (AFIS) nas 27 Unidades da Federação	21%	0	0%	38%	0	0%	53%	0	0%
Fator 4.2 - Estruturação e Modernização da Perícia: Adesão dos Estados à Rede Nacional de Laboratórios de DNA	--	--	--	--	--	--	53%	26	96%
Fator 5.1. - Prevenção: Implantação de 4 Consórcios Metropolitanos de Prevenção da Criminalidade(1)	21%	1	25%	38%	1	25%	53%	2	50%
Fator 5.2. - Prevenção: Assinatura de 200 convênios com municípios na área de prevenção(2)	--	--	--	--	--	--	53%	165	83%
Fator 6 - Controle Externo e Participação Social: Implantação de ouvidorias de polícia nas 27 Unidades da Federação	21%	11	41%	38%	15	55%	53%	15	55%
<b>Total</b>	<b>21%</b>	<b>37%</b>		<b>38%</b>	<b>49%</b>		<b>53%</b>	<b>63%</b>	

Cabe ressaltar que o índice de avaliação dos resultados do PPA é elaborado a partir de informações coletadas por meio de um questionário encaminhado para às Secretarias Estaduais de Segurança Pública. O questionário faz parte do Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP. Das 27 Unidades da Federação, só recebemos 19 questionários respondidos para a situação de 2004 e 22 questionários respondidos para a situação de 2005.

## 6.4. Avaliação Externa das Ações da SENASP

Nesta seção do relatório apresentaremos avaliações elaboradas por um conjunto de 14 profissionais ligados diretamente à área de segurança pública no Brasil. Estes profissionais foram escolhidos por serem reconhecidos pela qualidade do trabalho que executam. São representantes das Polícias Civas, Policiais Militares, Corpos de Bombeiros e Guardas Municipais, pesquisadores, membros de Organizações Não-Governamentais, representantes de Ouvidorias de Polícia e, por fim, representantes de organizações do executivo federal, estadual e municipal relacionados à área de segurança pública. Apresentamos, a seguir, as avaliações encaminhadas em sua plenitude, identificando os pontos fracos e os pontos positivos da ação da SENASP na implantação do SUSP nestes últimos quatro anos. Agradecemos a disponibilidade desses profissionais por terem nos fornecido voluntariamente suas avaliações, demonstrando seu comprometimento com a real melhora da situação da segurança pública no Brasil.

### **Primeira Avaliação: José Ananias Duarte Frota**

*“Desde o mês de setembro de 2004, representantes dos Corpos de Bombeiros de todo o Brasil envidavam esforços na tarefa de confecção de um diagnóstico das Corporações. A técnica de construção de cenários prospectivos foi a ferramenta gerencial empregada para o delineamento do planejamento no período 2004-2010. Com a conclusão do diagnóstico, todas as Corporações, saíram fortalecidas no Plano Nacional de Segurança Pública. As decorrências deste ditoso feito são taxativamente inquestionáveis. A roda do progresso e do desenvolvimento, movimentada universalmente, carrou para o Brasil maior segurança e proteção em amplos aspectos do cotidiano dos cidadãos, além de favorecer melhor interação dos Bombeiros com a população. O trabalho de inclusão desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP promoveu o rompimento dos pesados grilhões que dificultavam a marcha infatigável dos Bombeiros em defesa da população. A atuação da SENASP semeou o desenvolvimento das Corporações em meio ao atraso provocado por anos de ostracismo involuntário a que foram submetidas. A SENASP estabeleceu com os Corpos de*

*Bombeiros do Brasil as seguintes parcerias:*

- a- Liberação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).*
- b- Padronização de Viaturas modelo Auto Bomba Tanque (ABT) e Auto Busca e salvamento (ABS) pelos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil através da câmara técnica – G5.*
- c- Licitação nacional dos recursos da SENASP no valor de R\$ 50.000.000,00 para atender a demanda de viaturas e equipamentos dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, através da LIGABOM.*
- d- Após a licitação nacional as empresa MITREN e TRIEL HT do Rio Grande do Sul vencedoras do certame licitatório iniciam exportação de viaturas para oriente médio.*
- e- Foi estabelecida a Câmara técnica nacional de elaboração do código nacional contra incêndio e pânico, o qual encontra-se em tramitação.*
- f- Foi estabelecida a Câmara técnica nacional de elaboração do relatório de eventos padronizando a matriz e ocorrências dos Corpos de Bombeiros com base no INFOSEG onde falta apenas implantar o piloto.*

*Portanto, o nosso reconhecimento à equipe da SENASP! Com sua dinâmica liderança a paisagem da segurança pública nacional tem avançado com firmeza, entretanto os alaridos ruidosos e os aplausos repousam no vácuo, pois os holofotes, o centro das atenções não integram seus objetivos. Assim, externamos o particular contentamento quanto às conquistas em processo de implementação para a área da segurança pública brasileira em particular dos Corpos de Bombeiros”.*

José Ananias Duarte Frota- Cel QOBM

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Ceará e Presidente da Liga Nacional do Corpos de Bombeiros Militares do Brasil-2003-2006

### **Segunda Avaliação: Regina Miki**

*“A seriedade do trabalho desempenhado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e a sua contribuição para a melhora na Segurança Pública brasileira nos permite ter muito a relatar. Consideramos que o ponto de partida foi a mudança da lei que regulamenta o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), permitindo aos municípios que não contavam com guardas municipais a possibilidade de receber verbas do fundo. Desta maneira foi possível priorizar o trabalho preventivo e contribuir para a mudança de paradigma, pacificando, e demonstrando que não é condição sine qua non ter força policial para ter política pública de segurança.*

*A Senasp proporcionou, na implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), um intercâmbio de ações dentro do próprio país além de ter trazido várias experiências exitosas internacionais. Ao patrocinar congressos e*

*seminários, gestores públicos brasileiros puderam ampliar seus conhecimentos e desenvolver políticas mais qualificadas buscando o trabalho preventivo com a conseqüente queda da criminalidade.*

*Por todo o período de 2003 a 2006, a Senasp investiu na formação do profissional de segurança buscando a melhoria na prestação do serviço, um intercâmbio de experiências, entrosamento entre os diversos agentes e polícias, enfim, elevando a auto-estima do profissional que tem a árdua tarefa de garantir a ordem e proteger a vida humana.*

*Outra ação que não poderia ser esquecida foi a criação do banco de dados estatístico. Em todas as áreas de atuação, quer no poder público ou no setor privado, o acesso à informação é indispensável e na segurança ele é primordial. Sem informação não se faz segurança. Informação que não é compartilhada de nada serve, a SENASP preparou a uniformização de informações em um banco de dados único. Não podemos deixar de comentar a elaboração de um catálogo de experiências, estaduais e municipais, de ações voltadas à segurança para pesquisa e implantação de novos programas e projetos.*

*O Programa de Ensino à Distância tem sido de grande avaliação para o aprimoramento do profissional e para a busca da integração no trabalho de segurança. Temos várias polícias atuando em nosso território, municípios com guardas municipais e a integração somente ocorrerá com a capacitação conjunta, em que cada força atue dentro de sua competência, buscando sempre o respeito entre estes agentes. O atendimento realizado pela Secretaria às demandas municipais e estaduais sempre foram feitas com a maior seriedade e profissionalismo, sendo que, na realidade, a equipe buscou a todo o momento desenvolver uma política de Estado e não de Governo para a Segurança Pública.*

*Necessitamos, para o momento que se inicia, uma busca maior da integração dos estados com os municípios, sabendo das limitações e competências dos entes federativos para melhorar ainda mais a prevenção local. Torna-se necessário incentivar, por meio do FNSP, que os municípios elaborem planos de segurança priorizando a transversalidade das políticas para que todas as áreas façam prevenção. Desta forma, teremos ações na área de saúde, educação, cultura, lazer, esporte, entre outras, com foco na segurança cidadã, deixando de lado a “teoria do mais do mesmo”. Isto quer dizer: mais viaturas, mais policiais, mais armamentos, penas mais severas para os crimes, sem falar na prisão perpétua e pena de morte, bandeiras que surgem de quando em vez, em detrimento da reeducação, promoção da qualidade de vida e desenvolvimento social.*

*Priorizar a disseminação dos telecentros e dos cursos de qualificação e requalificação foi outra ação desempenhada pela Secretaria como uma das formas de cada vez mais termos profissionais capacitados e aptos a operacionalizar tecnologia nova.*

*A Senasp criou, ainda, um grupo para discutir o porte de armamento para a Guarda Municipal, ampliando o leque de discussão para a lei federal que regulamenta as funções gerais desta categoria no território brasileiro. Este grupo em*

*muito vai contribuir para a necessidade de criar uma identidade para a Guarda Municipal, sabendo que ela é uma realidade e que tem colaborado muito para a inclusão do cidadão e das políticas públicas de segurança. Foi extremamente positiva a atuação da Senasp quando aproximou a Universidade dos agentes de segurança, pois, até então com raríssimas exceções, não se buscava especializar profissionais para a prestação de serviço de segurança.*

*Enfim, o caminho é longo, os primeiros passos foram dados de forma decisiva e confiamos na seqüência do trabalho”.*

Regina Miki

Secretária de Defesa Social do Município de Diadema.

### **Terceira Avaliação: Glaucio Soares**

*“Sinto-me à vontade para escrever uma apreciação sobre a SENASP, instituição que prestigio publicamente, mas que critiquei com seriedade duas vezes de forma igualmente pública. Certamente uma das atividades da SENASP que contou com mais apoio dos pesquisadores e estudiosos foi o concurso de trabalhos sobre Segurança Pública, área que, no Brasil, conta com poucos trabalhos sérios. O concurso estimulou interesse e foram vários os trabalhos de qualidade. Essa excelente iniciativa teve dois senões: o injustificável atraso na entrega dos prêmios e a não repetição do concurso, até o momento.*

*A centralização das informações, que requereu extenso esforço de treinamento, a padronização da informação sobre crimes que, antes, não podia ser analisada por usar categorias diferentes – até mesmo de idade! – foi uma das atividades mais relevantes da SENASP. Dificilmente poderia ter sido melhor realizada. Infelizmente, parte do indiscutível mérito dessa iniciativa foi reduzido pela demora, que entendo ter sido externa à SENASP, em divulgar os mapas da criminalidade de 2004 e 2005. A iniciativa de realizar pesquisas de vitimização e de encomendar trabalhos de especialistas tem reduzido, e muito, a triste distância que separava pesquisadores e policiais.*

*Eu poderia citar várias iniciativas específicas da SENASP para ilustrar o progresso substancial desses anos, mas prefiro sublinhar uma, mais abstrata, mais geral e muito mais importante, que é a convicção de que o Brasil está construindo uma instituição competente e transparente para gerir a informação e as ações relativas à Segurança Pública no país.”*

Glaucio Soares

Pesquisador da Área de Segurança Pública

### **Quarta Avaliação: Carlos Moraes Antunes**

*“Falar da SENASP é fácil e falo com prazer. Assumi o Comando da Guarda Municipal do Rio de Janeiro em Janeiro de 2001. Até então, SENASP era algo que eu não tinha ouvido falar. Aqui na GM, e depois, com o passar do tempo,*

*pude verificar que todas as GM pensavam da mesma forma, a SENASP era vista como um Órgão financiador de Projetos. Um verdadeiro Banco de Fomento da Segurança Pública. Durante esses seis anos de Comando pude verificar a transformação que se operou na SENASP. De Banco de Fomento, como citei acima, a Secretaria transformou-se num Órgão Coordenador e Gestor da Política de Segurança Pública do País.*

*Como Órgão Central da Política de Segurança Pública, a SENASP, lançou a idéia e as bases para o estabelecimento do SUSP, nos moldes de outros Sistemas Integrados que já operam, com sucesso, no país. Integrou diversas ações, antes descoordenadas, entre os vários entes federados. Tratou fortemente da Instrução dos Quadros de Segurança Pública, fazendo, no âmbito das Guardas Municipais, verdadeira Revolução Cultural, com a aprovação da Matriz Curricular Nacional para as Guardas Municipais, dando um perfil mais apropriado as Guardas Municipais. Com ações no Espírito Santo, Mato Grosso e agora no Rio de Janeiro, a SENASP reforça seu papel de Órgão de Coordenação e demonstra a parceria que deve existir entre os entes federados. Por ocasião do Planejamento da Segurança dos jogos Pan-Americanos, estamos tendo a oportunidade de conviver mais estreitamente com Quadros de Alta Qualificação Profissional e com certeza, nossa Cidade estará mudando de patamar no Campo da Segurança Pública, após os Jogos. Na GM-Rio tivemos oportunidade de celebrarmos vários Convênios, inclusive temos um em plena execução. Nos diversos grupos de trabalho, formados pela SENASP, em que fomos convidados a participar só reforçamos nosso conceito sobre o grupo de Profissionais de Alta Competência que formam os Quadros dessa Secretaria Nacional de Segurança Pública.*

*Defeitos eu não detectei, até porque, tenho por característica pessoal, trabalhar sempre, me locupletando das Virtudes das pessoas e Instituições e não dos Defeitos.”*

Carlos Moraes Antunes

Superintendente da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

#### **Quinta Avaliação: Maria Virginia Nabuco do Amaral Mesquita**

*“O trabalho do Ministério da Justiça, nesses últimos anos, concentrou-se na reconstrução da capacidade das instituições públicas em garantir direitos e deveres de cidadania.*

*Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que até 2003 era administrada como uma tesouraria do Fundo Nacional de Segurança Pública liberando recursos de forma desvinculada a uma coerente política de segurança pública, assumiu as funções de planejamento e execução de planos integrados de segurança em todo o país.*

*O Plano Nacional de Segurança Pública, concebido em 2002 e executado nos últimos quatro anos, buscou garantir o funcionamento independente, porém orgânico, das instituições de segurança nas três esferas federativas, tendo como*

*eixo central o Sistema Único de Segurança (SUSP). Trata-se de um sistema criado para articular ações em todos esses âmbitos, nas áreas de segurança e justiça criminal, não a partir da unificação dos órgãos, mas de sua integração prática.*

*A criação dos Gabinetes de Gestão Integrada, já em funcionamento em todos os Estados, reflete a política de integração dos esforços das unidades da Federação em matéria de segurança pública. Nos Gabinetes participam as polícias federal, civil, militar e guardas municipais, bem como Ministério Público e Poder Judiciário. As ações definidas por esses comitês são repassadas à SENASP, o que permite o compartilhamento de experiências bem sucedidas e o mapeamento das demandas de segurança.*

*A criação da Força Nacional de Segurança Pública – uma iniciativa inovadora, inspirada nas Forças de Paz da Organização das Nações Unidas – é também um dos eixos da cooperação entre os Estados da Federação. Ela permite o compartilhamento de forças policiais, ao mesmo tempo em que resguarda a forma federativa do Estado brasileiro e substitui o uso das Forças Armadas no policiamento. Além disso, o treinamento dado aos integrantes da Força permite uniformizar e aprimorar a capacidade profissional das polícias militar e civil dos estados. Os melhores instrutores de cada unidade da Federação compartilham seus conhecimentos e procedimentos com os demais, aprimorando a atuação dos contingentes policiais brasileiros.*

*A reestruturação da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG), que hoje engloba informações de diversos órgãos e pode ser acessada via Internet, equipamentos de rádio e telefones celulares, auxiliam de maneira valiosa o trabalho dos encarregados de garantir a segurança dos cidadãos e combater de maneira efetiva a criminalidade.*

*Na área de gestão do conhecimento, a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública e a Rede de Ensino à Distância vêm se consolidando como importantes canais de reciclagem e capacitação dos profissionais de segurança pública.*

*É marca do SUSP a constatação de que um projeto para a segurança pública do país não se resume à reforma e fortalecimento dos órgãos de policiamento e repressão em si, mas deve contemplar a erradicação da marginalização social. É nesse sentido que a SENASP vem implementando projetos de proteção de áreas de risco e apoio a grupos sociais vulneráveis. Exemplo disso é o Projeto Guias Cívicos, concebido dentro plano de segurança dos jogos Pan-Americanos. O projeto formará 10.500 jovens para trabalhar no evento.*

*Historicamente os Poderes da República responderam de maneira pontual às emergências na segurança, ora com mudanças legislativas abruptas e ineficazes, ora com pacotes administrativos quase demagógicos para alterar a realidade visível. O trabalho da SENASP rompe com esse padrão ultrapassado de gestão da segurança. No século XXI, em que apenas a atuação conjunta das instituições republicanas sob o signo do conceito de rede é capaz de alterar a*



*correlação de forças entre o Estado e a criminalidade, seu trabalho, em parceria com os Estados, tem contribuído para construir os alicerces da segurança pública que a sociedade brasileira quer.”*

Maria Virginia Nabuco do Amaral Mesquita

### **Sexta Avaliação: Eugênio Andrade Vilela dos Santos**

*“No tocante às atividades da SENASP, destaco a preocupação da unidade com o ciclo de gestão da política de segurança. Infelizmente, ainda é exceção na administração pública uma organização que pensa suas ações à luz de um bom diagnóstico, e, a partir disso, planeja, executa, monitora e age corretivamente nos rumos do que deve ser implementado.*

*O Ministério do Planejamento organiza e fomenta o ciclo de gestão das políticas na tentativa de conferir padrões mínimos e uniformes de qualidade, mas temos dificuldades na disseminação das técnicas porque parte dos gestores não identificam os instrumentos como subsídios úteis para melhoria dos serviços prestados ao povo. No caso da SENASP, testemunho com satisfação o compromisso na elaboração e gestão das políticas de segurança pública, e enfatizo que os processos são modelo de gerenciamento para a administração pública. Claro que ainda há muito por fazer, inclusive na SENASP, mas é alentador ver que a unidade utiliza os instrumentos de gestão na implementação das ações. Prova disso é o relatório de implementação do SUSP.*

*A idealização do SUSP representou um grande avanço para segurança pública na medida em que buscou enfrentar entraves estruturais do sistema, especialmente a fragmentação das ações. Entretanto, há uma distância enorme entre o idealizado e o efetivado tendo em vista as inúmeras restrições presentes tanto na sociedade quanto na administração pública. Apesar dos problemas, avalio como satisfatório os resultados alcançados até o momento, e sugiro que a SENASP trabalhe com metas claras e plurianuais.”*

Eugênio Andrade Vilela dos Santos

Responsável pelo Monitoramento do Projeto do SUSP / Ministério do Planejamento

### **Sétima Avaliação: José Francisco da Silva**

*“A formulação de critérios objetivos para a aprovação de projetos a serem financiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública é uma importante realização, especialmente no que se refere aos órgãos de controle externo das polícias, através de gesto concreto, instituiu a criação e desenvolvimento de Ouvidorias de Polícia como um dos critérios para que os Estados sejam contemplados com recursos do referido Fundo. Isto alterou profundamente a maneira como as Ouvidorias de Polícia são encaradas no contexto da Segurança Pública, aumentando o respeito e a credibilidade das mesmas. Além disto, possibilitou o acesso a re-*

*cursos para a estruturação das Ouvidorias de Polícia, permitindo que as mesmas aumentem a qualidade dos serviços que prestam aos cidadãos.*

*O estabelecimento de critérios objetivos é também demonstração do comprometimento com a democracia, pois esta se estabelece, sobretudo, na transparência com que os Governos tomam suas decisões e realizam gastos públicos.*

*Faz-se necessário destacar ainda que se realizou uma opção pelo homem. Não se pode deixar de cuidar dos operadores diretos de segurança pública, pois são profissionais que necessitam de formação, treinamento e capacitação continuados, mas também de apoio sócio-psicológico permanentes, devido às dificuldades que encontram no seu fazer diário”.*

José Francisco da Silva

Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais (até fevereiro/2007)

### **Oitava Avaliação: Carlos Roberto Sant’Ana da Rosa**

*“Não resta dúvida de que a partir de 2003 a gestão de instituições políticas federais de prevenção e repressão à violência, mormente a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Fundo Nacional de Segurança Pública, induziu um salto qualitativo e quantitativo sem precedentes na história das políticas públicas nacionais de segurança. A primeira, ao instituir o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, propôs e executou princípios e conceitos fundamentais para construção de uma política democrática para o setor, transformando seu próprio papel e deixando de ser mera intermediária financeira para projetos estaduais e municipais carentes de recursos básicos de gestão e, por consequência, fadados ao insucesso. Já a Lei que regulamenta o Fundo, alterada em 2003, possibilitou a participação efetiva dos municípios nos assuntos de segurança pública – antes limitada à atuação das Guardas Municipais – abrindo espaço e impulsionando as ações de prevenção comunitária à violência e criminalidade. Se há algo digno de ser tratado como revolucionário na construção de alternativas ao contexto de violência, denomina-se SUSP.*

*No que diz com a atuação das cidades, nesse quadriênio houve diversas iniciativas indutoras de políticas públicas como, por exemplo, capítulos no trabalho “Arquitetura do SUSP”, inúmeros artigos sobre “O Papel dos Municípios na Segurança Pública”, publicação do “Guia de Prevenção do Crime e da Violência”, trabalhos no Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal, instituição do Grupo de Trabalho sobre Segurança Pública do Comitê de Articulação Federativa, organização do Seminário “Municípios no SUSP”, entre outras. Alie-se a isso o substancial apoio financeiro a administrações municipais comprometidas com as demandas por segurança apresentadas pelas comunidades e tem-se a receita de sucesso de uma política pública.*

*Por certo há um longo caminho à frente. Deve-se continuar buscando o acesso em tempo real das Prefeituras aos bancos de dados informatizados de estatísticas criminais, o apoio à constituição de bases cartográficas digitais muni-*

*cipais e de sistemas computadorizados para o imprescindível georeferenciamento das ocorrências policiais, a efetiva articulação das polícias estaduais e federais entre si e com as guardas municipais, a troca de informações entre os sistemas de inteligência policiais e municipais, etc. Mas, forçoso reconhecer, as mudanças de paradigma constituem processos, e como tal demandam tempo. Foram quatro profícuos anos de trabalho e outros tantos começam agora, na incansável batalha pela superação dos nefastos índices de violência do Brasil”.*

Carlos Roberto Sant’Ana da Rosa  
Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretário Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo - RS

### **Nona Avaliação: Ademário de Moraes**

*“O auxílio da SENASP/MJ trouxe benefícios imensuráveis, levando-nos a obter uma melhor articulação nas políticas de segurança pública. Ainda, o relacionamento com os técnicos da SENASP/MJ, a participação destes na implementação dos projetos no Estado do Tocantins, além da comunicação e auxílio técnico, quando necessários, têm sido imprescindíveis aos processo de desenvolvimento das nossas ações, dispensando-nos costumeira atenção e nos dando respaldo nos assuntos pertinentes ao FNSP.*

*As ações do Plano Nacional de Segurança Pública têm sua eficácia, desde que os recursos possam ser devidamente remanejados, permitindo, assim, atender as peculiaridades de cada unidade da federação, que, no caso específico do Tocantins, possui inúmeras dificuldades de âmbito estrutural.*

*Entretanto, alguns pontos têm deixado a desejar, quais sejam?*

*(a) decréscimo dos recursos oriundos do FNSP, por determinação do Ministério do Planejamento, haja vista a redução retardar a ascensão dos trabalhos policiais no Estado do Tocantins,*

*(b) demora na liberação dos recursos, por entraves burocráticos, trazendo dificuldades na execução dos projetos, como, por exemplo, a defasagem de valores da pesquisa realizada na apresentação dos projetos e a efetuada na fase de licitação;*

*(c) critérios avaliativos de distribuição dos recursos do FNSP, por prejudicar estados cuja população é menor, a taxa de criminalidade (homicídios dolosos) não é assustadora, contudo necessitam de verbas para um trabalho preventivo, uma vez que a criminalidade é móvel, migrando de um estado para outro, em especial no caso do Tocantins, que faz divisa com seis outras unidades federativas.*

*Por fim, como sugestão, entendemos que a proposta feita pela SENASP/MJ, em 2005, na qual o total de recursos reservados para convênios, ¼ fosse distribuído com base em indicadores qualitativos, sendo que a SENASP avaliaria as ações realizadas pelas instituições, quanto a sua con-*

*sistência em relação aos eixos estratégicos do PNSP, representaria um avanço para os estados prejudicados com o índice atualmente adotado”.*

Ademárcio de Moraes  
Chefe da Assessoria Técnica de Planejamento  
Secretaria de Segurança Pública de Tocantins

### **Décima Avaliação: Amparo Araújo**

*“Crimes, inteligência, tecnologia, tempo e coração.*

*Não podemos avaliar uma gestão sem situá-la no tempo e na conjuntura onde as ações se desenvolveram, incluindo o desenvolvimento da inteligência do crime organizado e o acesso as novas tecnologias disponíveis na sociedade, entre elas a mais valiosa que é a facilidade das comunicações e a rapidez que se pode obter em deslocamentos para ações simultâneas e articuladas.*

*A SENASP/SUSP fez, de 2003 a 2006, um incomensurável esforço, o desejo de acertar e provocar mudanças na implementação e na execução de uma política de segurança pública é uma realidade incontestável, ocorre que há um desordenamento social de tamanho igual ou maior ao que se possa conhecer num período de três anos, em termos históricos, não seria possível fazer mais, a história de uma sociedade não se conta num rosário de contas de anos e sim de décadas e séculos.*

*Quando falo no desenvolvimento da inteligência do crime organizado me lembro do cachimbo de Sherlock Holmes, do bigode de Hercules, do calhambeque do Colombo, detetives famosos que circularam pelo imaginário da minha infância, nenhum deles usava armas, usavam a inteligência, a diferença básica é que eles viveram numa sociedade ordenada onde um crime era um acidente e tinham uma lógica, hoje os crimes não seguem uma lógica, até porque deixaram de ser individuais e passaram a ser coletivos, a ausência do Estado favorece o desenvolvimento dos bandos, tornando-os exemplos de virtude.*

*A sugestão é a de que hoje precisamos de um aporte de sabedoria que aliada às novas tecnologias, a gestão do conhecimento obtido com leitura cotidiana da realidade nos faça criar obstáculos legais, cumprimento das leis existentes, fim da impunidade, compreensão da lógica da guerra atual que vivenciamos nas ruas de nossas cidades, essa lógica precisa ser apreendida, a resposta com certeza não é aumentar o poder da força bruta, armas e equipamentos bélicos. Nesse ponto a SENASP acerta quando investe em capacitação e uso da inteligência.*

*Para darmos um sabor especial às nossas sugestões poderíamos estimular a re-leitura do livro Viagem a Ixtlan de Carlos Castañheda, antropólogo que se deparou em sua caminhada com o velho bruxo índio D.Juan. Talvez percebendo os hábitos e a diversidade de criminosos da atualidade possamos tecer uma rede capaz de conter a avalanche que nos surpreende a cada esquina.*

*Compreendo que é justo os governos se preocuparem com o tempo, há metas a cumprir, a sociedade exige soluções imediatas, esse é o elemento fundamental da nossa cultura ocidental e capitalista, mas quero lembrar que o Deus Khronos comeu todos os seus filhos, no fundo não desejamos isso, se nesses três anos se conseguiu mudar um pouco a lógica de governar e de se pensar segurança pública me dou por satisfeita, particularmente, como os gregos, eu meço o tempo pelas batidas do meu coração, sua intensidade, seu compasso harmônico e sereno. O compasso do meu coração é a medida do que vejo de positivo, os fatos negativos foi aprendizado, afinação”.*

Amparo Araújo

Presidente da ONG Tortura Nunca Mais-PE

### **Décima Primeira Avaliação: César Barreira**

*“A relação entre poder e violência tem conduzido nos últimos anos meu universo de pesquisa; no entanto, venho ampliando e diversificando o campo empírico, como também, os eixos temáticos de estudo. Neste sentido, dois grandes eixos ocupam, atualmente, um lugar central nas minhas pesquisas: primeiro, uma análise da relação entre cordialidade e violência na sociedade brasileira e, segundo, a compreensão das políticas de segurança pública no Brasil. Esta última temática tem me aproximado fortemente da SENASP, como interlocutória e parceira.*

*Nos últimos anos a SENASP tem criado uma vinculação prática e acadêmica com as Universidades, grupos e laboratórios de pesquisa e com pesquisadores brasileiros. Nesta vinculação destaco duas grandes realizações: o edital de um concurso nacional para realização de pesquisas SENASP/ANPOCS e o edital de realização de cursos de especialização em Segurança Pública. Tais realizações atuam de uma maneira direta em dois grandes problemas da Segurança pública no Brasil que são: o desconhecimento de práticas e possíveis soluções para problemas complexos no interior do campo das políticas públicas, ligadas diretamente a violência e a criminalidade, bem como, interfere em uma melhor formação dos órgãos de segurança pública. O edital para realização de pesquisas resultou na elaboração de mais de 60 estudos, abrangendo um diversificado quadro temático. Tais pesquisas podem servir como um suporte técnico-científico para a elaboração de uma política de segurança pública do Brasil, tendo como base os reais problemas nacionais. A RENAESP, contando com 22 Instituições de Ensino Superior, possibilitará suprir uma grande lacuna na formação dos policiais na área dos direitos humanos, dando um suporte maior das ciências humanas.*

*A vinculação da SENASP com as Universidades e pesquisadores brasileiros deveria ter uma política mais efetiva em todos os Estados, fortalecendo os grupos de pesquisa que trabalham com a temática da violência, dos conflitos sociais e da segurança pública, visando criar uma rede destes pesquisadores”.*

César Barreira  
Professor Titular de Sociologia  
Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará

### **Décima Segunda Avaliação: Maria Helena Hoffmann**

*“A contribuição da SENASP, através das ações executadas de 2003 a 2006, para melhorar a segurança pública brasileira é incontestável, destacando-se:*

*-Construção e divulgação da Matriz Curricular Nacional, com as diretrizes didático-metodológicas, de planejamento, estratégias e ações ao gestor, técnico e professor, atuantes nos Centros de Ensino de Formação Profissional de Segurança Pública. Os 4 eixos articuladores e 8 áreas temáticas têm facilitado a execução dos projetos.*

*-Promoção de oficinas regionais para troca interestadual de experiências, valoração dos Direitos Humanos, análise e avaliação.*

*-Criação da Rede Nacional de Educação à Distância, facilitando o acesso à qualificação profissional dos operadores, residentes em qualquer local do País.*

*-Criação da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (RE-NAESP), inédita no mundo, coloca a SENASP no nível de excelência em qualquer setor de formação profissional, público ou privado, pois abrange 22 IES.*

*-Referência nacional na qualidade de parceira de projetos para execução de cursos de segurança pública.*

*Embora não houve pontos negativos da SENASP, existe apenas um que não é de sua responsabilidade: corte da verba destinada aos projetos da SENASP pelo governo federal, no ano de 2006, prejudicando a execução de cursos e, conseqüentemente, a qualificação profissional constante, tão imprescindível aos operadores da segurança pública.*

*Como sugestão, fica a seguinte: Diretrizes mais claras para a elaboração dos projetos, e conseqüente avaliação pela SENASP, em função da especificidade de cada um”.*

Maria Helena Hoffmann  
Coordenadoria de Assuntos Pedagógicos  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão / Santa Catarina

### **Décima Terceira Avaliação: Maria de Nazaré Tavares Zenaide**

*“A SENASP-MJ, no campo dos Direitos Humanos, tem demonstrado compromisso institucional com a Política Nacional de Direitos Humanos e com a Década da Educação em Direitos Humanos (1995 – 2004).*

*No Plano da Educação em Direitos Humanos, a SENASP tem atuado na*

*implementação de ações estruturantes, como: a elaboração da Matriz Nacional instrumento norteador da política do SUSP tendo os Direitos Humanos de forma transversal; a formação de uma Rede voltada para a formação de quadros da Segurança Pública – a Rede Nacional de Cursos de Especialização em Segurança – RENAESP em parceria com as Universidades; a criação da ESCOPOL, socializando através da rede on-line o acesso ao conhecimento; a implementação de programas preventivos em Segurança.*

*A implementação da Matriz Nacional em Ação tem norteado ações de educação formal e não-formal, como disciplinas e cursos, Jornadas de Direitos Humanos nos Estados, oficinas de implementação da Matriz Nacional, dentre outras.*

*A promoção de intercâmbio entre os atores formativos tem sido outro aspecto relevante da atuação da SENASP, haja vista o processo de estruturação do Fórum envolvendo as coordenações dos cursos da RENAESP de modo a qualificar a estruturação de uma rede formativa. A preocupação com a pós-graduação no campo da segurança pública tem sido, portanto, uma das iniciativas fundamentais da atual gestão da SENASP. Trata-se de um processo sem retorno. Uma política de pós-graduação na área da segurança pública é de extrema relevância para consolidação do SUSP e para a profissionalização e a qualificação da gestão. Para tanto, vai requerer, políticas de publicação, de monitoramento e acompanhamento, de intercâmbio nacional e internacional, de integração da pesquisa com as ações práticas, da formação e qualificação dos atores.*

*As iniciativas assumidas pela SENASP no período de 2003 a 2006 coloca novos desafios e compromissos institucionais. O fortalecimento e a ampliação das iniciativas coordenadas pela atual equipe do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da SENASP é a certeza de que Direitos Humanos na atual gestão federal tem se concretizado em responsabilidade do Estado.*

*Se as violações aos direitos humanos continuam nos desafiando cotidianamente ao governo e a sociedade, a SENASP age positivamente construindo ações preventivas e estruturantes de médio e longo prazo promovendo uma cultura de direitos humanos”.*

Maria de Nazaré Tavares Zenaide

Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos – Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

#### **Décima Quarta Avaliação: Iracema Silva Jesus**

*“No ano de 2003, destacamos a atuação da SENASP, através da Coordenação de Estatística, na construção do SINESP JC, com estudo cuidadoso e bem elaborado dos diversos modelos de coleta de dados estatísticos existentes nas Polícias Cíveis do Brasil, o que gerava distorções nas avaliações comparativas da*

*criminalidade entre os Estados e Regiões da Federação, dificultando a elaboração de diagnósticos precisos e elaboração de um perfil regional e nacional.*

*O trabalho de estudo, pesquisas e workshop's produziram um resultado que modificou a estrutura do Centro de Estatística e Documentação Policial – CE-DEP, por nós dirigido à época, alterando todo o sistema de coleta de dados estatísticos, informações de atividades de polícia, análise criminal e produção de conhecimentos na Polícia Civil da Bahia, na medida em que deu novo tratamento e nova leitura aos fatos delituosos, ajustando-os a um padrão nacional.*

*A implantação do SINESP JC se deu no ano de 2004, inicialmente na Capital e Região Metropolitana, alcançando todas as Delegacias e Postos Policiais Especiais de Polícia, seguida de viagens por todo o interior do Estado da Bahia, de forma a atingir todas as Unidades Policiais distribuídas nas 24 Coordenadorias Regionais de Polícia, uniformizando a linguagem, padronizando procedimentos e possibilitando uma visão real da dinâmica criminal no Estado.*

*Ao lado deste trabalho, destacamos todo o acompanhamento e suporte técnico-operacional prestado pela equipe da SENASP na efetiva implantação do sistema, consolidando-o, o que nos coloca, hoje, com um índice de cobertura na ordem de 98%, o que demonstra uma total compreensão da forma e da importância do conteúdo do SINESP JC na construção de diagnósticos e novas propostas para o enfrentamento da criminalidade.*

*Em 2005 e 2006, já na Direção do Departamento de Polícia Metropolitana – DEPOM, responsável pelo controle administrativo e operacional em 17 Delegacias de Polícia e 06 Postos Especiais de Polícia em Salvador, e 11 Delegacias de Polícia na Região Metropolitana, evidenciamos a importância da ferramenta implantada pela SENASP, que possibilitou a identificação de pontos críticos, com acompanhamento da itinerância própria da criminalidade e adoção de estratégias operacionais específicas com o emprego inteligente dos nossos recursos, na perseguição de resultados eficientes e eficazes.*

*Por fim, é de se reconhecer que o conhecimento e o reconhecimento dos problemas da criminalidade nacional e a descoberta das potencialidades e possibilidades do nosso corpo policial, constitui-se em efetivo avanço na elaboração de políticas públicas de segurança, ajustadas à nossa realidade.*

*Parabéns à equipe da SENASP pela visão de resultados”.*

Iracema Silva Jesus  
Delegada de Polícia Civil \ Bahia



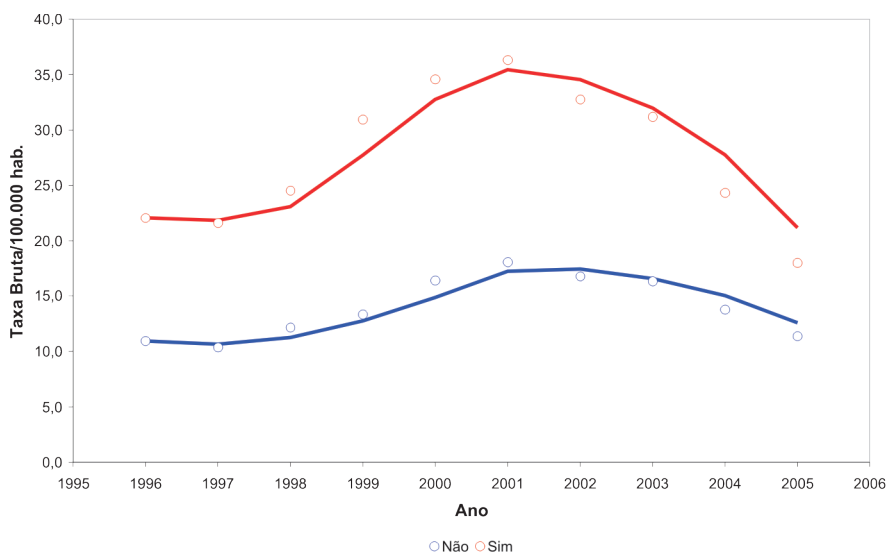
## 6.5. Resultados Alcançados nas Ações de Prevenção em Municípios

Esta avaliação de resultados foi elaborada pelo Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, e envolveu uma identificação das causas da redução de mortes por homicídio no Brasil. Nesta avaliação, elaborou-se uma análise do impacto dos investimentos realizados pela SENASP nos municípios em atividades de prevenção e a criação, por parte dos próprios municípios, de estruturas dedicadas a questão da segurança pública, como as secretarias municipais, guardas municipais e conselho municipal de segurança pública. As informações sobre mortes por homicídio no Brasil foram retiradas do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. As informações sobre investimentos da SENASP e sobre a estrutura municipal de segurança foram fornecidas pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública (SINESP).

Fora as características locais que afetaram a queda da incidência de homicídios em cada região de forma específica, identificou-se alguns fatores mais amplos que determinaram essa redução. Primeiro fator apontado pelas análises foi o impacto da criação do estatuto do desarmamento e das ações de recolhimento de armas nos óbitos por arma de fogo. A maior parte dos estados que teve alto recolhimento de armas são justamente os estados que estavam em uma situação relativamente pior em termos de incidência de homicídios e tiveram as maiores reduções no risco de mortalidade por homicídio. A análise identificou também uma queda mais acentuada do risco de homicídios nos municípios que receberam recursos financeiros da SENASP<sup>6</sup>. Por fim, observou-se uma tendência mais acentuada de redução nas taxas de homicídio nos municípios que possuem estrutura para atuar na área de segurança pública, envolvendo a criação de guardas municipais, secretarias municipais e conselhos municipais de segurança pública. Cabe destacar que estes dois fatores - investimento de recursos pela SENASP e criação de uma estrutura municipal para lidar com a questão da segurança pública – devem ser vistos como resultando de um mesmo fator: o engajamento dos municípios no enfrentamento do problema da segurança pública. A própria SENASP, não apenas repassa recursos para municípios, mas também difunde a importância dos municípios terem uma estrutura para lidar com a questão. Um dos princípios do Sistema Único de Segurança Pública é estabelecer para os municípios um papel na área de segurança pública complementar às ações de responsabilidade da polícia, voltando principalmente para a execução de ações de prevenção à violência e criminalidade.

<sup>6</sup> Estes municípios foram Americana, Amparo, Araraquara, Araras, Arthur Nogueira, Bebedouro, Botucatu, Cabreúva, Campinas, Campo Limpo Paulista, Catanduva, Diadema, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franca, Franco da Rocha, Guaíra, Guarujá, Guarulhos, Hortolândia, Ibiúna, Ilha Solteira, Indaiatuba, Itararé, Itu, Itupeva, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Maringá, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Paraguaçu Paulista, Piracicaba, Pitangueiras, Porto Feliz, Potirendaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santana de Parnaíba, Santo André, Santo Antônio de Posse, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo, São Pedro, São Roque, São Sebastião, São Vicente, Serrana, Sertãozinho, Sorocaba, Sumaré, Suzano, Vargem Grande Paulista e Várzea Paulista.

**Taxas brutas de mortalidade/100.000 hab. por armas de fogo nos municípios de São Paulo segundo repasse de recursos financeiros pela SENASP (1996 a 2005)**



Fonte: SIM - SVS/MS e SENASP-MJ

Esses resultados, quando articulados de forma sistêmica, exprimem empiricamente um dos princípios fundamentais do SUSP. O esforço para controlar a violência e criminalidade tem de envolver necessariamente, as instituições de segurança pública da União, dos Estados e dos municípios, além de organizações de diferentes áreas que ultrapassam a segurança pública. Apenas a articulação das ações de todos estes atores públicos pode trazer reais melhoras para a segurança pública do Brasil.

7

Conclusão

Construindo um  
Futuro Melhor



A constatação de que a incidência de homicídios no Brasil alcançou um padrão de redução nos últimos quatro anos<sup>7</sup>, após décadas de crescimento contínuo, é um indicador importante da eficácia das ações da SENASP. No entanto, sob pena de simplificação, não poderíamos creditar a apenas uma instituição a responsabilidade por essa queda. Está reconhecido como princípio do Sistema Único de Segurança Pública que o investimento consistente e capaz de mudar a situação da segurança pública tem de envolver, necessariamente, as instituições de segurança pública da União, dos Estados e dos municípios, além de organizações de diferentes áreas que ultrapassam a segurança pública. Assim, assistimos atualmente no Brasil a uma ampliação dos atores responsáveis por desenvolver ações que tenham impacto sobre a segurança pública, tais como as áreas de saúde, educação, trabalho etc. No entanto, devemos atribuir à SENASP a responsabilidade por ter enfatizado e divulgado, nos últimos anos, a importância do processo de ampliação da responsabilização como princípio estrutural do SUSP.

Desde a criação da República, a história do sistema policial brasileiro vem sendo marcada pela oscilação entre autonomia estadual e controle federal das polícias. Durante os períodos autoritários, as polícias estaduais foram submetidas ao controle federal. Em tais circunstâncias não se pode falar em cooperação, mas em submissão das polícias estaduais às diretrizes dos governos federais. Nos períodos republicanos, os Estados gozaram de grande autonomia para organizar e controlar suas polícias. Porém, foram raros os casos de cooperação intra-governamental na área de segurança pública. Pode-se concluir que, tanto nos períodos de autonomia estadual, quanto nos períodos de controle federal, não ocorreram iniciativas concretas de implantação de uma política nacional de segurança pública.

A partir de 2003, o Governo Federal inaugura uma nova fase na história da segurança pública brasileira. Nesse período, a SENASP se consolidou ao assumir um papel central como idealizador, planejador e executor da política de implantação do SUSP. Mais do que um simples órgão de repasse de recursos, a SENASP se institucionalizou como agente central promotor da reforma das polícias no Brasil, dando direção a esse processo. Fundamentada nos princípios da gestão federalista, respeitando as diferenças existentes e promovendo a integração entre as Unidades da Federação, a SENASP elaborou uma série de ações estruturantes do SUSP.

Atuando em um contexto de consolidação do sistema democrático brasileiro, a SENASP não possui apenas a função de executar ações direcionadas para melhoria da situação de segurança pública no Brasil. É responsável também por promover a estabilidade democrática em seu campo de atuação. Nesse contexto, a SENASP pode ser vista como um órgão que executa a articulação e a mediação das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais que incorporam

---

<sup>7</sup> Conforme atestam os dados das ocorrências criminais registradas pela Polícia Civil (2002 e 2005) e os dados dos atestados de óbito registrados no Sistema de Informações de Mortalidade/SVS (2003 a 2005).

especificidades quanto à identificação de problemas e soluções sobre a área de segurança pública no país. Por essa razão, optamos por uma gestão pautada na ação técnica e operacional distanciando-nos e protegendo-nos dos interesses políticos imediatistas que privilegiavam uma visão parcial da questão. Ao invés de realizar investimentos que nos levassem a adquirir “mais do mesmo” e que nos levaram ao estado de coisas que vivemos na segurança pública atualmente, desenvolvemos ações estruturantes da reforma das polícias no Brasil.

A SENASP iniciou um novo estilo de ação, organizado de acordo com os processos básicos de um sistema de gestão: diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento. Até então, não houve tanto investimento na realização de pesquisas visando dar mais consistência ao planejamento e à execução de suas ações, assim como não havia tanta divulgação das estatísticas sobre a situação da segurança pública brasileira. Nunca se desenvolveram tantas formas de avaliação e monitoramento de suas ações e nem se aprofundou tanto na capacitação de seus profissionais nos temas relacionados à gestão de processos e resultados.

Assim, destacam-se: a criação de um novo sistema de distribuição de recursos do FNSP pautado em indicadores estatísticos da necessidade concreta dos Estados e municípios; a modernização dos índices de avaliação de desempenho da SENASP baseados na mensuração da implantação do SUSP – e não na ingênua e política avaliação da queda das taxas de ocorrências registradas pelas polícias – e também uma mudança de foco das ações desenvolvidas pela SENASP para os municípios de porte médio, que se evidenciam atualmente como os mais violentos do país.

A preocupação com a execução operacional das ações não representou, no entanto, um abandono do papel político da SENASP. A perspectiva da integração como um dos pilares da consolidação do SUSP fez com que a mesma se empenhasse duramente para a articulação de todos os órgãos de segurança pública do Brasil em diversas frentes de trabalho.

Destacam-se, nesse contexto, a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada nas 27 Unidades da Federação, a implantação da Força Nacional de Segurança Pública e a criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal. Também merecem destaque: a estruturação do Sistema Nacional de Inteligência, a implantação nacional da Matriz Curricular de Ensino Policial, a criação da Rede Nacional de Ensino à Distância em Segurança Pública, a padronização das ações e procedimentos dos Corpos de Bombeiros de todo o país, a elaboração da política nacional de Modernização das Polícias Civas, a criação do Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e a política de incentivo da criação dos Consórcios Metropolitanos de Prevenção à Violência e Criminalidade. Mais do que a integração e a articulação, essas ações iniciaram um processo de padronização de técnicas e procedimentos jamais visto no país e que constitui o alicerce para se efetuar uma interação consistente de diferentes organizações de segurança pública.

A partir da criação de uma coordenação que fiscaliza a execução dos convênios, bem como do desenvolvimento de uma cultura organizacional que prioriza o seu monitoramento, a SENASP verificou que, em muitas situações, existia uma dificuldade enorme para os Estados efetuarem a execução dos convênios. O resultado disso é que muitos deles eram encerrados sem a execução completa das atividades com a conseqüente devolução dos recursos solicitados. Isso nos fez refletir que, em alguns casos, mais importante do que a quantidade de recursos repassados, era o acompanhamento e assessoria na execução dos convênios. Por isso, a SENASP iniciou também nesse particular uma nova etapa em sua atuação, dedicando-se às atividades de assessoria aos Estados e municípios na elaboração dos projetos para convênio e na execução das ações previstas.

Promover uma reforma das polícias não é uma ação tão simples de ser executada, pois não envolve apenas ações de modernização tecnológica, treinamento de policiais e reaparelhamento das organizações de segurança pública. Essa reforma pressupõe a realização de uma mudança na cultura das Polícias em todo o Brasil. Esse processo é lento e complexo. Envolve uma mudança de paradigma na área de segurança pública. Porém, mesmo nesse sentido, já temos sinais que nos permitem identificar que a mudança vem ocorrendo. Hoje, muitas organizações de segurança pública no país já elaboram suas ações tendo como pano de fundo a análise dos resultados alcançados. Um dos temas de maior freqüência de curso de capacitação dos policiais no Brasil é o dos Direitos Humanos. Dessa forma, identificamos que as forças policiais começam a entender que a segurança pública não é apenas 'assunto de polícia'. Pela primeira vez, tivemos uma apreciação das Nações Unidas quanto ao processo de formação de Direitos Humanos empreendido na área de segurança pública no Brasil.

Graças às condições de trabalho oferecidas pelo Governo Federal, a SENASP conseguiu realizar 51 ações durante quatro anos. Uma análise cuidadosa dessas ações – a partir de uma visão que privilegia uma política nacional de segurança pública voltada para a construção da paz, para a transformação dos policiais em educadores da cidadania e promotores de Direitos Humanos e para a estruturação dos trabalhos executados segundo pressupostos científicos de ação – nos leva a concluir que o Governo contribui consistentemente para a construção de uma nova fase na história da segurança pública. Tudo isso permitirá ao povo brasileiro acreditar em um futuro melhor para o país.

Hoje, nossos policiais trabalham em um ambiente no qual a informação está presente de forma mais imediata e qualificada, garantindo, por exemplo, que pessoas com ficha criminal em qualquer lugar do país sejam mais facilmente detidas pelas polícias ou que os veículos sejam monitorados de forma contínua ao passarem pelas nossas fronteiras. Os gestores das diversas organizações de segurança pública realizam atualmente suas atividades de forma mais integrada, utilizando as técnicas de gestão de políticas públicas, produzindo diagnósticos, planejamentos e monitoramento dos resultados alcançados.

As organizações de segurança pública nunca receberam tanto subsídio

proveniente da comunidade acadêmica, especificando com detalhes quais são os meios e metas que devem ser promovidos para melhorar a segurança pública no país. Nossos policiais estão mais capacitados para atuar de acordo com as modernas técnicas da atuação profissional, respeitando os princípios dos Direitos Humanos e com uma consciência crítica que lhes ensina a valorizar e respeitar a vida.

O respeito aos grupos vulneráveis e a promoção de uma polícia aberta para a comunidade é uma das marcas desse processo de reforma das polícias promovido pelo Governo Federal. Nunca se observou uma valorização tão grande das atividades de prevenção entre as organizações de segurança pública no Brasil e, ao mesmo tempo, uma mudança no sentido de perceber que as ações de prevenção pressupõem uma ampliação da responsabilização sobre essa área, incluindo outros órgãos públicos – saúde, educação, trabalho etc. Por fim, cabe destacar a importância das mudanças trazidas pela modernização constante dos equipamentos de trabalho das organizações de segurança pública, não apenas das viaturas e armas, mas de equipamentos de informática, de comunicação e de perícia, permitindo alcançar resultados melhores em atividades de policiamento ostensivo, investigativo e técnico.

Aproveitando os resultados alcançados nos primeiros três anos de atividade e em função dos diagnósticos cada vez mais detalhados em relação à situação da segurança pública do Brasil, a SENASP centrou suas ações, em 2006, na preparação da segurança para os Jogos Pan-Americanos em 2007 – em função do reconhecimento da importância das ações da Força Nacional – e na implantação de um conjunto de ações centradas nos 100 municípios com pior situação da segurança pública no país. Essas duas ações envolveram praticamente todos os eixos estratégicos de ação da SENASP, direcionando-se, principalmente, para a execução de ações de prevenção, para a abertura da polícia para a comunidade, para a modernização dos recursos de trabalho das polícias e para a capacitação intensa dos policiais, centrada nas áreas de Direitos Humanos e gestão.



# Anexo

Ações da  
Secretaria Nacional de  
Segurança Pública em cada  
Unidade da Federação  
(2003/2006)



# ESTADO DO ACRE

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 17.554.667,67;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 10.821.325,64;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 349.657,60;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 6.383.684,43.

## ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	0	2	0	2
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	0	0
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	2	3	6	0	11
Outros Equipamentos	14	0	0	0	14
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>27</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revolver	0	0	0	0	0
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	10	0	10
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>10</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	0	0	0
Colete a Prova de Balas	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	20	21	0	0	41
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>41</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	3	0	3
Armamento Não Letal	0	0	0	0	0
Equipamentos de Comunicação	42	0	6	0	48
Equipamentos de Informática	133	70	98	0	301
Equipamentos Eletrônicos	132	106	63	0	301
Mobiliário	136	58	1517	0	1711

## Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;

- Recepção de 2 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 3 viaturas, 8 equipamentos de proteção respiratória, 18 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc) e 3 equipamentos de mergulho;
- Aquisição de 1 viatura para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Rio Branco);
- Aquisição de 112 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Capacitação de 35 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP.

#### Prevenção à Violência e Criminalidade:

- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 1 município (Rio Branco);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 7.820 pessoas.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento “on line” do trânsito de veículos na fronteira do país (Epitaciolândia/AC);
- Capacitação de policiais cíveis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;

- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 263 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

## ESTADO DE ALAGOAS

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 14.786.845,90;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 9.117.539,42;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 762.102,00;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 4.907.204,48.

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	29	0	0	29
Furgões / Caminhonetes	0	1	0	0	1
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>31</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	1	0	0	0	1
Pistola e revólver	599	0	0	0	599
Metralhadora	20	0	0	0	20
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	90	0	90
<b>Total</b>	<b>620</b>	<b>0</b>	<b>90</b>	<b>0</b>	<b>710</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	0	0	0
Colete a Prova de Balas	54	23	284	0	361
Outros Equipamentos	3118	10	154	0	3282
<b>Total</b>	<b>3172</b>	<b>33</b>	<b>438</b>	<b>0</b>	<b>3643</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	1	1
Armamento Não Letal	6393	0	0	6410	12803
Equipamentos de Comunicação	0	23	10	0	33
Equipamentos de Informática	0	19	37	0	56
Equipamentos Eletrônicos	382	56	22	0	460
Mobiliário	0	44	90	0	134

### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 3 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 5 viaturas, 8 equipamentos de proteção respiratória, 34 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 45 equipamentos de mergulho e 3 desencarcerador;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Maceió e Arapiraca);
- Aquisição de 96 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 3385 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 1 município (Maceió).

### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 226 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 3 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 10 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DO AMAPÁ

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 22.445.093,65;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 16.708.012,76;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 593.763,25;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 5.143.317,64.

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	57	40	0	30	127
Furgões / Caminhonetes	1	0	0	0	1
Viaturas de Transporte de Presos	3	0	0	0	3
Motocicletas	2	0	0	0	2
Outros Equipamentos	1	2	0	0	3
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>42</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>136</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	3	0	0	0	3
Pistola e revolver	0	0	118	0	118
Metralhadora	0	0	4	0	4
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	36	0	100	0	136
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>0</b>	<b>222</b>	<b>0</b>	<b>261</b>
Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	3	0	20	0	23
Colete a Prova de Balas	154	0	140	0	294

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Outros Equipamentos	203	0	79	0	282
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>0</b>	<b>239</b>	<b>0</b>	<b>599</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	0	0	710	0	710
Equipamentos de Comunicação	95	27	12	0	134
Equipamentos de Informática	177	85	148	0	410
Equipamentos Eletrônicos	181	23	68	0	272
Mobiliário	757	91	1086	0	1934

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 1 kit com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 14 viaturas, 5 equipamentos de proteção respiratória, 35 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 30 equipamentos de mergulho, 3 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 8 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Santana e Macapá);
- Aquisição de 63 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

##### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação.



#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 1 município (Macapá).

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 274 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 2 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 5 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DO AMAZONAS

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 21.510.617,31;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 14.415.604,91;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 467.000,00;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 6.628.012,40.

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	0	0	0	0
Furgões / Caminhonetes	0	0	4	0	4
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	402	0	402
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>406</b>	<b>0</b>	<b>406</b>
Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	0	850	0	0	850
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	70	0	0	70
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>920</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>920</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	200	0	200
Colete a Prova de Balas	0	30	390	0	420
Outros Equipamentos	0	710	300	0	1010
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>740</b>	<b>890</b>	<b>0</b>	<b>1630</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	14	0	14
Armamento Não Letal	0	360	0	0	360
Equipamentos de Comunicação	2	8	50	0	60
Equipamentos de Informática	0	53	100	110	263
Equipamentos Eletrônicos	16	78	12	4	110
Mobiliário	237	170	0	8	415

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 4 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 4 viaturas, 10 equipamentos de proteção respiratória, 49 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc) e 4 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Manaus e Tefé);
- Aquisição de 108 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

##### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 288 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em

parceria com a Cruz Vermelha;

- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Convênio com a Universidade Nilton Lins na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 1 município (Manaus);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 18.832 pessoas e 200 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 334 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

## ESTADO DA BAHIA

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 35.660.942,12;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 24.739.849,55;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 582.046,45;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 10.339.046,12.

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	69	0	3	0	72
Furgões / Caminhonetes	2	0	0	0	2
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	2	0	0	2
Outros Equipamentos	2	5	0	34	41
Total	73	7	3	34	117

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	6	0	0	0	6
Pistola e revólver	242	398	0	0	640
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	20	0	0	0	20
Outros Equipamentos	100	165	0	0	265
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>563</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>931</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	5	0	0	20	25
Colete a Prova de Balas	32	0	0	20	52
Outros Equipamentos	180	359	0	134	673
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>359</b>	<b>0</b>	<b>174</b>	<b>750</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	5	3	8
Armamento Não Letal	0	0	0	20	20
Equipamentos de Comunicação	336	21	0	37	394
Equipamentos de Informática	316	488	186	262	1252
Equipamentos Eletrônicos	182	75	77	50	384
Mobiliário	1065	497	650	121	2333

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 3 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 7 viaturas, 64 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 95 equipamentos de mergulho e 2 desencarcerador;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Salvador e Feira de Santana);
- Aquisição de 193 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;

- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Financiamento do Curso de Especialização em Segurança Pública realizado pela UFBA, especializando 60 policiais;
- Capacitação de profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública pela Escola de Protagonismo Policial;
- Capacitação de 32.043 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Convênio com a Universidade Federal da Bahia na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 2 municípios (Juazeiro e Itapetinga);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 1.530 pessoas e 224 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 296 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 5 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 44 supervisores de segurança portuária.

# ESTADO DO CEARÁ

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 22.813.710,23;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 16.358.638,34;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 807.489,11;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 5.647.582,78.

## ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	194	0	4	0	198
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	0	0
Viaturas de Transporte de Presos	4	0	0	0	4
Motocicletas	0	0	6	0	6
Outros Equipamentos	9	0	0	0	9
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>217</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	15	0	0	0	15
Pistola e revolver	0	834	500	0	1334
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	17	10	0	0	27
Outros Equipamentos	79	133	1700	0	1912
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>977</b>	<b>2200</b>	<b>0</b>	<b>3288</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	11	0	257	80	348
Colete a Prova de Balas	141	0	198	0	339
Outros Equipamentos	250	914	12	60	1236
<b>Total</b>	<b>402</b>	<b>914</b>	<b>467</b>	<b>140</b>	<b>1923</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	1	0	2	0	3
Armamento Não Letal	290	40	0	80	410
Equipamentos de Comunicação	608	289	113	0	1010
Equipamentos de Informática	434	490	11	7	942
Equipamentos Eletrônicos	101	69	29	8	207
Mobiliário	449	107	0	0	556

## Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;

- Recepção de 5 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 10 viaturas, 10 equipamentos de proteção respiratória, 60 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 28 equipamentos de mergulho, 4 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 11 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Fortaleza e Crato);
- Aquisição de 87 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 2 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 1.410 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Convênio com a Universidade Federal do Ceará na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 3 municípios (Fortaleza, Caucaia e Maracanaú);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 94.139 pessoas e 1.242 guardas municipais.

### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 303 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 2 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 6 supervisores de segurança portuária.

## DISTRITO FEDERAL

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 18.782.298,27;

- Recursos Repassados por Meio de Convênio: R\$ 12.917.895,84;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 5.864.402,43.

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	73	0	0	0	73
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	0	0
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	4	0	0	0	4
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>77</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	100	117	0	0	217
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	13	0	0	0	13
Outros Equipamentos	5	2170	0	0	2175
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>2287</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2405</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	1	0	0	0	1
Colete a Prova de Balas	50	0	0	0	50
Outros Equipamentos	33	0	0	22	55
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>106</b>



	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	1	0	1
Armamento Não Letal	0	0	0	0	0
Equipamentos de Comunicação	38	1	5	0	44
Equipamentos de Informática	82	29	62	2	175
Equipamentos Eletrônicos	77	29	74	2	182
Mobiliário	3	64	68	1	136

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 6 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 5 viaturas, 1075 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc) e 24 equipamentos de mergulho;
- Aquisição de 1 viatura para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Brasília);
- Aquisição de 70 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 4 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

##### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 2.939 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;

- Convênio com a Universidade de Brasília na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 profissionais de segurança pública sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Aquisição de equipamentos para ação de prevenção à violência e criminalidade na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 420 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado.

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 34.123.358,15;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 15.807.483,57;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 927.360,09;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 17.388.514,49.

***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	0	2	2	4
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	0	0
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	4	0	0	4
Outros Equipamentos	0	4	11	0	15
<b>Total</b>	0	8	13	2	23

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	4	0	0	0	4
Pistola e revolver	1749	0	0	0	1749
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	70	0	0	0	70
<b>Total</b>	<b>1823</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1823</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	3	0	0	3
Colete a Prova de Balas	97	0	0	0	97
Outros Equipamentos	1845	0	68	0	1913
<b>Total</b>	<b>1942</b>	<b>3</b>	<b>68</b>	<b>0</b>	<b>2013</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	200	0	6	0	206
Equipamentos de Comunicação	138	181	47	7	373
Equipamentos de Informática	125	16	606	2211	2958
Equipamentos Eletrônicos	365	66	329	146	906
Mobiliário	140	0	387	336	863

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 5 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 8 viaturas, 3 equipamentos de proteção respiratória, 100 equipamentos de mergulho e 1 desencarcerador;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Vitória e Vila Velha);
- Aquisição de 75 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos

existentes;

- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 70 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Capacitação de 57 profissionais na Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública / ESCOPOL;
- Convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 5 municípios (Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica, Serra, Viana e Vitória);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 55.172 pessoas e 500 guardas municipais;
- Assinatura de convênio com o Consórcio Intermunicipal da Região Metropolitana de Vitória.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 292 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado;
- Certificação de 10 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 24 supervisores de segurança portuária.

# ESTADO DE GOIÁS

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 29.659.631,67;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 21.080.179,03;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 1.205.985,01;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 7.373.467,63.

## ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	267	0	4	0	271
Furgões / Caminhonetes	1	0	1	0	2
Viaturas de Transporte de Presos	0	4	0	0	4
Motocicletas	0	2	3	0	5
Outros Equipamentos	7385	4	0	1	7390
<b>Total</b>	<b>7653</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>7672</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	70	0	70
Pistola e revólver	0	250	200	551	1001
Metralhadora	0	0	50	0	50
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	22	213	0	235
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>272</b>	<b>533</b>	<b>551</b>	<b>1356</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	2	0	250	0	252
Colete a Prova de Balas	88	26	10	0	124
Outros Equipamentos	409	283	455	0	1147
<b>Total</b>	<b>499</b>	<b>309</b>	<b>715</b>	<b>0</b>	<b>1523</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	1	0	0	0	1
Armamento Não Letal	0	0	0	495	495
Equipamentos de Comunicação	42	53	11	0	106
Equipamentos de Informática	34	191	159	65	449
Equipamentos Eletrônicos	135	51	29	47	262
Mobiliário	16	266	0	1	283

## Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão

do sinal de ensino à distância;

- Recepção de 4 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 9 viaturas, 4 equipamentos de mergulho (roupas, nadadeiras, mascaras, etc) e 74 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc);
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Goiânia e Aparecida de Goiânia);
- Aquisição de 99 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Prêmio do Concurso Nacional de Polícia Comunitária;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 2 municípios (Aparecida de Goiânia e Goiânia);
- Aquisição de equipamentos para ação de prevenção à violência e criminalidade na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal;
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 16.000 pessoas e 182 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 357 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

## ESTADO DO MARANHÃO

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 17.766.668,00;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 11.517.800,26;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 805.194,94;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 5.443.672,80.

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	44	18	0	36	98
Furgões / Caminhonetes	0	1	0	13	14
Viaturas de Transporte de Presos	0	3	0	0	3
Motocicletas	0	3	0	0	3
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>49</b>	<b>118</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	0	198	0	0	198
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	59	36	0	0	95
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>234</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>293</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	0	0	0
Colete a Prova de Balas	0	30	0	0	30
Outros Equipamentos	352	512	0	0	864
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>542</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>894</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	1	1
Armamento Não Letal	0	0	0	0	0
Equipamentos de Comunicação	0	379	0	0	379
Equipamentos de Informática	0	87	0	10	97
Equipamentos Eletrônicos	0	108	0	25	133
Mobiliário	0	0	0	10	10

### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 1 kit com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 9 viaturas, 37 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 39 equipamentos de mergulho, 5 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 6 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (São Luiz e Caxias);
- Aquisição de 75 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 1 projeto de pesquisa vencedor do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 12.760 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 2 municípios (São



Luiz e São José do Ribamar);

- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 350 pessoas e 81 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 323 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 7 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 28 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DO MATO GROSSO

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 20.973.401,12;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 14.972.755,16;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 300.661,38;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 5.699.984,58.

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	0	0	2	2
Furgões / Caminhonetes	2	0	0	9	11
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	6	0	10	8	24
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>37</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	4	0	0	0	4
Pistola e revolver	0	0	0	467	467
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>467</b>	<b>471</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	45	0	45
Colete a Prova de Balas	16	0	45	0	61
Outros Equipamentos	17	0	94	0	111
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>184</b>	<b>0</b>	<b>217</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	1	0	1	2
Armamento Não Letal	0	7	45	0	52
Equipamentos de Comunicação	3	101	10	0	114
Equipamentos de Informática	17	252	80	124	473
Equipamentos Eletrônicos	49	71	31	0	151
Mobiliário	2	353	40	124	519

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 2 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 15 viaturas, 339 equipamentos de mergulho e 2 desencarceradores;
- Aquisição de 1 viatura para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Barra do Garças);
- Aquisição de 97 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

##### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 395 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;

- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Convênio com a Universidade Federal do Mato Grosso na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 1 município (Cuiabá);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 579 pessoas e 340 guardas municipais.

Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência:

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento “on line” do transito de veículos na fronteira do país (Novo Mundo/MT);
- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 314 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

## ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 21.084.894,86;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 15.539.820,46;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 423.359,00;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 5.121.715,40;

***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	0	2	0	2
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	0	0
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	0	4	0	4
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>6</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	0	0	0	0	0
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	0	0	0
Colete a Prova de Balas	0	0	30	0	30
Outros Equipamentos	0	0	37	1170	1207
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>67</b>	<b>1170</b>	<b>1237</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	0	0	0	0	0
Equipamentos de Comunicação	0	0	10	0	10
Equipamentos de Informática	0	0	143	0	143
Equipamentos Eletrônicos	0	0	2039	0	2039
Mobiliário	0	0	18	0	18

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 1 kit com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 7 viaturas, 32 equipamentos de proteção respiratória, 185 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 34 equipamentos de mergulho, 15 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 6 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Campo Grande e Aquidauana);
- Aquisição de 48 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bom-

beiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;

- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 510 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 2 municípios (Corumbá e Dourados);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 472 pessoas e 238 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento “on line” do trânsito de veículos na fronteira do país (Novo Mundo/MS);
- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 312 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 65.618.836,26;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 48.660.715,09;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 4.053.136,63;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 12.904.984,54.

### **Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:**

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	178	36	6	0	220
Furgões / Caminhonetes	0	2	0	0	2
Viaturas de Transporte de Presos	6	4	0	0	10
Motocicletas	0	6	3	0	9
Outros Equipamentos	35	17	25	0	77
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>65</b>	<b>34</b>	<b>0</b>	<b>318</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	0	1332	519	0	1851
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	12	0	0	12
Outros Equipamentos	78	120	72	0	270
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>1464</b>	<b>591</b>	<b>0</b>	<b>2133</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	2	0	667	0	669
Colete a Prova de Balas	121	134	241	770	1266
Outros Equipamentos	2639	3202	1284	0	7125
<b>Total</b>	<b>2762</b>	<b>3336</b>	<b>2192</b>	<b>770</b>	<b>9060</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	2	0	2
Armamento Não Letal	0	90	0	0	90
Equipamentos de Comunicação	1185	1494	107	74	2860
Equipamentos de Informática	1684	166	178	1309	3337
Equipamentos Eletrônicos	1629	216	228	309	2382
Mobiliário	1718	1065	142	75	3000

### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 3 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 3 viaturas, 11 equipamentos de proteção respiratória, 289 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 89 equipamentos de mergulho e 5 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Belo Horizonte e Patos de Minas);
- Aquisição de 220 viaturas para as polícias.

## **Ações Executadas pela SENASP**

### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 9 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 5.875 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Convênio com a Fundação Dom Helder Câmara, Universidade Estadual de Montes Claros e Universidade Federal de Minas Gerais na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 14 municípios (Belo Horizonte, Betim, Conselheiro Lafaiete, Governador Valadares, Itabirito, Montes Claros, Nova Lima, Pirapora, Poços de Caldas, Sabará, São João Del Rei, Uberaba, Uberlândia e Varginha);
- Aquisição de equipamentos para ação de prevenção à violência e criminalidade na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal;
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 361.055 pessoas e 566 guardas municipais.

### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense;

### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 270 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

## ESTADO DO PARÁ

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 30.738.451,75;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 23.280.110,53;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 1.211.972,29;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 6.246.368,93;

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	0	2	1	3
Furgões / Caminhonetes	0	3	0	1	4
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	2	6	0	8
Outros Equipamentos	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>16</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revolver	0	0	0	0	0
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	2	0	0	2
Colete a Prova de Balas	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	10	8	0	18
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>20</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	0	0	0	0	0
Equipamentos de Comunicação	0	262	47	41	350
Equipamentos de Informática	0	97	1347	7	1451
Equipamentos Eletrônicos	0	6	98	9	113
Mobiliário	0	22	389	37	448



### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 2 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 9 viaturas, 5 equipamentos de proteção respiratória, 193 equipamentos de mergulho, 54 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc) e 2 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Belém e Tucuruí);
- Aquisição de 86 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 1 projeto de pesquisa vencedor do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Convênio com a Universidade Federal do Pará na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 profissionais de segurança pública sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 3 municípios (Al-

tamira, Belém e Paragominas);

- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 600 pessoas e 200 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 331 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 10 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 49 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DA PARAÍBA

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 17.066.897,14;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 11.067.856,22;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 305.556,75;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 5.693.484,17.

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	0	0	48	48
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	0	0
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>48</b>	<b>48</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	0	100	125	0	225
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	6	0	6
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>131</b>	<b>0</b>	<b>231</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	0	0	0
Colete a Prova de Balas	0	171	340	0	511
Outros Equipamentos	0	100	150	0	250
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>271</b>	<b>490</b>	<b>0</b>	<b>761</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	0	30	3	0	33
Equipamentos de Comunicação	0	0	0	25	25
Equipamentos de Informática	0	10	160	0	170
Equipamentos Eletrônicos	0	21	10	1	32
Mobiliário	0	0	64	0	64

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 2 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 7 viaturas, 20 equipamentos de proteção respiratória, 182 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 109 equipamentos de mergulho, 10 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 8 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Campina Grande e Guanabira);
- Aquisição de 127 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 1 projeto de pesquisa vencedor do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 186 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública pela Escola de Protagonismo Policial;
- Capacitação de 720 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 profissionais de segurança pública sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 2 municípios (Bayeux e João Pessoa);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 500 pessoas e 420 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 488 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado;
- Certificação de 1 Terminal Portuário, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 8 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DO PARANÁ

#### Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 28.144.085,72;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 16.954.408,25;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 3.958.870,88;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 7.230.806,59.

**Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:**

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	64	25	11	0	100
Furgões / Caminhonetes	0	1	0	0	1
Viaturas de Transporte de Presos	0	3	0	0	3
Motocicletas	0	6	2	0	8
Outros Equipamentos	179	4	0	49	232
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>39</b>	<b>13</b>	<b>49</b>	<b>344</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	242	242
Pistola e revolver	0	0	100	172	272
Metralhadora	0	0	0	28	28
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	208	1649	1857
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>308</b>	<b>2091</b>	<b>2399</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	40	0	40
Colete a Prova de Balas	0	52	425	1754	2231
Outros Equipamentos	0	321	138	271	730
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>373</b>	<b>603</b>	<b>2025</b>	<b>3001</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	1	0	1
Armamento Não Letal	0	220	4683	1290	6193
Equipamentos de Comunicação	135	265	21	433	854
Equipamentos de Informática	1	6152	427	666	7246
Equipamentos Eletrônicos	0	410	76	234	720
Mobiliário	0	128	75	14	217

**Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:**

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 3 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 65 equipamentos de proteção respiratória, 1904 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 4 equipamentos de mergulho e 8 desencarceradores;

- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Curitiba e Foz do Iguaçu);
- Aquisição de 210 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 309 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 2.265 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 7 municípios (Cascavel, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Mandirituba, Manguinhos e Paranaguá);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 9.650 pessoas e 2.502 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento “on line” do trânsito de veículos na fronteira do país (Foz do Iguaçu/PR e Barra Guará/PR);
- Capacitação de policiais cíveis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública

ca do Estado em Gestão em Segurança Pública;

- Capacitação de 59 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 20 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 52 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 40.761.708,02;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 28.328.899,00;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 3.962.607,54;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 8.470.201,48.

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	16	4	0	20
Furgões / Caminhonetes	0	6	0	16	22
Viaturas de Transporte de Presos	0	4	0	0	4
Motocicletas	2	6	4	25	37
Outros Equipamentos	1	1	7	0	9
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>33</b>	<b>15</b>	<b>41</b>	<b>92</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	0	7255	0	0	7255
Metralhadora	0	20	0	0	20
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	48790	32	0	48822
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>56065</b>	<b>32</b>	<b>0</b>	<b>56097</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	2	22	0	24
Colete a Prova de Balas	0	82	324	20	426
Outros Equipamentos	0	285	349	32	666
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>369</b>	<b>695</b>	<b>52</b>	<b>1116</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	1	0	0	0	1
Armamento Não Letal	0	0	1091	0	1091
Equipamentos de Comunicação	7	332	103	75	517
Equipamentos de Informática	451	511	205	225	1392
Equipamentos Eletrônicos	123	526	266	127	1042
Mobiliário	575	2892	385	89	3941

### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 5 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 4 viaturas, 84 equipamentos de mergulho e 1 desencarcerador;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Recife e Caruaru);
- Aquisição de 162 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 2 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 4.600 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Capacitação de 41 profissionais na Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública / ESCOPOL;
- Convênio com a Faculdade Integrada de Pernambuco na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;



- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Assinatura de convênio com o Consórcio Intermunicipal de Prevenção à Violência e Criminalidade da Região Metropolitana de Recife - 7 municípios (Cabo de Santo Agostinho, Iguaraçu, Olinda, Paudalho, Pesqueira, Petrolina e Recife);
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 7 municípios (Camaragibe, Escada, Guaranhuns, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Trindade);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 19.754 pessoas e 1.284 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 405 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 3 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 17 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DO PIAUÍ

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 19.836.744,09;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 15.178.489,97;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 4.658.254,12.

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	156	0	0	24	180
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	0	0
Viaturas de Transporte de Presos	0	11	0	0	11
Motocicletas	0	3	0	96	99
Outros Equipamentos	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>157</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>120</b>	<b>291</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revolver	0	0	0	0	0
Metralhadora	40	0	0	0	40
Fuzil	0	16	0	0	16
Outros Equipamentos	55	36	0	0	91
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>147</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	3	300	0	303
Colete a Prova de Balas	0	0	120	0	120
Outros Equipamentos	354	8	81	0	443
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>11</b>	<b>501</b>	<b>0</b>	<b>866</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	2	0	2
Armamento Não Letal	0	0	0	0	0
Equipamentos de Comunicação	19	50	90	1	160
Equipamentos de Informática	139	291	5	9	444
Equipamentos Eletrônicos	43	180	23	16	262
Mobiliário	24	0	0	8	32

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 2 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 4 viaturas, 2 equipamentos de proteção respiratória, 21 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 15 equipamentos de mergulho, 3 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 1 desencarcerador;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Teresina e Parnaíba);
- Aquisição de 88 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos

existentes;

- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 488 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Convênio com a Universidade Federal do Piauí na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 285 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 88.990.553,44;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 64.419.540,49;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 5.530.326,73;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 19.040.686,22.

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	18	38	7	2	65
Furgões / Caminhonetes	0	0	1	0	1

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas de Transporte de Presos	3	3	0	0	6
Motocicletas	2	0	14	4	20
Outros Equipamentos	271	3	202	7	483
<b>Total</b>	<b>294</b>	<b>44</b>	<b>224</b>	<b>13</b>	<b>575</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	50	0	50
Pistola e revólver	0	0	0	0	0
Metralhadora	0	0	20	0	20
Fuzil	0	0	35	0	35
Outros Equipamentos	0	0	23	0	23
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>128</b>	<b>0</b>	<b>128</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	0	0	0
Colete a Prova de Balas	0	25	40	0	65
Outros Equipamentos	2713	3	1784	59	4559
<b>Total</b>	<b>2713</b>	<b>28</b>	<b>1824</b>	<b>59</b>	<b>4624</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	1	0	2	3
Armamento Não Letal	105	0	32	80	217
Equipamentos de Comunicação	26	172	100	61	359
Equipamentos de Informática	87	662	85	25	859
Equipamentos Eletrônicos	106	110	164	17	397
Mobiliário	76	933	149	110	1268

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 3 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 8 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 3 viaturas, 3 equipamentos de proteção respiratória, 32 equipamentos de mergulho e 11 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Rio de Janeiro e São Gonçalo);
- Aquisição de 323 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça

Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;

- Recursos financeiros para a realização de 17 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 12.808 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Capacitação de 36 profissionais na Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública / ESCOPOL;
- Convênio com a Universidade Estácio de Sá e Universidade Federal Fluminense na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 13 municípios (Barra Mansa, Belford Roxo, Duque de Caxias, Maricá, Mesquita, Niterói, Paracambi, Quatis, Rezende, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Pedro da Aldeia e Teresópolis);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 255.217 pessoas e 4.377 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais cíveis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de policiais cíveis e militares na utilização de cães farejadores de drogas e explosivos;

- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 216 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado;
- Certificação de 13 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 54 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 31.453.659,20;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 27.659.877,82;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 660.920,90;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 3.132.860,48.

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	0	0	0	0	0
Furgões / Caminhonetes	0	3	0	0	3
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	3	0	0	3
Outros Equipamentos	164	0	0	3	167
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>173</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	0	0	0	0	0
Metralhadora	0	20	0	0	20
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	50760	0	0	50760
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>50780</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50780</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	3	0	0	3
Colete a Prova de Balas	0	0	0	10	10
Outros Equipamentos	0	10	0	68	78
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>78</b>	<b>91</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	0	0	0	0	0

	2003	2004	2005	2006	Total
Equipamentos de Comunicação	0	170	428	11	609
Equipamentos de Informática	222	10	10	86	328
Equipamentos Eletrônicos	2	10	1	5	18
Mobiliário	0	0	0	100	100

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 3 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 6 viaturas, 68 equipamentos de mergulho e 3 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Natal e Mossoró);
- Aquisição de 40 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 2 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

##### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 642 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública pela Escola de Protagonismo Policial;
- Capacitação de 2.580 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição

da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;

- Capacitação de 64 profissionais na Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública / ESCOPOL;
- Convênio com a Faculdade Estadual do Rio Grande do Norte na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 2 municípios (Natal e Ceará Mirim);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 2.520 pessoas e 90 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 330 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 4 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 13 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 60.036.625,52;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 39.675.905,59;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 7.330.436,42;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 13.030.283,51.

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	123	61	2	13	199
Furgões / Caminhonetes	1	5	0	1	7
Viaturas de Transporte de Presos	0	7	0	0	7



Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Motocicletas	0	9	2	2	13
Outros Equipamentos	1	7	12	10	30
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>89</b>	<b>16</b>	<b>26</b>	<b>256</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	4	10	0	3	17
Pistola e revólver	0	0	237	65	302
Metralhadora	21	0	0	53	74
Fuzil	12	0	0	0	12
Outros Equipamentos	380	0	0	822	1202
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>10</b>	<b>237</b>	<b>943</b>	<b>1607</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	2	0	0	2
Colete à Prova de Balas	85	191	335	425	1036
Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Outros Equipamentos	158	946	2089	15	3208
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>1139</b>	<b>2424</b>	<b>440</b>	<b>4246</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	1	1	3	5
Armamento Não Letal	0	101	2	50	153
Equipamentos de Comunicação	1211	536	43	672	2462
Equipamentos de Informática	130	905	1309	570	2914
Equipamentos Eletrônicos	1223	638	103	542	2506
Mobiliário	15	1907	337	557	2816

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 3 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 5 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 1 viatura e 35 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Porto Alegre e Caxias do Sul);
- Aquisição de 264 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça

Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;

- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 2.755 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Convênio com as seguintes universidades na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública: Faculdade de Direito de Santa Maria, Pontifícia Universidade Católica de RS e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 10 municípios (Caxias do Sul, Esteio, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Vacaria);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 43.930 pessoas e 842 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento “on line” do trânsito de veículos na fronteira do país (Rosário do Sul/RS);
- Capacitação de policiais cíveis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 387 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado;
- Certificação de 9 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento

das normas do ISPS code, e capacitação de 19 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DE RONDÔNIA

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 16.092.047,04;

- Recursos Repassados ao estado por Meio de Convênio: R\$ 11.581.173,56;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 4.510.873,48.

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	51	0	0	0	51
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	0	0
Viaturas de Transporte de Presos	4	0	0	0	4
Motocicletas	7	0	0	0	7
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>62</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	8	3	28	0	39
Pistola e revolver	1047	232	910	0	2189
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	15	0	15
Outros Equipamentos	52	423	149	0	624
<b>Total</b>	<b>1107</b>	<b>658</b>	<b>1102</b>	<b>0</b>	<b>2867</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	2	300	0	302
Colete a Prova de Balas	60	24	214	0	298
Outros Equipamentos	130	440	25	0	595
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>466</b>	<b>539</b>	<b>0</b>	<b>1195</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	1	1
Armamento Não Letal	0	3	112	0	115
Equipamentos de Comunicação	20	60	27	2	109
Equipamentos de Informática	10	0	0	16	26
Equipamentos Eletrônicos	27	6	0	8	41
Mobiliário	437	0	0	75	512

### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 2 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 8 viaturas, 4 equipamentos de proteção respiratória, 10 equipamentos de mergulho e 57 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc);
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Porto Velho e Guajará Mirim);
- Aquisição de 79 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Prêmio do Concurso Nacional de Polícia Comunitária.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento “on line” do trânsito de veícu-

los na fronteira do país (Vilhena/RO);

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 358 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

## ESTADO DE RORAIMA

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 19.975.205,35;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 12.808.015,99;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 662.043,05;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 6.505.146,31.

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	5	15	0	14	34
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	11	11
Viaturas de Transporte de Presos	9	0	0	0	9
Motocicletas	0	3	0	0	3
Outros Equipamentos	3	0	40	0	43
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>40</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	0	200	0	0	200
Metralhadora	21	20	0	0	41
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	48	0	0	48
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>268</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>289</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	0	50	50
Colete a Prova de Balas	0	50	35	10	95
Outros Equipamentos	200	1004	34	160	1398
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>1054</b>	<b>69</b>	<b>220</b>	<b>1543</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	0	401	0	100	501
Equipamentos de Comunicação	40	418	40	23	521
Equipamentos de Informática	466	214	78	0	758
Equipamentos Eletrônicos	4	134	118	0	256
Mobiliário	0	297	1362	0	1659

### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 2 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 10 viaturas, 4 equipamentos de proteção respiratória, 134 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 80 equipamentos de mergulho e 8 desencarceradores;
- Aquisição de 1 viatura para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Boa Vista);
- Aquisição de 122 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 2.440 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação;
- Convênio com a Universidade Federal de Roraima na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 1 município (Boa Vista);

- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 200 pessoas e 245 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 214 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 19.890.809,35;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 13.804.618,05;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 852.626,40;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 5.233.564,90;

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	170	0	5	1	176
Furgões / Caminhonetes	1	0	2	0	3
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	4	0	11	0	15
Outros Equipamentos	1	0	12	0	13
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>207</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revolver	0	600	0	0	600
Metralhadora	0	0	16	0	16
Fuzil	0	0	16	0	16
Outros Equipamentos	30	418	0	560	1008
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>1018</b>	<b>32</b>	<b>560</b>	<b>1640</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	200	0	200
Colete a Prova de Balas	0	50	0	0	50
Outros Equipamentos	4	0	56	0	60
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>50</b>	<b>256</b>	<b>0</b>	<b>310</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	0	690	0	2956	3646
Equipamentos de Comunicação	11	2	2	0	15
Equipamentos de Informática	369	145	69	144	727
Equipamentos Eletrônicos	196	60	80	39	375
Mobiliário	301	15	11	0	327

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 5 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 8 viaturas, 9 equipamentos de proteção respiratória, 15 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 4 equipamentos de mergulho, 6 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 1 desencarcerador;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Florianópolis e Blumenau);
- Aquisição de 81 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

##### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 3.994 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da Matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a efetivação da sua implantação.



#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 2 municípios (Florianópolis e São José);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 307.200 pessoas e 239 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de policiais civis e militares na utilização de cães farejadores de drogas e explosivos;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 280 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 7 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 13 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DE SÃO PAULO

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 148.908.707,92;

- Recursos Repassados ao estado por Meio de Convênio: R\$ 108.531.993,46;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 32.316.127,48;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 8.060.586,98.

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	184	75	28	2	289
Furgões / Caminhonetes	0	9	1	4	14
Viaturas de Transporte de Presos	0	13	0	0	13
Motocicletas	4	33	16	2	55
Outros Equipamentos	201	19	9	0	229
<b>Total</b>	<b>389</b>	<b>149</b>	<b>54</b>	<b>8</b>	<b>600</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revolver	0	0	0	0	0
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	0	76059	76059
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>76059</b>	<b>76059</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	87	101	188
Colete a Prova de Balas	90	430	282	241	1043
Outros Equipamentos	3087	1845	115	230	5277
<b>Total</b>	<b>3177</b>	<b>2275</b>	<b>484</b>	<b>572</b>	<b>6508</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	2	2	4
Armamento Não Letal	0	452	87	201	740
Equipamentos de Comunicação	790	1865	1056	1025	4736
Equipamentos de Informática	167	760	40	1166	2133
Equipamentos Eletrônicos	211	446	1103	105	1865
Mobiliário	842	4437	64	188	5531

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 3 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 9 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 35 equipamentos de proteção respiratória, 449 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 7 equipamentos de mergulho e 84 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 10 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (São Paulo e Campinas);
- Aquisição de 55 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 16 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça

Criminal;

- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Civis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 405 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Implantação da Matriz Curricular das Guardas Municipais em 20 municípios da região de Indaiatuba;
- Convênio com a Universidade de Sorocaba e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais.
- Capacitação de 7 profissionais de segurança pública sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Prêmio do Concurso Nacional de Polícia Comunitária;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com 59 municípios (Americana, Amparo, Araraquara, Araras, Artur Nogueira, Bebedouro, Botucatu, Cabreúva, Campinas, Campo Limpo Paulista, Catanduva, Diadema, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franca, Franco da Rocha, Guairá, Guarujá, Guarulhos, Hortolândia, Ibiúna, Ilha Solteira, Indaiatuba, Iracemápolis, Itararé, Itu, Itupeva, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Mairinque, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Paraguaçu Paulista, Piracicaba, Pitangueiras, Porto Feliz, Potirendaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santana de Parnaíba, Santo André, Santo Antônio de Posse, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo, São Pedro, São Roque, São Sebastião, São Vicente, Serrana, Sertãozinho, Sorocaba, Sumaré, Suzano, Vargem Grande Paulista e Várzea Paulista);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 865.421 pessoas e 6.836 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança públi-

ca do Estado em Gestão em Segurança Pública;

- Capacitação de 135 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 17 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 116 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DE SERGIPE

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 12.995.174,77;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 7.959.808,29;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 333.000,00;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 4.702.366,48.

### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	56	20	0	1	77
Furgões / Caminhonetes	0	1	0	0	1
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	2	0	0	0	2
Outros Equipamentos	1	1	0	0	2
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>82</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	0	0	0	0
Pistola e revólver	273	0	0	0	273
Metralhadora	0	0	0	0	0
Fuzil	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	26	0	0	0	26
<b>Total</b>	<b>299</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>299</b>

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	0	865	0	865
Colete a Prova de Balas	115	22	0	0	137
Outros Equipamentos	180	14	192	7	393
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>36</b>	<b>1057</b>	<b>7</b>	<b>1395</b>

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	0	0	0	0	0
Equipamentos de Comunicação	3	26	141	8	178
Equipamentos de Informática	44	1296	89	120	1549
Equipamentos Eletrônicos	68	119	94	57	338
Mobiliário	1874	436	74	40	2424

### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 4 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 5 viaturas, 10 equipamentos de proteção respiratória, 103 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 78 equipamentos de mergulho, 15 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 5 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Aracaju e Itabaiana);
- Aquisição de 85 viaturas para as polícias.

### **Ações Executadas pela SENASP:**

#### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Cíveis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 2 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública pela Escola de Protagonismo Policial;
- Capacitação de 1.525 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Capacitação de 40 profissionais na Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública / ESCOPOL;
- Convênio com a Universidade Federal de Sergipe na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 1 município (Araçaju).

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 250 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 2 Terminais Portuários, segundo a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS code, e capacitação de 4 supervisores de segurança portuária.

## ESTADO DO TOCANTINS

Recursos Repassados (2003-2006): R\$ 13.600.147,20;

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 8.487.199,65;
- Recursos Repassados a Municípios por Meio de Convênio: R\$ 517.309,68;
- Recursos Repassados Via Aquisição Direta: R\$ 4.595.637,87.

#### ***Bens Adquiridos por Meio dos Convênios:***

Equipamentos de Transporte	2003	2004	2005	2006	Total
Viaturas	10	0	3	0	13
Furgões / Caminhonetes	0	0	0	0	0
Viaturas de Transporte de Presos	0	0	0	0	0
Motocicletas	0	0	0	0	0
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>13</b>

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Carabina e espingarda	0	4	0	10	14
Pistola e revólver	0	137	0	446	583
Metralhadora	0	0	0	10	10
Fuzil	0	0	0	0	0

Armamento Letal	2003	2004	2005	2006	Total
Outros Equipamentos	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	0	141	0	466	607

Equipamentos de Proteção	2003	2004	2005	2006	Total
Algema	0	1	0	0	1
Colete a Prova de Balas	52	448	15	663	1178
Outros Equipamentos	0	163	12	6	181
<b>Total</b>	52	612	27	669	1360

	2003	2004	2005	2006	Total
Obras (Construções e Reformas)	0	0	0	0	0
Armamento Não Letal	0	1	0	0	1
Equipamentos de Comunicação	54	56	47	0	157
Equipamentos de Informática	37	493	303	72	905
Equipamentos Eletrônicos	71	360	262	0	693
Mobiliário	65	766	1508	0	2339

#### Bens Adquiridos pela SENASP e Doados para os Estados e Municípios:

- Recepção de equipamentos de informática, incluindo 1 servidor, para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado;
- Implantação de 2 telecentros para a integração na Rede Nacional de Ensino à Distância, contendo em cada centro: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal de ensino à distância;
- Recepção de 4 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 6 viaturas, 6 equipamentos de proteção respiratória, 62 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 50 equipamentos de mergulho e 5 desencarceradores;
- Aquisição de 2 viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Palmas e Paraíso do Tocantins);
- Aquisição de 78 viaturas para as polícias.

#### **Ações Executadas pela SENASP:**

##### Gestão do Conhecimento e Informações Criminais:

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – distribuição de software de registro de informações estatísticas pelas Polícias Civis e Polícias Militares e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Monitoramento do perfil das Polícias Militares, Polícias Civis, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais quanto aos recursos humanos e logísticos existentes;
- Orientação dos gestores de segurança pública quanto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

#### Formação e Valorização Profissional:

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Capacitação de 450 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Capacitação de 46 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP.

#### Prevenção a Violência e Criminalidade:

- Emissão de documentos de identidade para mulheres trabalhadoras rurais;
- Capacitação de 7 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio para 1 município (Palmas);
- Realização de oficinas de prevenção prevendo público de 720 pessoas e 250 guardas municipais.

#### Estruturação e Modernização da Perícia:

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

#### Ações para Redução da Violência:

- Capacitação de policiais civis e militares na atividade específica de segurança de dignitários;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 259 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.